

REMÉDIOS CASEIROS

Maria Tertuliano Ferreira



PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO,

LUTA E NARRATIVAS ORAIS:

Ba a experiência da associação de moradores do

bairro Lindéia entre os anos 1970 e 1990.



Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Fernanda Comparth

**PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, LUTA E
NARRATIVAS ORAIS: a experiência da associação
de moradores do bairro Lindéia entre os anos 1970 e 1990.**

Belo Horizonte

2021

Fernanda Comparth

**PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, LUTA E
NARRATIVAS ORAIS: a experiência da
associação de moradores do bairro Lindéia
entre os anos 1970 e 1990.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Participação popular,
associativismo de bairro, pedagogia sócio-espacial.

Orientador: Frederico Canuto

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

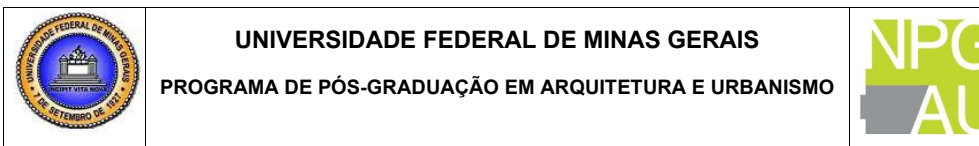
C736p Comparth, Fernanda.
Participação, mobilização, luta e narrativas orais [manuscrito] : a experiência da associação de moradores do bairro Lindéia entre os anos 1970 e 1990 / Fernanda Comparth. - 2021.
187f. : il.

Orientador: Frederico Canuto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Associação de moradores - Narrativas pessoais - Teses. 2. Participação popular - Teses. 3. Participação social - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 302.14



FOLHA DE APROVAÇÃO

PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, LUTA E NARRATIVAS ORAIS: a experiência da associação de moradores do bairro Lindéia entre os anos 1970 e 1990

FERNANDA COMPARTH PINHEIRO OLIVEIRA

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 27 de outubro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:



Prof. Dr. Frederico Canuto - Orientador
EA-UFMG



Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso
EA-UFMG

Prof. Dr. Glauco Bruce Rodrigues
UFF

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2021.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

To see things properly, it is not enough simply to look. People who look at life – purely as witnesses, spectators – are not rare; and one of the strangest lessons to be learnt from our literature is that professional spectators, judges by vocation and witnesses by predestination, contemplate life with less understanding and grasp of its rich content than anyone else. There really is no substitute for participation!

Para ver bem as coisas, não basta simplesmente olhar. Pessoas que olham para a vida - puramente como testemunhas, espectadores - não são raras; e uma das lições mais estranhas a serem aprendidas de nossa literatura é que espectadores profissionais, juízes por vocação e testemunhas por predestinação, contemplam a vida com menos compreensão e apreensão de seu rico conteúdo do que qualquer outra pessoa. Realmente não há substituto para a participação!

Henri Lefebvre
Critique of Everyday Life (2014: 181)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos moradores do bairro Lindéia, que tanto fizeram pelo bairro e que possibilitaram a concretização deste trabalho. A força e coragem de vocês é inspiradora, me faz acreditar que é possível construir uma cidade mais justa e plural.

Agradeço aos meus pais, cujos valores e posicionamentos ajudaram a moldar meu caráter. A contribuição de vocês para o bairro e para essa pesquisa foi fundamental. Obrigada pelo apoio, pelas histórias, pelo contato com os moradores e antigos amigos do bairro e pela biblioteca pessoal, que serviu como referência para a pesquisa bibliográfica. Agradeço à família: Ju, Thiago, Letícia e Catarina: já sabemos que não importa o que aconteça, estamos juntos e firmes, mesmo quando não concordamos.

Aos amigos queridos, aqueles que estão perto ou longe, meu muito obrigada! Vocês salvaram minha saúde mental durante a pandemia, mesmo quando não pudemos estar fisicamente juntos. Ao companheiro André, que faz a vida ser mais leve e que me deu os melhores amigos que eu poderia ter. Aos queridos Pati, Lalá, Henriquinho, Chico, Carol, Alvinho, Bia, Zé, Vini, Gut, Nara, Pri e Rodrigo – vocês são pra vida toda e são minha família de coração. À Sol e Alex, pelo acolhimento e apoio.

Fred, obrigada pela confiança no meu próprio processo e pelas orientações certas. Nossas conversas me deram fôlego para continuar a pesquisa. Aos membros da banca de qualificação e defesa, Rita e Glauco, pelas contribuições e trocas no trabalho. Às amigas de mestrado, pela partilha das angústias e incentivo. Às excelentes professoras da pós, em especial Silke, Rita e Ana Paula: as contribuições teóricas obtidas através das disciplinas que cursei com vocês redefiniram o caminho da pesquisa. À Paula e ao NPGAU pelo apoio e solicitude ao longo desses anos. À Capes, pelo apoio financeiro através da bolsa.

RESUMO

Essa pesquisa investiga a história de participação, mobilização e luta dos moradores do bairro Lindéia, em Belo Horizonte, através de suas narrativas orais, entre os anos de 1970 à 1990. Esse período representou o início da articulação dos moradores em prol de melhorias e infraestrutura para o bairro, o ápice da organização e de muitas conquistas junto ao Poder Público e, por fim, um período de desmobilização que a associação de moradores local - que consistia no principal veículo de mobilização - perdeu força no bairro. O objetivo desse estudo é, ao olhar para a micro-história do Lindéia, discutir as formas que essa experiência contribui para o entendimento de práticas participativas e mobilização popular na cidade. A narrativa se constrói através da memória do sujeito entrevistado - neste contexto relacionada especificamente à experiência da associação de moradores e momentos de luta política no bairro Lindéia. A partir de memórias, apresento um estudo dos momentos-chave do bairro e os desdobramentos sócio-espaciais desencadeados a partir das ações coletivas dos moradores. Ensaio captar nas palavras dos moradores locais o que culminou nas transformações iniciais no bairro e assim, ao olhar para esses relatos cotidianos, perceber conexões e entrelaçamentos externos que ajudem em uma leitura crítica da construção do urbano.

PALAVRAS-CHAVE

Narrativas orais. Participação e mobilização popular. Imaginário urbano. Produção do espaço.

ABSTRACT

This research investigates the history of participation, mobilization and struggle of the residents of the Lindéia neighborhood, in Belo Horizonte, and addresses their oral narratives between the years 1970 and 1990. This period represented the beginning of the residents' articulation in favor of improvements and infrastructure for neighborhood, the culmination of the organization and many achievements with the government and, finally, a period of demobilization that the local residents' association - which was the main mobilization vehicle - lost strength in the neighborhood. The aim of this study is, by looking at Lindéia's micro-history, to discuss the ways that this experience contributes to the understanding of participatory practices and popular mobilization in the city. The narrative is built through the memory of the subject interviewed - in this context specifically related to the experience of the residents' association and moments of political struggle in the Lindéia neighborhood. Based on memories, I present a study of key moments in the neighborhood and the socio-spatial developments triggered by the collective actions of the residents. I try to capture in the words of the local residents what culminated in the initial transformations in the neighborhood and thus, when looking at these everyday accounts, I perceive external connections and interweavings that help in a critical reading of the construction of the urban.

KEYWORDS

Oral narratives. Popular participation and mobilization. Urban imaginary. Space production.

SUMÁRIO

Introdução ...18

1. OS CAMINHOS PERCORRIDOS

1.1 *O método sou eu no mundo*: apresentação da pesquisa ...21

1.2 A experiência da entrevista como método ...24

1.3 Estratégia de pesquisa: trajetos, roteiros, dispositivos em tempos de COVID-19 ...28

1.4 Contribuições teóricas e mapeamento de possíveis vieses ...31

2. NARRATIVAS ORAIS

2.1 Padre Miguel e o porão da Igreja: o papel da liderança ...36

2.2 Loteamento inicial do bairro, sua ocupação e as primeiras lutas ...43

2.3 A força das mulheres: grupo de mães ...48

2.4 Tio Beijo e os cursos *in loco* ...50

2.5 As cabras, os chás e a Universidade ...52

2.6 Festas, festivais, jornal e comunidade ...56

2.7 Fretamento dos ônibus e acampamentos na Prefeitura: entre a luta institucional e ação direta ...57

2.8 Desmobilização e o Orçamento Participativo ...60

2.9 Conversas em casa: Hilária e Doni ...64

3. O RETRATO DO LINDÉIA NO CENÁRIO LOCAL

3.1 Um passo atrás: a Greve de Contagem e seus desdobramentos cotidianos ...73

3.2 Retrato das origens do bairro ... 81

3.3 O contexto participativo das associações de bairro em Belo Horizonte ...88

4. ATRAVESSAMENTOS

4.1 Mobilização através do afeto: sentido de comunidade e partilha catalisadores de luta

4.1.1 Resistência e emergência das classes populares e os movimentos sociais entre a ditadura militar e a reabertura democrático do país ...96

4.1.2 O papel e a visão da Igreja na busca de justiça social ...102

4.1.3 O papel da Escola Tio Beijo na autonomia dos trabalhadores e o papel das mulheres na luta ...**116**

4.2 Entendendo o processo de desmobilização do bairro ...**122**

4.3 Participação popular e pedagogia sócio-espacial: um caminho possível

4.3.1 Um panorama das associações de bairro atuais em Belo Horizonte ...**130**

4.3.2 (Por quê) É importante participar? ...**139**

4.3.3 Por quê apostar em uma pedagogia sócio-espacial? ...**150**

5. ALICERCES EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 Memória e história: uma construção social ...**162**

5.2 Narrativa e histórias ...**171**

CONSIDERAÇÕES FINAIS ...176

BIBLIOGRAFIA ... 180

INTRODUÇÃO

Vinte anos de luta cabem em uma pesquisa? Todas as experiências de participação e mobilização popular de um indivíduo cabem em uma entrevista? Nossas vivências cabem todas na memória? A partir de memórias compartilhadas por moradores do bairro Lindéia, em Belo Horizonte, através de narrativas orais, tive contato com o trajeto da associação de moradores do bairro entre os anos 1970 e 1990, e pude entender como essa experiência contribui para o entendimento de práticas participativas e mobilização popular na cidade. As memórias narradas no trabalho passam por um crivo pessoal do entrevistado – ao filtrar e escolher o que será contado, e existe também o filtro do pesquisador, que analisa as narrativas selecionadas. Logo, essa investigação consiste em uma forma de enxergar a problemática abordada, dentre várias possíveis.

O percurso dessa dissertação não foi um caminho linear e progressivo. Houveram desvios e curvas, principalmente pela mudança de planejamento devido à COVID-19. Esse remanejamento abriu espaço para outros caminhos, que me trouxeram até esse resultado final, com a superação de alguns desafios metodológicos – como a realização de entrevistas por telefone. Foram justamente esses desvios me levaram para reflexões importantes sobre o tema. Diante da impossibilidade de estar fisicamente presente no bairro, encontrei meios de me aproximar dos moradores por telefone e mensagens. Acredito na urgência em se resgatar essas narrativas, principalmente devido à idade avançada de alguns moradores, e penso não existir um cenário ideal para a realização de uma pesquisa de campo, mas sim os cenários possíveis.

O resgate da experiência de participação no bairro Lindéia é importante uma vez que a luta dos moradores transformou a realidade social e espacial local e demonstra a capacidade política, econômica, cultural e técnica dos trabalhadores em produzir uma outra vida, um outro regime de historicidade. Busco construir uma constelação de ideias a partir dessa experiência participativa que considero frutífera, e assim avançar no debate sobre as nossas possibilidades de atuação e transformação da cidade.

O primeiro capítulo, intitulado *Caminhos percorridos*, discute os caminhos metodológicos tomados. Apresento o objeto de pesquisa e em seguida comento sobre a experiência vivida no trabalho de conclusão de curso, que deu início à investigação e ao meu contato com associações de moradores. Comento também como a escolha do bairro Lindéia ocorreu e de que forma minha história pessoal se confunde com a trajetória dessa investigação. Na construção metodológica, explico meus planos de ação e quais autores e obras me ajudaram a traçar esse caminho. Em seguida, apresento algumas reflexões teóricas iniciais que embasaram o trabalho como um todo. As reflexões de Walter Benjamin são relevantes não só à forma de fazer pesquisa, mas também à forma de olhar para o mundo e encontrar ali o objeto de pesquisa. Recorro à Benjamin para pensar na vida cotidiana como objeto de reflexão e pensá-la a partir da história dos vencidos. É sobre entender que a História reverberada não é única e que existem outras histórias que não foram contadas. Termino esse primeiro capítulo mapeando possíveis vieses da pesquisa, na tentativa de, ao antecipá-los, ficar menos suscetível aos possíveis erros.

No segundo capítulo, intitulado *Narrativas orais*, reconstruo trechos da história de participação e mobilização dos moradores do Lindéia a partir das narrativas orais relatadas nas entrevistas. A partir das memórias dos entrevistados, apresento uma leitura dos momentos-chave dessa história e os desdobramentos sócio-espaciais incorporados das ações coletivas dos moradores. Ensaio captar nas palavras dos entrevistados o que culminou nas transformações iniciais no bairro e assim, ao olhar para esses relatos cotidianos, perceber conexões e entrelaçamentos externos que ajudem em uma leitura crítica da construção do urbano, explorada no capítulo quatro.

No terceiro capítulo, *O retrato do Lindéia no cenário local*, busco situar e caracterizar o bairro Lindéia em seu entorno: comento acontecimentos marcantes da época que refletiram na vida dos trabalhadores, como a Greve de Contagem. Explico também a ocupação inicial do bairro, de onde vieram os primeiros moradores e investigo as dinâmicas do bairro no período que pretendo resgatar nas entrevistas. Procuro ainda

construir, de forma breve, um retrato dos moradores entrevistados e de alguns moradores que foram fundamentais nos processos participativos do bairro, mas que não estão mais presentes ou não puderam ser entrevistados. A reconstrução da história de participação e mobilização no bairro é realizada através deles, de suas memórias – não são sujeitos anônimos. O retrato de cada entrevistado, suas características e especificidades, é parte dessa história.

O quarto capítulo, *Atravessamentos*, costura a micro-história do bairro Lindéia à uma discussão ampliada sobre participação no Brasil. A experiência desses moradores não é um ponto fora da curva, ela se relaciona com um cenário político, econômico e social. Para estabelecer uma reflexão dentro da temática abordada, busquei articular historicamente alguns eventos e situações políticas que envolveram o associativismo de bairro, para assim introduzir o bairro Lindéia nessa construção. Revisito a construção do processo de mobilização e desmobilização popular para entender como as relações de afeto, o papel da igreja, a força das mulheres, a importância da educação, dentre outras potências, se encaixam nesse movimento. A partir disso, investigo quais atravessamentos e contribuições teóricas podem ser estabelecidos para uma construção mais democrática da cidade.

No quinto capítulo, faço uma breve discussão teórica sobre memória, história e narrativas. Debato autores e conceitos importantes para a compreensão dos alicerces epistemológicos da pesquisa, que revisita um passado a partir do presente e, ao mesmo tempo, reflete sobre como escrever história a partir de memórias daqueles que não saíram como os vencedores. A partir da base teórica apresentada construo um caminho metodológico próprio, que faça sentido dentro do contexto estudado, e que tenha sentido em uma reflexão ampliada sobre história, memória e narrativa dentro de uma pesquisa sócio-espacial.

CAPÍTULO 1: OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1 O MÉTODO SOU EU NO MUNDO

Meu principal interesse no meio acadêmico, que motivou a investigação do meu trabalho de conclusão de curso na graduação e agora minha dissertação de mestrado, consiste em entender como cidadãos comuns participam da transformação das cidades, da produção do espaço e de que de forma as pessoas conseguem se engajar nas tomadas de decisão sobre a cidade. Desse questionamento nasce a pergunta de pesquisa que guia este trabalho.

Inicialmente, me interessei em pesquisar quais práticas (quais grupos, quais métodos) tem sido ou já foram efetivos na transformação do espaço urbano (no sentido de conseguirem realizar as mudanças idealizadas por eles), além de destrinchar processos de participação popular e verificar se relações de vizinhança, alinhadas ao engajamento cidadão, são uma vertente de mudança social potente. Em um desdobramento crítico entendi que para avançar na discussão teórica deveria afinar e precisar a questão de pesquisa, e assim ser mais assertiva. Determinei, então, um campo específico para investigar: como se deu a experiência de participação e luta da Associação de Moradores do bairro Lindéia, localizado na regional do Barreiro, em Belo Horizonte, desde sua criação na década de 1970 até os anos 1990, período que a associação perdeu força no bairro. Esse recorte empírico opera como laboratório para pensar as questões ampliadas de participação e mobilização social.

O interesse em pesquisar associações de moradores começou ainda na graduação, no meu trabalho de conclusão de curso (TCC) em arquitetura e urbanismo na UFMG. Nessa pesquisa entrevistei oito associações de moradores em Belo Horizonte e alguns coletivos de urbanismo tático, além de acompanhar de perto várias reuniões e ações da Associação de Moradores da Boa Viagem – bairro localizado na região central de Belo Horizonte. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas como uma conversa informal, gravadas com autorização e transcritas na íntegra. As pessoas que participaram das entrevistas eram membros ativos das associações de bairro em Belo Horizonte e a pauta da entrevista girou em torno das táticas de mobilização e engajamento dos moradores, conquistas desses grupos no bairro e a forma como eles pensam e imaginam a cidade. Me interessava mapear como essas associações atuavam e quais transformações no bairro foram conquistadas através delas. Ao todo foram realizadas entrevistas em oito associações diferentes.

No TCC tive meu primeiro contato com associações de bairro e pude entender como algumas delas atuam, como mobilizam os moradores, como reivindicam mudanças junto ao Poder Público. Percebi que a maioria dessas associações se reúne com frequência em grupos pequenos, mas tem dificuldade em mobilizar grande parte dos moradores do bairro. Muitas associações se encontram travancadas por questões burocráticas ao tentarem resolver questões simples como buracos na via e não lançam um olhar mais amplo para cidade – ficam presas em questões locais cotidianas. Existe uma visão “bairrista” nessas associações e uma disputa pelos recursos disponibilizados em programas como o Orçamento Participativo, sem ponderar as diversas necessidades e prioridades da cidade como um todo. Algumas associações de bairros que possuem uma renda mais alta não buscam melhorias através de um embate político ou programas participativos, elas se limitam a bancar as manutenções mensais, como poda de árvores e conserto de vias, ou entram com processos jurídicos contra estabelecimentos ou contra a própria Prefeitura através das altas mensalidades. Nas associações entrevistadas, a renda do bairro pareceu ser inversamente proporcional ao grau de mobilização dos moradores. Em muitas associações é possível perceber a presença de políticos trocando favores por propaganda política, em outras a relação da polícia militar com os moradores é enviesada: uma das associações entrevistada usa o dinheiro da mensalidade para pagar o conserto de viaturas para a ronda no bairro, informação gravada em entrevista.

Ao me deparar com tantas situações estranhas e tentativas pouco efetivas de transformação da vida no bairro, procurei alguma associação que tivesse vivido uma

experiência de participação frutífera, com conquistas significativas que de fato tivessem sido resultado de mobilização popular. Assim, ao encerrar a investigação do TCC, prossegui com a temática de entender se é possível participar da produção da cidade e seus espaços coletivos através de relações de vizinhança. Após apresentar minha pesquisa de graduação sobre associações, ouvi pela primeira vez o relato dos meus pais sobre a experiência que eles tiveram na associação de moradores do bairro Lindéia, na década de 1980. Ambos participaram por alguns anos, minha mãe como dentista do centro de saúde (conquistado pela associação), localizado no porão da Igreja; e meu pai como seminarista jesuíta na igreja do bairro.

A descoberta tardia dessa participação dos meus pais em uma associação de moradores transcorreu de uma serendipidade, mas se tornou instrumental no decorrer na pesquisa. Muitas entrevistas só foram possíveis devido à minha identidade: a filha do Donisete e da Hilária, velhos conhecidos. Ainda que essa participação tenha acontecido muitos anos atrás, o contato e o vínculo permaneceram. Esse relato despertou meu interesse pois se destacava das experiências vividas pelas outras associações investigadas. Paralelo à essa experiência relatada por meus pais, encontrei também informações sobre a associação do Lindéia no livro “Lutas Urbanas”, escrito em 1980, que apontava o destaque dessa associação e as transformações significativas que os moradores conquistaram para o bairro. A associação de moradores do bairro Lindéia foi escolhida como enfoque da pesquisa devido à essas evidências de uma participação autêntica e transformadora, principalmente no período de recorte (1970 a 1990).

Revisitar as memórias dos moradores através de narrativas orais não consiste em uma proposta de revisão historiográfica clássica, mas essa prática nos conta acerca dos espaços vividos e percebidos, construídos e apropriados simbólica e afetivamente pelos moradores. Essa percepção dos marcos do passado, com o olhar e crivo do presente, nos revela como o substrato espacial é capaz de mobilizar a luta. A deficiência dos bens de consumo coletivo foi, a princípio, um dos principais desencadeadores da luta e da participação popular do bairro. Ao longo do trabalho, procuro apontar as transformações espaciais conquistadas pela associação a partir dos enfrentamentos e afetos percebidos nas narrativas.

O método sou eu no mundo uma vez que essa pesquisa nasce do encontro de experiências acadêmicas e experiências pessoais. O percurso traçado na graduação aliado ao relato de participação e luta política dos meus pais vividos no Lindéia culminaram nesse estudo.

Este trabalho se propõe a reconstruir uma história de luta, mobilização e participação a partir das memórias dos moradores, e assim investigar como eles conseguiram caminhar entre a ação direta e a luta institucional na trajetória pelas transformações espaciais do bairro. Assim, procuro entender de que forma essa experiência contribui para o entendimento de práticas participativas e mobilização popular na cidade.

O problema social aqui abordado consiste na alienação dos cidadãos na tomada de decisões e produção do espaço na cidade, que resulta em um sentimento de alienação da vida política coletiva; já o problema de pesquisa procura encontrar em uma microescala elementos que contribuam para o entendimento da dinâmica participativa institucional e da mobilização autônoma em uma cidade como Belo Horizonte. A percepção de um problema social e sua transformação em um problema de pesquisa passa por um crivo; a seleção do campo, dos autores e bibliografia, dos caminhos metodológicos são escolhas corporificadas, racializadas e territorializadas. Das questões mais simples às mais complexas, existe um indivíduo pesquisador que coloca as variantes em perspectiva e procura montar um arranjo teórico e epistemológico que seja coerente.

A partir das escolhas iniciais que formam o corpo da investigação e compõe a pergunta de pesquisa, o método passou a se desenvolver de acordo com o objeto de estudo e da relação que nasce entre campo estudado e pesquisador. Uma vez que me situo e nego uma (in)possível neutralidade, se faz necessária uma autoanálise e autocrítica. Importa não pré-estabelecer verdades absolutas baseadas em teorias intocáveis, mas sim construir uma pesquisa a partir de uma reflexão crítica constante, investigar os dois - ou três - lados da mesma moeda, entender o que falam aqueles que não partem dos mesmos pressupostos que eu. Comecei essa pesquisa enxergando apenas lados positivos na participação popular por vias institucionais e, após algumas leituras críticas, pude enxergar um pouco mais a profundidade e complexidade do tema estudado. O posicionamento crítico é fundamental para avançar no debate.

1.2 A EXPERIÊNCIA DA ENTREVISTA COMO MÉTODO

O uso de fontes orais para a compreensão da experiência de participação e luta da associação de moradores do bairro Lindéia foi, antes de tudo, uma escolha metodológica. Acredito que as narrativas orais revelam mais que memórias, revelam a identidade e as subjetividades coletivas, além de possibilitar dar voz aos moradores do bairro que não

tem suas experiências registradas. A narrativa, fonte oral abordada neste trabalho, se constrói através da memória e configura uma evidência específica das experiências de vida do sujeito entrevistado – em um contexto relacionado especificamente à experiência da associação de moradores e momentos de luta política no bairro Lindéia. Uma das críticas ao uso das fontes orais consiste, justamente, em uma suposta fragilidade implícita: sem forma fixa, com uma cronologia possivelmente imprecisa e com uma comunicação que nem sempre pode ser comprovada (PRINS, 1992). São necessárias, então, fontes complementares à memória produzida pela oralidade.

Ao se trabalhar com a memória, dois extremos podem ser tomados. De um lado, uma lembrança positiva acerca de um tema pode suavizar problemas ou florear situações. De outro, lembranças negativas tendem a puxar para baixo diversos aspectos acerca da situação lembrada. A memória pode distorcer o real, mas de uma forma ou de outra, esses vieses de narrativa nos informam; são parte de um imaginário e não fatos crus, racionalizados, processados, despersonalizados. As lembranças narradas podem se apresentar como uma história linear ou não, e não estão livres de contradições ou desajustes com registros históricos. São impressões que, intencionalmente ou não, ficaram marcadas. Memória e História não estão colocadas e nem tem a pretensão de serem sinônimos: a memória é percebida como um retrato fragmentado, circunscrito em um contexto social e parte da identidade pessoal do sujeito. Como pontua a autora Ecléa Bosi, “não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Acurada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. *Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito*. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia” (1979:9) (grifo meu).

A coleta dessas lembranças construídas em forma de narrativas cotidianas é possível através de entrevistas que, além de uma escolha metodológica, compõe o próprio corpo da pesquisa. Existem riscos na utilização de entrevistas como a atomização, artificialidade da situação e distância entre discurso e prática – apontados por Kapp em “Entrevistas na pesquisa sócio-espacial” (2020) – mas ainda assim o argumento favorável a esse método sobressai: a possibilidade de ter contato direto com indivíduos e narrativas que não existiria por outros meios.

O uso de entrevistas qualitativas possibilita, nesse contexto, verificar alguns pressupostos correntes sobre associativismo e participação, entender diferentes perspectivas e assim

chegar em dados sócio-espaciais mais pertinentes e cuja análise leve a um avanço no conhecimento relativo a essas questões. As entrevistas aplicadas se encaixam no universo das entrevistas guiadas, com questões predeterminadas e respostas livres. A partir de uma contextualização da pesquisa, a conversa segue por temas pré-definidos, mas dá abertura ao entrevistado para mudar o rumo da entrevista de acordo com o que acredita ser pertinente.

Nessas entrevistas procuro estabelecer um caráter narrativo, ou seja, dar ênfase à 'contação de casos'. A narrativa, entendida aqui como "discurso com uma clara ordem sequencial que conecta eventos de uma maneira significativa para uma audiência definida e por isso oferecem insights sobre o mundo e/ou as experiências das pessoas nele" (SANDRA E LEWIS HINCHMAN, 1997), permite que o entrevistado conte uma história da sua maneira, com suas palavras. Narrativas podem expressar coisas que não seriam reveladas de outras formas além de muitas vezes espacializarem dados e agregarem uma riqueza de detalhes às informações.

Em um segundo momento, depois de entender a relação dos entrevistados com o bairro e com a associação - seja através da contação de histórias ou relatos mais objetivos - a entrevista toma um caráter focal, uma vez que existem temas específicos a serem investigados. A entrevista passa a ser focada em experiências subjetivas do entrevistado com os temas levantado e é possível e desejável que as narrativas continuem, mas seguindo linhas temáticas guiadas. Como pontua Kapp (2020: 24), "uma entrevista sócio-espacial de caráter focado seria a tentativa de compreender a experiência de um fenômeno concreto particular mediante o diálogo aberto e, ao mesmo tempo, mais concentrado do que em conversas corriqueiras ou entrevistas com outras ênfases. O caráter focado indica a proposta - nada óbvia - de unir concentração e liberdade de expressão, ou seja, fechamento (no foco) e abertura (na escuta)".

As entrevistas também apresentam um caráter especializado uma vez que parte dos entrevistados fazem parte das associações ou acompanharam a história desses grupos de perto. Ou seja, são pessoas que detém um conhecimento específico e relevante sobre o campo pesquisado. Existe a intenção de um aprofundamento das relações no contexto das associações elencadas mesmo não sendo uma pesquisa pautada em métodos e premissas etnográficas. O objetivo com esse aprofundamento é conseguir compreender melhor as relações e ter uma perspectiva mais aprofundada da dinâmica desses grupos, algo que não seria possível apenas com entrevistas individuais. É importante escutar atentamente

o que é verbalizado em palavras e o que é não é, compreender a relação e a distância entre eles.

A partir da premissa da impossibilidade da neutralidade, importa perceber as assimetrias entre entrevistador e entrevistado. As entrevistas são todas conduzidas por mim: primeiramente, filha de duas pessoas que já tiveram um papel importante na associação; em seguida, mulher, branca, 27 anos, estudante de pós-graduação de arquitetura e urbanismo, vista como forasteira no bairro, mas ao mesmo tempo filha de velhos conhecidos. Já os entrevistados são parte de um grupo de homens e mulheres mais velhos, na maioria acima de 50 anos, que moram há muitos anos no bairro, se conhecem bem e fizeram parte de grande parte da história da associação e do Lindéia. É importante observar como essa relação assimétrica reflete na dinâmica das entrevistas.

Como Kapp bem observa em seu texto, a entrevistadora ser vista com “status inferior” – atribuído principalmente à gênero e idade nesse caso específico – pode ser favorável ao desenrolar da entrevista, uma vez que o entrevistando fica mais à vontade e se dispõe a responder perguntas aparentemente mais ingênuas. O risco, nesse caso, é de desinteresse por parte do entrevistado, uma vez que não se espera uma grande repercussão da pesquisa desenvolvida. Se o entrevistador é visto como autoridade, seja por posição social superior ou cargo técnico, ele pode ser percebido como um avaliador e, de alguma forma, inibir ou inconscientemente induzir as respostas dos entrevistados.

Percebo que minha imagem como entrevistadora está diretamente relacionada à história dos meus pais com a associação, mesmo que eles tenham deixado de participar há muitos anos. O “status inferior” - devido à minha idade, gênero e posição de estudante – se confunde com a familiaridade de ser filha de velhos conhecidos do bairro e que participaram da história da associação. No caso dessa investigação, isso mudou tudo. Ser filha dos meus pais se tornou instrumental e essencial no caminho na pesquisa – ainda mais no contexto de COVID-19 e entrevistas por telefone. A recepção dos entrevistados foi calorosa e o grau de abertura mudou. Em muitos momentos das entrevistas meus pais vieram à tona no assunto. Frases como “seu pai lembra disso” ou “sua mãe pode contar melhor sobre isso” foram recorrentes. Essa posição que ocupei, ao mesmo tempo que me permitiu ter conversas que não teria em outra posição, precisa ser colocada e problematizada. Ao mesmo tempo que ela avança em alguns pontos, ela pode recuar em outros.

As memórias coletadas nas entrevistas são não só uma fonte oral para a investigação, mas o próprio caminho e corpo da pesquisa. As narrativas orais configuram o cerne da investigação, e a construção dessa história não contada de luta e mobilização será refletida à luz de reflexões teóricas para assim avançar no conhecimento acerca do tema debatido. Além das fontes orais, também faço uso de registros fotográficos dos próprios moradores como um ativador de narrativas.

1.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA: TRAJETOS, ROTEIROS, DISPOSITIVOS NO CONTEXTO DE COVID-19

Os caminhos dessa pesquisa mudaram devido ao contexto da pandemia COVID-19. Inicialmente, pretendia realizar diversas entrevistas – individuais e coletivas – com moradores do Lindéia, caminhar pelo bairro, frequentar as reuniões da associação. Acreditava que essa pesquisa só seria possível assim: pessoalmente, experienciando o bairro, visitando as casas de cada entrevistado. Uma semana depois da primeira entrevista veio a notícia da disseminação da COVID-19 em Belo Horizonte e o início da quarentena na cidade. Desde as primeiras notificações da proliferação da doença, escolhi recuar, pausar as entrevistas e refletir sobre como prosseguir. Na fase inicial da quarentena, tinha a expectativa de dar prosseguimento às conversas pessoalmente à medida que a pandemia recuasse. Ao me dar conta que isso não seria possível dentro dos prazos do programa de mestrado, procurei formas de realizar as entrevistas à distância e, apesar do desvio do planejamento inicial, pude prosseguir com o tema estudado a partir da colaboração virtual dos entrevistados.

A primeira entrevista ocorreu uma semana antes do início da quarentena, com o morador Roberto, membro atual da coordenação da associação. Consegui seu telefone através do meu pai, que ainda mantém contato com algumas pessoas do bairro. Telefonei para ele, expliquei a pesquisa e marcamos a entrevista. As entrevistas posteriores já aconteceram todas durante a pandemia e foram feitas por telefone, chamadas de vídeo, o contato inicial foi feito por conversas de *whatsapp*; tentei contornar o contato presencial da melhor maneira que consegui. Acredito que o uso de meios de comunicação à distancia acarrete em grandes perdas na riqueza que uma conversa presencial pode proporcionar, mas na impossibilidade do encontro, acredito que a conversa à distancia é melhor que conversa nenhuma para a pesquisa. As primeiras entrevistas foram realizadas com conhecidos remanescentes dos meus pais, que participaram com eles dos primeiros anos de

associação. A partir dessa ponte, a estratégia foi seguir as entrevistas com lideranças e membros que os próprios entrevistados comentam. Busco sempre indagar nas conversas quais são os atores importantes na história da associação, alguns nomes sempre se repetem e outros novos surgem.

A estrutura das entrevistas segue um roteiro com uma agenda de tópicos pensados para entender a dinâmica e a história da associação, elemento central nas conversas. Na entrevista que conseguir realizar ao vivo, antes da pandemia COVID-19, levei o roteiro impresso para explicar o universo da pesquisa ao entrevistado Roberto. Nessa situação, as perguntas foram lidas antes do entrevistado começar seus relatos, para contextualizar o universo da pesquisa, e depois a conversa seguiu livremente. Em todas as entrevistas reforço que me interesse nas histórias, lembranças, impressões pessoais sobre os acontecimentos, e que o entrevistado pode se sentir livre para falar.

A fim de complementar as entrevistas, utilizei a fotografia como instrumento de ativação, um gancho à memória e imaginação dos entrevistados. Uma fotografia, por si só, não afirma nem nega nada, é um instrumento ambíguo. Como o pesquisador Kossoy coloca, “o fragmento fotográfico adquire significado quando se percebem as inúmeras teias que o enlaçam ao contexto histórico e à vida social em que se insere e ao mesmo tempo, documenta” (2007: 52). Muitas entrevistas foram feitas através de chamadas de telefone, impossibilitando o uso da imagem como dispositivo ativador de lembranças, mas nos casos de entrevistas por vídeo chamada, consegui usar fotografias e conversar sobre elas com os entrevistados.

O roteiro apresentado a seguir sintetiza os principais temas que guiaram as conversas – explicitados nos retângulos coloridos. As perguntas vinculadas a cada tema central não foram necessariamente mostradas ao entrevistado, elas serviram principalmente como uma linha guia para que eu possa conduzir a entrevista da forma mais completa possível. Acredito que o roteiro conseguiu abordar as principais questões ao redor da associação, tanto de caráter coletivo como pessoal.

GUIA DE PERGUNTAS ENTREVISTA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Quando você se mudou para o bairro?
Como era o bairro na época?
Como era a relação entre os moradores?
Como você começou a participar da associação de moradores?
Você ainda participa? Se não, por que e quando deixou de participar?

HISTÓRIA DO MORADOR

Você se lembra quando, como e por que a associação surgiu?
Quais as primeiras reivindicações da associação? Como ela atuava?
Como era a relação da associação com o bairro?

HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO

Quais foram as principais conquistas da associação?
Como a associação consegue mudanças para o bairro?
A associação passou por dificuldades ou já esteve em pausa?

LUTAS, CONQUISTAS E DIFICULDADES

Como a associação conseguia mobilizar os moradores do bairro?
Qual era nível de envolvimento dos moradores?
Qual a frequência de reuniões? Quais eram as frentes de trabalho?

PARTICIPAÇÃO POPULAR E ENGAJAMENTO NO BAIRRO

Como era a relação da associação com a Prefeitura?
Como é a relação da associação com o Orçamento Participativo?
O bairro conquistou obras e melhorias através dele?
A associação mantém ou já manteve contato com algum partido ou figura política? Como isso é visto no bairro?

RELAÇÃO COM A PREFEITURA, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, SECRETARIAS, FIGURAS POLÍTICAS

HISTÓRIAS/MOMENTOS QUE MAIS TE MARCARAM

1.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E MAPEAMENTO DE POSSÍVEIS VIESES

Ao longo do trabalho, procuro traçar uma reflexão teórica e crítica desde os caminhos metodológicos até as considerações finais da pesquisa. Diante disso, considero importante explicitar autores que guiaram minhas escolhas metodológicas e também apontar possíveis vieses e limitações de trabalho, que devem pairar no horizonte da pesquisa para uma constante autocrítica.

Walter Benjamin, um dos principais pensadores do século XX, discorre sobre categorias importantes para a validação das narrativas cotidianas como lugar epistemológico. Em trechos reunidos no livro “Passagem” (2009), Benjamin comenta, por exemplo, sobre o fragmento, a experiência da vivência e pensamentos inacabados – elementos presentes nas narrativas e também em seus textos. O fragmento não é um rascunho e sim uma estratégia de pensamento para o autor, mediado pela categoria da totalidade. Sua concepção dialética do mundo, a presença simultânea de elementos opostos que se determinam reciprocamente numa dinâmica transformadora, vai ao encontro da trajetória investigativa aqui proposta.

Como explicam os pesquisadores Cláudio Coelho e Simonetta Persichetti no artigo “Benjamin, o método da compreensão e as imagens dialéticas” (2016), Benjamin se interessa pela vida cotidiana como objeto de reflexão. O tempo presente é um momento de decisão, de uma possível ruptura revolucionária com a tradição mediante a emergência de um passado reprimido por ela. O passado se articula no tempo presente, é concebido no tempo de agora. A imagem dialética para Benjamin articula momentos distintos no tempo mediante a técnica da montagem. A concepção dialética benjaminiana valoriza o olhar, decorre do entendimento que o presente é o tempo da vivência, por intermédio da rememoração por imagens do passado. O uso de dispositivos, como as fotografias antigas do bairro nas entrevistas, é embasado nessa experiência dialética da temporalidade pontuada por Benjamin. Assim, elas se tornam um instrumento de investigação.

Outras categorias benjaminianas como o materialismo, a empiria delicada e a montagem perpassam a construção dessa pesquisa. O materialismo está ocupado com a práxis, a atividade humana em relação a outros seres, aos acontecimentos, aos fenômenos e as coisas. Seria, de certa forma, o oposto ao idealismo - ou seja, a vida material como ela é. Empiria delicada, por sua vez, diz respeito à sensibilidade para perceber as narrativas

cotidianas. Como Benjamin coloca, a montagem consiste em “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão” (BENJAMIN, 2006: 503). A montagem proposta neste trabalho objetiva emergir a densidade do presente através das interrogações ao passado em uma relação dialética. Procuo estruturar um pensamento embasado no materialismo dialético, na práxis, e que se construa a partir de uma empiria sensível, uma vivência real e cotidiana das pessoas na cidade.

Benjamin também enfatiza em seus fragmentos reunidos no caderno N de “Passagens” que a história é um campo de forças, é um produto social. A versão oficial de um fato é sempre a partir da visão vencedora dentro dos embates do passado. Todo fato é situado e toda história é narrada. É importante entender que há uma versão dos vencidos e outra dos vencedores e olhar para o para o passado sem o fetiche do valor cultural e sem pensar que a história acontece segundo um desenrolar lógico. É a partir dessa perspectiva que se justifica a pertinência deste trabalho que procura, através das narrativas, contar a história à contrapelo.

Outro conceito benjaminiano que pode ser de grande contribuição ao trabalho é o conceito de constelação. A constelação está para as estrelas assim como os fenômenos estão para as ideias. É um desenho, um arranjo, que se define não só pela proximidade entre as estrelas – ideias – mas pelas possibilidades de leituras, significados atribuídos ao conjunto. Fazer uma constelação consiste em reunir fenômenos externos e colocar em relação, sem hierarquia imposta. Benjamin coloca que “não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: *a imagem é a dialética na imobilidade*. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética” (2006: 505).

Em um primeiro momento tomo o conceito de constelação como ferramenta de um método para construir uma imagem não-linear para contar a história da associação. Parto das lembranças e da construção de uma memória coletiva levantadas nas entrevistas para entender a história do Lindéia pelo olhar de quem viveu todas as transformações. Se a leitura histórica do passado é apenas do passado que se tornou vencedor, quais narrativas locais ficaram para trás e ainda podem ser contadas? Se “viver num ambiente urbano implica a capacidade humana de construir laços, reconfigurar relações sociais e lidar com

objetos e coisas em meio à vida cotidiana” (VELLOSO, 2019: 104), busco entender como esses laços se dão na micro-escala da associação do Lindéia e que tipo de reverberação sócio-espacial essas relações sociais tem configurado.

Outra referência metodológica fundamental para a pesquisa foi o texto “Entrevistas na pesquisa sócio-espacial” da pesquisadora Silke Kapp, já citado aqui. O artigo aponta um possível viés colocado como a celebração neorromântica do sujeito falante. Como Kapp aponta, “a subjetividade que fala, se abre, confessa, tornou-se fonte supostamente segura e autêntica também para as ciências sociais” (2020: 8). Todos os principais vieses cognitivos das ciências sociais se revelaram importantes para pensar criticamente este projeto de pesquisa. O erro fundamental de atribuição, ou seja, superestimar o livre arbítrio daqueles envolvidos na pesquisa, me fez refletir sobre o contexto histórico espacial e na trajetória que os grupos trabalhados percorreram para se colocar no momento presente. Pensar sobre essa construção e quais externalidades foram importantes para o grupo se constituir como tal ajuda a entender o modo de atuação em vigor. Em uma pesquisa sócio-espacial, é fundamental ter sempre em mente a possibilidade de distorção de falso consenso – ou seja, acreditar que minhas convicções são neutras e verídicas - e preconceito de ponto cego – acreditar que estamos menos sujeitos a distorções que outros - para entender meu lugar de fala. O que acredito não é neutro nem verdade absoluta, estamos sujeitos a erros e distorções e isso deve sempre ser levado em consideração. Outro cuidado fundamental nesse tipo de pesquisa é com o preconceito da confirmação, ou a tendência de procurar casos empíricos que confirmem nossas convicções. Como grande parte do corpo da investigação é constituído por entrevistas, é muito importante ter sensibilidade para não induzir ou coagir os relatos dados. A coleta e construção de dados deve ser feita com total ciência dos riscos, com uma reflexão contínua do processo.

A história oral como fonte historiográfica é foco de várias críticas e descrenças como material válido de estudo das sociedades modernas. Existe uma fragilidade embutida nessas fontes orais considerada como irreparável por muitos historiadores críticos, em que a fonte oral só é recorrida em última instância, quando não se dispõem de fontes oficiais, escritas. É importante, neste contexto, entender que a história oral não é um substituto da história escrita em situações que não existem documentos oficiais disponíveis. Fontes orais corrigem outras perspectivas. Gwyn Prins, historiador britânico, pontua que “os historiadores vivem em sociedades alfabetizadas e, como muitos

habitantes de tais sociedades, inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada” (1992: 166).

Apesar das divergências sobre a pertinência e confiabilidade das fontes orais, optei por trabalhar com a memória individual e coletiva uma vez que elas podem proporcionar uma atualidade e riqueza de detalhes que não seriam encontrados de outra forma. As informações obtidas não são analisadas como dados crus, imparciais, sim como uma impressão, uma imagem estampada de uma época e revisitada a partir dos olhos do presente. A memória, o que fica marcado ou não, já passa por um crivo do sujeito informante, ela é estruturada pelo que ele julga ser importante. O objetivo das entrevistas, do uso de fontes orais, não é traçar uma datação rigorosa de fatos ou tecer uma história comprovadamente sem furos, sem erros, neutra. Me interessa perceber a construção da narrativa coletiva do bairro. Nesse sentido, os termos empregados importam, o que ficou na memória e o que ficou esquecido importa, ouvir o que propositalmente não é comentado importa. Através de todas essas percepções a história é compreendida e também passa pelo meu crivo – que é particular, corporificado, racializado - ao ser transmitida. Todas as especificidades do sujeito-pesquisador não podem e não devem ser ignoradas, elas se traduzem no texto apresentado e na forma de enxergar a pesquisa. Além de dar visibilidade a essas narrativas, também investigo a temática da participação e mobilização através de fontes escritas, trabalhos acadêmicos e documentários. Assim, busco estabelecer um diálogo entre diversas fontes, com objetivo de preencher possíveis lacunas que uma abordagem unilateral poderia ter.

Quanto ao argumento que defende que os dados escritos e fontes oficiais são neutros e isentos de falhas, este também pode e deve ser refutado. Prins (1992) alega que no último século o volume de arquivos oficiais ficou fora de controle e a seleção para preservação ou não desses documentos passa pelo crivo de pessoas sujeitos dotados de intenções, ou seja, podem ser fontes tão enganosas quanto outras. É preciso reconhecer os limites do conhecimento e reconhecer a história como uma prática interpretativa, independente da fonte consultada. Outra crítica possível à história oral é estar confinada à pequena escala. Nesse quesito acredito que a crítica não se aplica ao contexto desta pesquisa, uma vez que existe uma análise multiescalar dos processos estudados. A associação do Lindéia não é isolada de um cenário maior, ela é analisada dentro de um movimento participativo nacional, em temporalidades específicas.

O intuito é que a observação de uma experiência local revele novas formas de olhar para uma problemática já extensamente estudada em outras escalas. Giovanni Levi, historiador italiano, dá exemplos de como olhar para a micro-história pode levar à novas conclusões em seu artigo “Sobre a micro-história” (1992). O autor explica que a precocidade e frequência de transações de terra ocorridas em muitos países da Europa Ocidental e América colonial indicavam a presença precoce do capitalismo e individualismo nessas regiões. Tais interpretações foram baseadas em dados agregados e não em fatos concretos: foram analisadas quantidades maciças de transações monetárias de terra encontradas em documentos notariais contemporâneos, e isso foi usado como evidência da existência de um mercado auto-regulador. O que não foi observado para chegar nessas conclusões foi a alta variação dos preços envolvidos, mesmo considerando as diferentes qualidades de terra. Essa relação entre preço de terra e mercado era considerada impessoal, mercadológica. Só ao reduzir a escala de observação para uma área localizada foi possível perceber que na realidade o preço das terras variava de acordo com o grau de parentesco entre quem comprava e quem vendia e de acordo com a dimensão e qualidade da terra. Assim, a alteração na escala de observação permitiu perceber como esse mercado era complexo e o papel de relacionamentos sociais e pessoais desempenhavam naquele contexto.

Da mesma maneira, espero através da observação em pequena escala da experiência de luta popular do bairro Lindéia acrescentar novas camadas de informação a um debate mais amplo sobre participação popular. No entanto, é preciso ter o cuidado para não fazer mal uso de situações específicas para justificar ou refutar teorias gerais. Levi comenta que “não é uma questão de se ajustar os casos observados a uma lei existente, mas antes de se trabalhar a partir de sinais significativos que foram organizados em uma ‘estrutura inteligível’ para permitir que a análise do discurso social ‘extraia a não aparente importância das coisas’” (1992: 143). A teoria desempenha, na realidade, um papel subalterno em relação ao papel do intérprete. Antes de encaixar termos genéricos teóricos em cada ação cotidiana observada, é preciso compreender e ouvir o que realmente está sendo dito sem limitar as possibilidades de análise sem simplesmente tentar encaixar um repertório de conceitos em um repertório de acontecimentos interpretados. A linha de pensamento aqui proposta é baseada em uma abordagem histórica metodológica que busca não generalizar elementos individuais, mas antes acentuá-los. O desafio, como aponta Levi (1992), é elaborar um paradigma que dependa do conhecimento particular sem rejeitar a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular, buscando representações mais realistas e menos mecanicistas.

CAPÍTULO 2: NARRATIVAS ORAIS

Este capítulo foi escrito a partir das narrativas captadas nas entrevistas e através de investigações em antigos trabalhos ou artigos científicos que abordavam trechos da história do bairro Lindéia e seus moradores. O que narro consiste em um compilado de histórias e memórias afetivas, que não estão formalmente registradas. Há um esforço em captar nas falas o que realmente ficou marcado no período de luta e transformação do bairro e, a partir daí, tentar entender a dinâmica do espaço a partir da perspectiva desses moradores. Conversei com oito pessoas relacionadas ao bairro e realizei cinco entrevistas de, aproximadamente, uma hora cada. Dessas entrevistas, um foi feita na casa do próprio morador, antes da pandemia, e o resto foi feito por telefone ou vídeo-chamadas. Além no momento da entrevista principal em si, mantive contato com os entrevistados e os consultei diversas vezes para sanar dúvidas, datas, conversar sobre o material fotográfico disponibilizado por eles.

2.1 PADRE MIGUEL E O PORÃO DA IGREJA: O PAPEL DA LIDERANÇA

Miguel Ángel Elosúa Rojo, mais conhecido como Padre Miguel, nasceu em 1932 em Oviedo, na Espanha, e aos 17 anos ingressou na Companhia de Jesus para iniciar seus estudos e se tornar padre. Em 1954, sabendo da demanda por jesuítas no Brasil, Miguel embarcou junto com cinco companheiros para o Rio de Janeiro. No Brasil, continuou seus estudos e sua formação religiosa e foi ordenado sacerdote em 1962. Depois disso

retornou à Europa, especificamente à Itália, para realizar a chamada Terceira Provação, ou seja, a etapa final da formação de um membro da Companhia de Jesus. Passados dez meses, Miguel retorna ao Brasil em 1964 para trabalhar de tesoureiro da província. Ocupou esse cargo por pouco mais de um ano, depois pediu para ser liberado, uma vez que desejava trabalhar junto com alguma comunidade. Então, solicitou autorização para fazer um curso de formação profissional e aprender um ofício. Assim, retornou à Espanha e se formou soldador pela Universidade Laboral de Oviedo. Com o título em mãos retornou ao Brasil e, em São Paulo, se juntou à Congregação dos Trabalhadores da Missão de San Pedro e San Pablo, e começou a trabalhar em uma fábrica de carrocerias, onde ficou por um ano.

Em 1972, período de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), Padre Miguel se mudou para Belo Horizonte, especificamente para o bairro Lindéia. Miguel, além da sua formação jesuíta, era um padre operário que não ignorava o cenário político da época: participava do sindicato, de greves, pregava uma consciência política e lutava por justiça social. Sua primeira missa no bairro foi celebrada debaixo da árvore e na presença de pouco mais de quinze pessoas, com seus suplementos litúrgicos e um gravador com algumas músicas. Miguel, como padre operário, conseguiu emprego em uma fábrica de estruturas metálicas e trabalhou como soldador. Trabalhava de 7h às 17h30 nos turnos diurnos ou de 19h às 7h, em caso de turnos noturnos. Nesta fábrica, trabalhou por um ano e três meses, até que um colega que conhecia seu sacerdócio pediu que ele celebrasse uma missa na cidade onde seus pais moravam. Ao retornar, Miguel revelou ao seu gerente que era padre. O chefe de gabinete o demitiu imediatamente, temendo que ele pudesse organizar alguma forma de mobilização subversiva na fábrica.

*Ele veio morar ali na baixada perto do Lindéia velho, alugou um barracão lá, começou a trabalhar em fábrica, ele fez um curso de soldador e foi aí que ele começou a trabalhar em fábrica. **Foi muito interessante porque os moradores aqui do bairro não acreditavam que o padre Miguel fosse um padre**¹. Eles foram falar com o bispo: ‘olha, tem um homem lá no Lindéia que fala que é padre, mas a gente não acredita muito que ele seja padre não’, e o bispo perguntou ‘mas por que vocês acham que ele não é padre?’, ‘ah, porque ele trabalha em fábrica’. O povo não tinha nem o*

¹ Esse e todos os grifos nos trechos de entrevistas são grifos meus.

costume de um padre que também trabalhasse e se sustentasse. O padre Miguel, a vida inteira ele teve isso, ele nunca foi sustentado pela comunidade. Isso ele não admitia. Principalmente no começo quando o povo era muito pobre, o povo não tinha dinheiro pra poder sustentar padre. Então ele mesmo trabalhava durante o dia, a noite e fim de semana ele fazia a pastoral e o tamanho social que ele achava que era extremamente importante. Na verdade, foi ele que realmente suscitou e motivou o povo a se organizar, a participar, a lutar pelos seus direitos. O povo não tinha essa consciência, quem tinha essa consciência era ele. Eu não sei de onde ele pegou isso também, porque ele era de uma família de classe muito rica da Espanha e ele sempre viveu no convento dos jesuítas, e aonde que ele pegou essa sensibilidade de morar em um bairro e mudar essa realidade? Eu não sei onde é que ele aprendeu isso, porque a pessoa tem que aprender isso. Então ele motivou a gente. Agora, no começo, o trabalho era muito ligado à questão dos Vicentinos que já tinham uma ligação, já tinham um trabalho aqui no bairro. Ele começou, tipo assim, se aliando com algum movimento, alguma coisa que já existia, e ele foi ampliando esse trabalho. Uma coisa que eu acho que foi muito importante que ele fez, ele visitava todos nós, ele fazia visitas às famílias, então essa era uma característica do padre Miguel. **Conhecer as pessoas, conversar com as pessoas, ele foi conquistando as pessoas e formando a associação a parte da Igreja.** Pra ele era importante a Igreja... mas ele também tinha que ter uma luta, não podia ser só Igreja porque ele sempre falava que a fé, sem obras, era morta, né. Ele sempre acreditou muito nessa questão de mudar a vida das pessoas, que as pessoas tinham direitos, que as pessoas eram cidadãos. **E que essa cidadania... que os políticos, eles não iam dar essa cidadania às pessoas, que eles não iriam melhorar a vida do povo. Então tinha que mudar, o povo tinha que tentar transformar essa realidade.** Isso foi uma questão bastante complicada, pro povo entender isso, essa ligação igreja com cidadania, isso foi bem complicado. Mas acho que depois de um tempo começaram a entender.

No início da ocupação do bairro, nos anos 1960, um grupo Vicentino se formou entre os moradores para reivindicar melhorias junto à comunidade. A Conferência dos Vicentinos é um grupo de caráter religioso, mas formado por leigos, sem vínculo formal necessário com a Igreja Católica, e que buscava unir os moradores como comunidade e trazer melhorias para o bairro. Com a chegada do padre Miguel em 1972, a mobilização dos moradores se intensificou e o local de encontro e tomadas de decisões sobre as ações no bairro se tornou a própria Igreja. Miguel, quando chegou, se uniu aos Vicentinos e se tornou amigo de um dos líderes do grupo, o que foi uma forma de se agregar ao bairro, conhece os moradores e formar vínculos – o que aconteceu rapidamente. Além do ato de frequentar a casa das pessoas, o fato do padre ser um trabalhador operário que conhecia a realidade daquelas pessoas e passava pelas mesmas experiências cotidianas transformou completamente a inserção do padre na comunidade. Muitos moradores comentam a importância de Miguel ir para as lutas junto com os moradores, participar do movimento, dos mutirões, das idas à Prefeitura.

Religião e luta política andavam juntas naquele momento, as primeiras reuniões entre os moradores aconteceram na Igreja com a articulação de Miguel. Na época, marcada pela ditadura militar, a polícia começou a frequentar as missas e a gravar os sermões escondido. Por ser um padre operário e de fortes convicções, que pregava justiça social e luta política, Miguel era observado de perto pelas autoridades da época. Diante disso, a comunidade viu a necessidade de formalizar a criação de uma associação comunitária. Mesmo depois dessa formalização, a associação continuou se reunindo em uma sala da Igreja. Desse grupo nasceu o Conselho de Moradores do bairro Lindéia, em 1975, com objetivo de fortalecer a luta pelas melhorias no bairro e, em 1978, o Conselho se transformou na Associação Comunitária do Bairro Lindéia.

*A missa era celebrada debaixo das árvores. Aí nós começamos a entrar nesse tipo de luta e o Miguel quando foi mais ou menos 74, 75... foi ele que puxou. 'Não tem como a gente ficar fazendo essas reuniões na Igreja não'. **A polícia começou na época da ditadura a vir gravar missa e grava coisa aqui dentro.** Era embaixo ali, já tinha construído a parte de baixo (da Igreja), então é melhor a gente criar uma associação comunitária que é própria pra isso, desvincular da Igreja. Aí nós criamos a associação comunitária. Aí foi em 74, 75 a gente já começava a organizar a associação. A gente*

reunia aí na Igreja, tinha uma sala que a gente reunia nela com direção.

A construção da Igreja Jesus Ressuscitado, a primeira do bairro, ocorreu através de mutirões de moradores do bairro junto com padre Miguel, organizados por ele, e foi inaugurada em 1975. A Igreja, especialmente a figura do padre, são elementos cruciais para compreender a mobilização e organização dos moradores nas conquistas nesse momento inicial do bairro. O porão da Igreja, também conhecido como Centro Comunitário e construído coletivamente pelos moradores, foi palco de diversas atividades, relacionadas à mobilização e à luta comunitária da comunidade como um todo, não apenas às práticas religiosas.

*Outra coisa que o povo achou muito complicado foi a questão do galpão da Igreja. **No começo o galpão tinha que servir pra Igreja e pra fazer reuniões com o povo, pra mobilizar, pra conscientizar.** A Igreja tinha essas duas funções. Isso a princípio o povo também não aceitou muito bem não, mas foram concordando. Porque a tradição da Igreja é que é aquele lugar que você só vai pra rezar, vai reza e vai embora; e o Miguel veio com uma filosofia, com uma ideia diferente.*

O porão da Igreja foi, dentre outras coisas, espaço para ensinar ofícios para os moradores, o que se tornou, mais tarde, a escola profissionalizante Tio Beijo. Esse mesmo espaço comportou várias outras práticas comunitárias, com seu espaço dividido entre sala de reunião da associação de moradores, centro de saúde e atendimento odontológico, salão de artesanato do grupo de mães para gerar uma renda extra para as famílias, cozinha onde o grupo de mães fazia o sopão e almoços para distribuir entre os moradores do bairro. O espaço físico da Igreja, além de ter sido construído coletivamente, também abrigava práticas coletivas que diziam respeito ao bairro como um todo. Muitas ações coletivas se iniciavam no porão da Igreja para depois tomar corpo no bairro, como o Centro de Saúde, que mais tarde foi construído mediante a muita luta e mobilização. A necessidade de ter esse tipo de serviço fez com que os moradores conseguissem viabilizar que os profissionais de saúde públicos atendessem no salão temporário da Igreja, antes que conquistarem um espaço físico adequado.

O Tio Beijo funcionava debaixo da Igreja, no porão da Igreja. Em um lugar era o Tio Beijo, um pouquinho mais pra frente era o consultório, uma parte era a associação... O porão era muito grande, sabe? Tinha onde o grupo de mães reunia, fazia as reuniões, e tinha também uma parte que era da Secretaria Metropolitana, que tinha o projeto de saúde. Depois eles fizeram o Centro de Saúde aqui embaixo, nessa rua nossa lá na frente.

O salão era o salão que era da cozinha pra fazer as comidas e os almoços que eram distribuídos, a primeira sala era do artesanato, depois pra lá era o centro de saúde. A associação ela reunia do começo na igreja, depois começou a reunir na creche.

Miguel, além do papel de padre, sempre buscou desempenhar o papel de articulador de questões políticas e sociais. Segundo diversas narrativas locais, ele foi um importante incentivador para que as pessoas discutissem e se organizassem para reivindicar uma infraestrutura básica no bairro, e também foi responsável por mobilizar diversas outras ações, inclusive ajudando financeiramente. Alguns anos mais tarde, outros jesuítas e seminaristas chegaram ao bairro para participar da Igreja Jesus Ressuscitado e se integraram à comunidade, como padre Bahige, que também participou das lutas dos moradores.

Uma lembrança recorrente dos moradores que viveram esse período foi o episódio da polícia gravando escondido os sermões pregados durante a missa, devido ao cunho político de justiça social que o padre pregava. Em uma dessas ocasiões Miguel convidou um policial militar disfarçado para deixar o gravador na mesa do altar, pois ele não tinha nada a ocultar; então o policial saiu correndo com o povo atrás dele e deixou cair seu microfone e gravador. Em outra situação, já no final dos anos 1970, na véspera de primeiro de maio – dia do Trabalhador – Miguel, Nilmário Miranda e Fernando Pimentel encomendaram uma história em quadrinhos para conscientizar o povo do significado dessa data. Um cartoonista conhecido da época fez a cartilha e então eles mandaram imprimir 5.000 mil cópias para distribuir na missa de celebração de Primeiro de Maio. Miguel pegou o pacote com os folhetos e deixou amarrado em sua vespa enquanto participava de uma reunião com outros padres na pastoral para organizar algumas coisas para a celebração do dia seguinte, e quando saiu a polícia tinha roubado os exemplares de primeiro de maio. O único exemplar que sobrou foi um exemplar que Miguel tinha

separado para mostrar aos padres na Cidade Industrial. A missa ocorreu no dia seguinte com a presença da polícia, que tirou fotos da celebração e de todos os presentes.

*Eu lembro devido à posição política do padre Miguel, uma coisa interessante, isso foi bem no início – quando eles assassinaram aquele arcebispo de San Salvador, Dom Romero – uma vez ele estava celebrando a missa, eu estava nesse dia, tinham pessoas infiltradas gravando a missa, sabe? Da polícia, eu lembro disso. **Por causa do cunho ideológico e da posição política dele mesmo.***

Em 1985, Miguel criou a Fundação Elosúa Rojo com o capital de ações da empresa ELOSUA S.A., herança de seus pais. A fundação ajudou financeiramente o bairro e envia um auxílio financeiro até hoje para a escola Tio Beijo, que depende dessa contribuição para funcionar. Em muitos momentos Miguel recorreu a esses recursos para ajudar os moradores e projetos do bairro Lindéia, mesmo sem colocar isso em evidência. Um exemplo disso foi o ônibus que Miguel “arrumou” para transportar as crianças para escola do outro lado da cidade, uma vez que o ensino a partir da quarta-série não era ofertado no bairro.

*Foi tudo junto, a associação... O padre Miguel entrou com muito dinheiro, o povo aqui não tinha dinheiro. Então ele com a fundação dele, a Fundação Elosúa, ele sempre tinha algum dinheiro. **Ele nunca falou isso pra ninguém mas tinha. Ele investiu muito dinheiro nas construções, nessas coisas.** A família dele era uma família muito rica e aí quando os pais deles morreram ele fez uma fundação com a parte da herança dele. Essa fundação ela ainda existe e ela ajuda na manutenção do Tio Beijo. Todo ano a gente pega uma verba pra fazer a manutenção dos cursos.*

Em 1986, dezesseis anos após sua chegada no Lindéia, Padre Miguel foi destinado pela Companhia Jesuíta para uma Igreja na Amazônia, em São Sebastião do Tocantins, localizado nas confluências dos rios Tocantins e Araguaia. Miguel foi convocado para substituir o padre Jósimo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, que tinha sido assassinado por enfrentar fazendeiros e sair em defesa dos posseiros da região, em maio do mesmo ano. Mesmo distante Padre Miguel manteve contato ao longo dos anos e voltou ao bairro para celebrar momentos especiais, como na ocasião da entrega de máquinas

novas na escola Tio Beijo, anos mais tarde. Miguel faleceu em abril deste ano de 2020, em Fortaleza, aos 87 anos.

Muito mais que uma figura religiosa, Miguel simbolizou um despertar político entre os moradores do Lindéia. Muitos atribuem a força da associação à imagem de liderança que Miguel exercia ali. Sua atuação foi importante em muitos momentos, como a fundação da escola profissionalizante Tio Beijo, a ajuda financeira para que as crianças pudessem estudar antes da conquista da escola no bairro, a conexão da Universidade Federal UFMG com o bairro e os projetos de extensão que aconteceram a partir disso. Miguel atuou como um articulador para despertar uma consciência política nos moradores que depois tomou forma e continuou mesmo depois que ele deixou o bairro.

2.2 LOTEAMENTO INICIAL DO BAIRRO, SUA OCUPAÇÃO E AS PRIMEIRAS LUTAS

Uma das primeiras questões problemáticas do bairro Lindéia no início dos anos 1970 foi a regulamentação de impostos, devido a localização do bairro que se encontra na conurbação entre Belo Horizonte, Contagem e Ibirité. O primeiro loteamento do bairro, feito pela Imobiliária Sancruza entre 1966 e 1967, foi aprovado pela Prefeitura de Ibirité, mesmo sendo um bairro pertencente à Belo Horizonte e sem nenhuma infraestrutura prevista para o bairro, o que gerou um impasse administrativo. Num primeiro momento, um grupo de moradores começou a se organizar a fim de reivindicar infraestrutura ao prefeito de Ibirité e à políticos da época que moravam na região. Em 1969, moradores se organizaram e lotaram um caminhão para reivindicar, foram até a casa de um deputado da época para conversar, mas não obtiveram resultado. Em 1970, chegou luz em apenas três ruas do bairro.

Devido ao impasse administrativo relacionado à localização do bairro, alguns moradores pagavam IPTU em Ibirité, outros em Contagem e outros em Belo Horizonte. Ao descobrirem que os impostos deveriam ser pagos ao município de Belo Horizonte, muitos moradores já haviam acumulado multas. Assim, os moradores começaram a se organizar para regulamentar a situação.

Vou te dar um exemplo das primeiras lutas da associação. O bairro aqui, o Lindéia, o Regina, era tudo misturado. Uns pagavam o IPTU em Contagem, outro pagavam em Ibirité, era um trem de doido,

*ninguém sabia quem que é, o bairro pertencia a quem? Então não tinha nada, não tinha nada aqui não. Não tinha asfalto, não tinha nada, era aquela bagunça. Aí arrumaram um imposto... descobriram que era Belo Horizonte e arrumaram um imposto pra gente pagar. Na época o dinheiro que você recebia era milhões. O salário mínimo era seis contos mil, sei que o dinheiro – não tô lembrado agora, sei que o dinheiro era outro dinheiro. Muito tempo né, você imagina 73, 74... o dinheiro tinha outro nome. **Era um dinheirão pra gente pagar de multa, aí nós começamos a organizar.** Nós fizemos plenário aqui na época com mais de 500 pessoas aqui na pracinha, aqui na pracinha onde desciam os bois, aqui ó. Aqui era uma portaria, ali tinha uma fazenda, aí os bois passavam aqui... Estava fazendo reunião e encostava todo mundo numa cerca pra passar a boiada e depois continuar.*

O povo aqui quando votava, eles votavam em Ibirité, em Belo Horizonte e em Contagem. Você tinha gente de tudo quanto é... O IPTU também era pago, às vezes, em até duas, três prefeituras. Então o que que a gente fez, a gente conseguiu trazer pra cá a transferência do título, também com o padre Miguel. Embaixo da Igreja – não, do lado da Igreja fazia isso aqui, a transferência. Era como se fosse uma sede... Descentralizou lá e fez aqui. E a gente foi, transferiu muito eleitor. Aí esse pessoal aumentou os votos pra cá, pra Belo Horizonte.

O primeiro passo da luta consistiu em regulamentar a situação do bairro para, assim, avançar nas outras questões. Nos primeiros anos de ocupação, como retratam os moradores do bairro, não havia ali nenhuma infraestrutura de esgoto, luz, calçamento; apenas o loteamento da Sancruza sem prever praças ou espaços públicos. A imagem do bairro em seu início era de uma vida simples. As missas rezadas embaixo das árvores, a praça onde desciam os bois, a lagoa em que pais e seus filhos pequenos pescavam, a fazenda da Dona Lindéia, que Dona Zumira tomava conta, as mães lavando roupa nos córregos enquanto os filhos tomavam banho. Mas, por trás dessa imagem bucólica, as primeiras lutas e organizações já começavam a se articular.

O Lindéia era um ponto mesmo de referência, né. Era um bairro que era referência pra outros, que começou do nada e cresceu muito – cresceu demais – devido à associação mesmo. Hoje os bairros já tem uma infraestrutura, obrigado, acho que é por lei, um asfalto, uma rede de esgoto. Mas antigamente no Lindéia não existia nada, não tinham essas leis, então tudo era através da luta mesmo. Então, asfalto... Igual o Lindéia velho, onde eu morava, não tinha luz, não tinha rede de esgoto, não tinha água, não tinha nada... asfalto... Então foi tudo, tudo, tudo a partir da luta da associação de bairro.

Era muito, extremamente precário as ruas... Isso no meu tempo. Era muito precário, tudo cheio de buraco, pra você andar na rua era difícil, principalmente as ruas que tinham mais inclinação. Era cheio de vala, que a chuva chegava e ia abrindo. No começo o povo tinha que fazer cisterna pra ter água, não havia água, também não tinha luz, não tinha ônibus, porque o ônibus só ia até lá embaixo onde é o Burnier, aquela escola estadual, lá era o ponto final do ônibus. Depois que ele começou a vir pro Lindéia, só que com tempo de chuva ele não conseguia subir aquele morrão que é ali na rua das Perpétuas. Aí no tempo de chuva ele continuava lá embaixo. E lá embaixo ainda tinha um outro problema que era o córrego, quando chovia aquilo tudo inundava e não tinha passagem por lá.

O grupo Conferência dos Vicentinos foi o primeiro grupo a se articular no bairro, consistia em um grupo de filiação religiosa cristã, mas formado por leigos, sem a necessidade de haver a figura de um padre. Um dos principais líderes desse grupo foi o morador Benjamin Garcia, conhecido como Tio Beijo, que viria a dar nome à escola profissionalizante do bairro. Benjamin se tornou amigo de padre Miguel quando este chegou ao bairro, e faleceu em 1981. O grupo Vicentino buscava ajudar os mais desfavorecidos, trazer melhorias para o bairro e unir os moradores. Em 1974, Tio Beijo ajudou na formação do grupo “Conquista Jovem” no bairro. O grupo, formado por jovens, constituiu um grupo de teatro popular que abordava a própria realidade dos operários e trabalhadores da região, com peças intituladas “Sofrimento do lavrador”, “Brasil, Campeão de Acidentes de Trabalho” e “Natal propaganda”, sendo que este último foi censurado pelas autoridades policiais da época.

Questão de dois ou três finais de semana eu comecei a vir e conheci o padre Miguel que era um padre assim, muito engajado na luta popular. Uma coisa que me chamou muita atenção era o seguinte: descia do ônibus, o primeiro quarteirão é onde tem o Tio Beijo, a metade da rua era asfaltada, a outra metade não era asfaltada. Então andava um quarteirão nessa rua asfaltada, virava à direita, depois virava à esquerda e voltava para a rua do ônibus. Então fazia isso aqui, né? Isso aqui é a rua do ônibus, aqui a avenida Flor de Seda que é a avenida da Igreja. Geralmente a Igreja é um local que todo mundo valoriza demais e que a rua é asfaltada, aqui não era. Esse quarteirão aqui, a metade dele era asfaltada, vinha pra cá à direita também era asfaltado, virava à esquerda, também asfaltado, depois entrava na rua no ônibus. Só um quarteirão, só esse quadradinho era asfaltado. Aqui era um trem assim, tão esquisito, né? A escola não era asfaltada, a Igreja não era asfaltada, e só aqui.... O que que acontecia ali, o moço morava justamente naquele quarteirão, ele era um cabo eleitoral do Álvaro Antônio, que era um deputado muito forte aqui na região, e só se fazia aquilo que ele queria. Como ele era cabo eleitoral dele né, tava resolvido o problema.

Por muitos anos a falta de calçamento nas ruas fazia que, em época de chuva, o ônibus não passasse nas ruas programadas do bairro. Os moradores lembram que devido ao barro o ônibus não dava conta de subir as ladeiras do Lindéia e então os moradores eram deixados no meio do caminho. Além disso, a oferta de horários que a única linha de ônibus passava era escassa. Em muitas ocasiões os moradores, como forma de protesto, organizavam para não pagar o ônibus, especialmente em dias que estava muito lotado e o trocador não conseguia nem se movimentar para recolher as passagens. A ausência de água encanada no bairro era amenizada nos primeiros anos devido aos córregos presentes no bairro, onde as mulheres iam lavar roupa e as crianças se banhavam. A falta dessa infraestrutura básica foi, de alguma forma, uma força motivadora para união e mobilização dos moradores em busca de seus direitos mais essenciais.

O Lindéia também tinha muitas minas. Então assim, por não ter água as pessoas buscavam água nas minas. Tinha, só que eu lembro, três minas que o pessoal pegava água, limpinha, que o

pessoal lavava roupa. Ônibus não tinha. Igual meu pai pra trabalhar, ele saía do Lindéia e ia lá na Toshiba, pegava o Flamengo e passava na Toshiba. Nós também, né. Quando eu comecei a trabalhar já tinha ônibus. Igual eu pra estudar, eu estudava lá no bairro Amazonas, ia a pé todo dia porque não tinha escola – só tinha uma escola, que era Escola Reunidas Pedreiro do Renault. Era uma escola de tábua, antiga, e eu fiz a quarta série lá. Quando eu vim pra cá eu já tinha passado da terceira série, fiz a quarta série nessa escola. O ônibus não chegava lá, as professoras tinham que descer mais distante e vim a pé até na escola, sabe? E eu fico vendo assim, agora até sinal tem no Lindéia, sinal de trânsito, sabe? Antes nem carro, nem rua tinha direito.

Nos primeiros anos, a escola do bairro oferecia ensino até a quarta-série. Para que os alunos pudessem continuar seus estudos, padre Miguel conseguiu um ônibus velho de doação de uma escola jesuíta do Rio de Janeiro e a Igreja pagou um morador do bairro para ser motorista e levar as crianças para estudar na Escola Estadual Leopoldo de Miranda. Os anos 1978 a 1983 caracterizaram um período marcante de conquistas de melhorias no transporte coletivo, na criação de escola de primeiro grau (de quinta à oitava série) Escola Estadual Padre João Bosco Penido Burnier e de asfaltamento de ruas importantes no bairro, como a rua Perpétua. A Escola Estadual Padre João Bosco Penido Burnier teve sua verba para construção liberada pelo governo, mas ficou 4 anos esperando que o terreno prometido fosse desapropriado para o início da construção. Diante desse impasse, um grupo de moradores da associação foi de ônibus para Brasília cobrar e reivindicar, e assim o terreno foi liberado e os moradores se organizaram em mutirão para executar a obra. Todas essas conquistas foram resultado da luta da associação comunitária através da mobilização dos moradores por meio de abaixo-assinado, caravanas, idas em massa à Prefeitura, designação de comissões com tarefas específicas definidas em assembleias, mutirões.

Ah, aí o que que acontece... Era importante arrumar uma escola, né? A escola que tinha aqui era do lado da Igreja, ela era em cima de uma casa e era uma escola de primeira a quarta. De quinta série os meninos iam lá, com ônibus... Aí era importante criar uma escola de quinta a oitava. O padre Miguel conseguiu com a Stella, da UFMG, eu não sei que fundo que é, que eram só esses fundos que

existem né, aí fez o Burnier. Era uma escola de quinta a oitava e de segundo grau. Essa escola ela foi muito importante porque ela foi resultado de uma luta muito grande, os meninos não tinham escola aqui. Aí teve o Burnier, né, que foi a primeira conquista; aí veio o Mello Cançado, depois veio uma outra escola, né? Aí começou a ter aquele tantão, né. Mas a grande conquista assim de significado mesmo foi o Burnier, foi a primeira e que tinha que surgir porque os meninos estavam fora, né? Tinha mesmo. Se não tivesse tido essa luta não teria saído, sabe?

A escola estadual Padre Penido Burnier, aquela ali. Aquela escola ali teve dois prédios daquele ali que foi construído pela comunidade através da associação. Nós fomos em Brasília na época, arrumamos o dinheiro e construímos ali. A escola Divina Providencia era na pracinha aqui, era uma casa, aí nós conseguimos fazer pressão e hoje tem uma escola grandona, estadual. Hoje tem duas creches aqui, que foi também luta comunitária. Não é do governo, não é da prefeitura e nem é da igreja, é da comunidade e tem um conselho que cuida dela.

Em 1979, o grupo de mães da comunidade sentiu a necessidades de uma creche comunitária para colaborar com as mães que não tinham onde deixar os filhos para irem trabalhar e, em 1980, foi fundada a Creche Comunitária Maria Floripes através de mutirões e de atividades do cursinho profissionalizante nascido no porão da Igreja, a Ação Social Técnica Tio Beijo. A Ação Social técnica nasceu no porão da Igreja a partir das obras realizadas através de mutirões entre os moradores, foi oficializada como centro de ensino em 1979 e inaugurada na nova sede em 1983.

2.3 A FORÇA DAS MULHERES: GRUPO DE MÃES

Um dos grandes destaques da associação comunitário foi o grupo de mães que se formou. Esse grupo tinha reuniões separadas das reuniões rotineiras da associação e era responsável por muitas frentes de luta. Uma das ações que mais marcou a comunidade foi o sopão, feito na cozinha do porão da Igreja com alimentos recolhidos de doações para alimentar as famílias no período de crise econômica, principalmente na década de 1980

com o aumento do desemprego. Além do sopão, as mães se reuniam para preparar lanches para as crianças. As mães se juntavam e passavam de casa em casas recolhendo doações de alimentos, iam ao Ceasa em busca de doações, recebiam também doações de pessoas que conheciam a associação e tinham condições de ajudar, como amigos da professora Stella e do padre Miguel.

*Olha, naquele tempo foi conseguido bastante produto da Ceasa, então a gente ia buscar produtos na Ceasa. Esses produtos já estavam mal pra vender, então a gente conseguia buscar na Ceasa pra fazer os trabalhos. Eu acho que a Igreja também ajudava. Tinha uma cozinha, comprava coisa, conseguiam com os comerciantes; também tinha alguns amigos que eram ricos – do Miguel, da Stella – eles acabavam conseguindo alguma coisa pra poder fazer esse sopão. **O papel das mulheres nesse movimento todo foi fundamental.** As mulheres foram muito mais valentes que os homens, elas foram muito mais corajosas. Elas enfrentavam o problema de forma mais dinâmica eu acho, elas tinham o problema em casa. Elas ficavam em casa, os homens trabalhavam fora – faziam bico, faziam alguma coisinha – e as mulheres tinham esse problema porque os meninos ficavam em casa com fome. Os meninos não tinham escola, não tinham nada; as mulheres tinham... As mulheres participavam muito mais dessa luta que os homens. As mulheres tiveram um papel fundamental nessa transformação do bairro, fundamental mesmo. Elas assumiam, elas tinham muita coragem, elas participavam mesmo, não tinha medo de policia, não tinha medo de ninguém. Tinha uma força muito grande, acho que essa força vinha exatamente porque elas sentiam que pra sair do lugar tem que haver alguma luta.*

Outra forma de aumentar a renda na época foi a organização de uma feira livre com produtos que esse grupo de mulheres buscava com um preço mais barato na Ceasa e revendiam na feira. O grupo de mães também organizava uma oficina de artesanato que funcionava no porão da Igreja, com produção de papel, trabalhos com tear, tapeçaria e bordados. Além de produzir peças para venda, também eram dados cursos de corte-costura, tricô, cabelereiro, manicure e datilografia para que os moradores interessados pudessem aprender e incrementar a renda familiar.

2.4 TIO BEIJO E OS CURSOS *IN LOCO*

Padre Miguel chegou ao bairro em 1972 e começou celebrando as missas debaixo das árvores, no salão dos Vicentinos, visitava os moradores de casa em casa e trabalhava como operário em fábrica. Pouco tempo depois, a comunidade conseguiu um terreno desapropriado pela Prefeitura para edificação de uma igreja, então os moradores se organizaram em comissões e grupos para encaminhar mutirões para a construção da denominada Jesus Ressuscitado. Em 1973/1974, essas comissões deram início a oficinas e cursos profissionalizantes *in loco*.

Em 72 veio o padre Miguel pra aqui, e eu engrenei com eles aí nas celebrações. Aí celebramos no salão dos Vicentinos, aí depois passou pro grupo... Depois ele pegou pela Prefeitura o terreno na avenida Flor de Seda e a gente começou a construir. Lá a gente construía assim, eu tinha experiência de obra né, e fui dando curso de pedreiro, de carpinteiro, de serragem, e aí fomos construindo assim a base de curso de mutirão. Aí quando a gente fez a primeira parte da laje a gente passou a encontrar embaixo, né. Lá funcionava o lugar da celebração, tinha o salão da LBA [Legião Brasileira de Assistência], e separamos lá... Porque veio o secretário de saúde e ele tava com dificuldade por causa de espaço, aí o padre Miguel e nós separamos lá uma parte e fizemos a sala de consulta. Sua mãe entrou lá com um gabinete de dentista, aí preparou lá também. Aí a gente foi levando. Depois a gente fez a parte de cima e fomos depois construindo mais obras, né.

A experiência de ensino durante as obras começou no mutirão da Igreja Jesus Ressuscitado – inaugurada em 1975, se estendeu por outras obras no bairro e culminou no que seria a escola profissionalizante Tio Beijo. A criação desses cursos atendia a uma série de interesses dos moradores como, nas palavras deles, “ensinar o trabalhador a trabalhar”, resolver o problema da falta de dinheiro para mão de obra, aproveitar os recursos financeiros da Secretaria do Trabalho para ministrar os cursos, unir e mobilizar os trabalhadores do bairro. Quem ministrava os cursos eram os próprios moradores do bairro que já tinham experiência na área, como Roberval que ensinava curso de pedreiro

e serralheiro e Roberto, que ensinava tornearia. Os cursos eram uma atividade coletiva que vinculavam teoria e prática, assim como espaço para reflexão sobre os problemas cotidianos.

Além da gente aprender na teoria e na prática, a gente reservava uma hora todo domingo para bater papo sobre a situação do operário.

A fim de arrecadar verba e ampliar a oferta de cursos, os moradores se organizaram para buscar financiamento, inclusive fora do país. Através da organização de funcionamento dos cursos, conseguiram verba da Secretaria de Estado do Trabalho de Minas Gerais e, com os anos, ampliaram a oferta de cursos. Os cursos aconteceram nos primeiros anos no porão da Igreja, chamado Centro Comunitário. Desde o início, eles constituíam-se por uma parte prática e outra de reflexão sobre a situação dos trabalhadores no local de trabalho. Depois da construção da igreja, os instrutores e alunos decidiram desenvolver as aulas práticas em barracões construídos na vila vizinha Piratininga, reformando as casas e construindo outros espaços coletivos. A creche comunitária do bairro Regina, vizinho ao Lindéia, também foi construída através de oficinas do cursinho e mutirões.

Outra parte da verba para aquisição de maquinário, por exemplo, veio da Fundação Elosúa, vinculada ao padre Miguel. Em 1978, a associação usou parte dessa verba para comprar cinco pequenos tornos, esmeril e outras ferramentas necessárias, e assim foi possível implementar o curso de torneiro mecânico. Com a grande procura pelos cursos profissionalizantes e interesse por parte dos moradores do bairro, a associação conseguiu adquirir um terreno para construção e ampliação dos cursos. Os lotes foram comprados em 1981 e depois começou a construção através de mutirões. A oficialização das atividades e registro como Ação Social Técnica ocorreu em 1979, e ficou registrado como empresa com objetivo de formação profissional, não como escola. Em 1983, com a inauguração do novo espaço físico, começaram a funcionar cursos de manhã, tarde e noite. A Ação Social Técnica, também conhecida no bairro como Escola de Produção Tio Beijo, não pertencia nem à igreja nem à associação, mas sim à comunidade. Quaisquer moradores da região tinha o direito de participar, não só aqueles ativos e vinculados a essas instituições. Em 1986, ficou definido que 50% das vagas eram destinadas aos moradores do Lindéia e o restante ficaria disponível a alunos de outros bairros. A prática do mutirão, nesse contexto, é a realização do processo de ensino. Consta nos registros da escola assinaturas com endereços de mais de 100 moradores que participaram do

mutirão para construir a Ação Social Técnica. Os moradores se organizavam em quatro grupos com aproximadamente vinte e poucas pessoas, de forma que cada grupo trabalhasse um final de semana por mês. A obra durou de fevereiro à dezembro de 1982, sendo inaugurada em fevereiro de 1983.

O prédio do Tio Beijo, construído coletivamente, foi projetado com dois andares, cinco salas de aula que comportavam aproximadamente 30 alunos cada, biblioteca, sala de coordenação, secretaria, cantina para alunos e professores, instalações sanitárias, almoxarifado, salão de oficinas com 200m² e área livre para recreação. Sempre existiu um esforço contínuo por parte da coordenação da escola em disseminar a ideia que o Tio Beijo era uma conquista da comunidade, e não um privilégio somente para aqueles que frequentavam a igreja ou a associação. A escola reunia professores que moravam no bairro, professores externos convidados e alguns professores intercambistas advindos de uma parceria com uma instituição alemã que vinham passar um período de tempo no Brasil dando aula.

Tio Beijo surgiu de uma prática coletiva de ajudar o próximo ao transmitir o conhecimento de um ofício especializado e ajudar a comunidade através dos processos de mutirão para construir um bem comum. O ensino desde a época que o Tio Beijo começou com cursinhos profissionalizantes sempre foi gratuito, e a verba para manter o funcionamento da escola era conquistada através de muito luta e articulação entre Secretaria do Trabalho, doações, parcerias.

2.5 AS CABRAS, OS CHÁS E A UNIVERSIDADE

Padre Miguel conhecia a professora Maria Stella Pereira do Colégio Loyola, e em 1980 ela se tornou a pró-reitora de projetos de extensão da UFMG. Em 1983, um projeto de extensão de criação de cabras coordenado por Stella e sob assistência e orientação do Projeto Metropolitano da UFMG se iniciou no bairro. O projeto emprestava às famílias com crianças subnutridas atendidas no posto de saúde das comunidades uma cabra e um reprodutor, da raça leiteira, que ficavam com eles. Depois, dando a segunda cria, passava para outra família. Primeiro que ela der é desse, a outra para o outro, ia passando as crias. Então todos ficavam com uma. O projeto cedeu à comunidade, inicialmente, 18 cabras e

alguns meses depois esse número passou para 40 cabras, devido ao grande interesse dos moradores em participar do projeto. Seu Zé, um dos moradores responsáveis pelo projeto, cuidava do bode, que era coletivo, para reprodução dos animais. Em 1987, o bairro já contava com mais de 150 cabras. Além de fornecer as cabras, o projeto fazia um acompanhamento com profissionais veterinários e dava assistência às famílias. Outro projeto introduzido no bairro pelo Projeto Metropolitano da UFMG foi a criação de coelhos para abate, cuja produção era recolhida por uma cooperativa vinculada ao projeto e localizada na Ceasa.

*Isso também foi uma coisa que eu acho que foi muito importante o pessoal da universidade participar aqui porque aí que entra a preocupação do Miguel, além da questão espiritual tem a questão material, e ele pensou na universidade. Ele conheceu a Stella acho que no Colégio Loyola, a Stella, Geruza e o Zé Raimundo, que também foi uma figura bem importante, mas a Stella e a Geruza foram as mais importantes porque elas conseguiram projetos com a Universidade Federal, tinha um projeto de alento das famílias mais pobres. As mães tinham pouco leite, não se alimentavam direito, tinha muito problema, muitos problemas. Então foi feito uma parceria com a Universidade Federal, e a Universidade Federal – acho que foi ela que comprou as cabras – e doou uma cabra pra cada família que tivesse criança. Então a cabra era da família que tivesse criança pequena que necessitasse de leite. Aí as famílias tinham as cabras e tinha um bode, o bode era coletivo, era de todo mundo, e aí levava as cabras pra cruzar pra poder ter os filhotes. A Julia no começo era gordinha, depois ela teve uma infecção e ficou extremamente magrela, muito magra. Aí a gente pegava todo dia leite na casa do seu Zé, Zé da Égua; e todo dia a gente pegava tipo um caneco de leite de cabra e a Julia também tomou do leite de cabra, da criação de cabras que tinha aqui no Lindéia. **Então foi muito importante, pra Julia e pra muitas, muitas crianças.** O leite de cabra é mais forte que o leite de vaca, então assim, tinha a questão que você não tinha que comprar o leite, né. [...] Então foi um projeto bem pensado pra, tipo assim, não jogar as cabras aqui e que se dane. Tinha uma assistência de*

veterinário e orientação para alimentação. Então quem puxava mais isso era a Stella.

O grupo de mães da associação, motivado pela necessidade de se ter um espaço para troca de experiências e informações sobre o uso de remédios caseiros, propôs a um grupo da Universidade atuante no bairro que fossem feitas discussões sobre o tema uma vez que os moradores na época tinham dificuldade em fazer tratamento médico com medicamentos de farmácia. Desse tema nasceu o projeto que resultou em um livro sobre chás e remédios caseiros, produzido pelo Projeto Metropolitano do Conselho de Extensão da UFMG. O projeto teve colaboração de professores e estudantes dos cursos de Medicina, Farmácia, Ciências Biológicas, Química, Comunicação Social, Filosofia, Sociologia e Pedagogia, e também contou com a colaboração de funcionários do posto de saúde. No bairro, além das mães que já tinham a prática de produzir e consumir remédios caseiros, a moradora Dona Maria Tertuliana, também conhecida como Dona Maria Benzedeira, tinha o costume de fazer chás, benzer e visitar os moradores do bairro. Dona Maria foi uma figura muito importante no bairro e para os moradores, uma praça no bairro leva seu nome hoje em dia.

*A Dona Maria Benzedeira era a Dona Maria Tertuliana, a praça tem o nome dela. Ela acolhia todo mundo. Chegava, aquele jeitinho da roça, aquela coisa carinhosa, ninguém saía de lá sem tomar um chá, sabe? O livro de remédio é dela. **Ela tinha uma força muito grande.** E outra coisa, muitas vezes ela ia na casa das pessoas pra ver como é que tava. Isso também eu acho que ajudou muito, sabe? **Que ia mobilizando.***

*Outro trabalho importante foi a questão dos chás que a Dona Maria Benzedeira fazia, né. A Dona Maria Benzedeira morava numa casa lá embaixo da Igreja que acabava na Ação Social Técnica, no Tio Beijo. A Dona Maria quando veio do interior não tinha onde morar, aí cederam a casa pra ela e ela era uma benzedeira. Aí no tempo dela tinha o Chico, que era médico, e o Ulisses. O Chico era médico e trabalhava numa faculdade ali na subida do Bias Fortes. Ele era médico aqui do posto, que também não tinha no começo – foi uma luta pra conseguir esse posto que tá aí. **Então o Chico e o Ulisses eles encaminhavam muita gente***

para a Dona Maria fazer benzeção. Eles sabiam que muitos problemas não eram problemas... eram problemas psicológicos, então não eram remédios, era uma reza. Reza Dona Maria fazia muito, e o povo acreditava muito nela. A Dona Maria tinha muito fé, então ela conseguia curar muitas doenças porque ela acreditava e o povo acreditava nela. Então nesse tempo a Faculdade de Farmácia fez um livro de chás.

Os projetos de extensão aplicados no bairro sempre buscavam preservar e trabalhar com o conhecimento e manifestações culturais próprias da comunidade. A partir das narrativas locais é possível perceber como esses projetos foram marcantes e fizeram a diferença naquela realidade, não só para os moradores, mas também para os professores e estagiários que atuaram ali. Em 1991, o projeto de extensão também produziu um pequeno vídeo sobre o bairro e a história da associação em parceria com os moradores, se tornando um importante e um dos registros audiovisuais do bairro nesse período.

Outro projeto importante para a comunidade em parceria com o Projeto Metropolitano da UFMG foi a construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição. O projeto da igreja surgiu em 1984, a partir de uma demanda dos próprios moradores, e foi desenvolvido por várias mãos, com participação do Departamento de Engenharia de Estruturas da Escola de Engenharia, da Escola de Arquitetura, da Pró-reitora de Extensão e da própria comunidade. O terreno foi cedido pela mãe do padre Bahige, que atuava no bairro junto com padre Miguel. O projeto da cobertura tipo parabolóide hiperbólico, composta por uma casca de dupla curvatura, foi elaborado pelo arquiteto Sebastião Lopes, que já participava de projetos no Lindéia. A verba para realizar a obra foi doada por católicos alemães e a obra foi viabilizada com o uso de tecnologias alternativas para a época, com o uso inclusive de cabos de vassoura como fôrma. Os moradores participaram tanto na elaboração do projeto como na execução da obra: o projeto foi discutido em assembleia – os alunos e professores envolvidos desenvolveram maquetes para conseguir discutir as propostas com os moradores, e a localização e orientação do projeto também foram decisões coletivas. A obra, que não era convencional, apresentava um desafio técnico e construtivo. Os moradores, que estavam acostumados com mutirões, nunca tinham realizado uma obra parecida com a proposta para a igreja. Devido ao desafio técnico de construir uma cobertura de alvenaria cerâmica armada, a obra se dividiu entre trabalhadores fichados para realizar a parte mais arriscada e mutirão.

O mestre de obras contratado foi o morador Roberval, que participou desde a primeira obra em mutirão do bairro na Igreja Jesus Ressuscitado e foi um dos primeiros professores dos cursinhos profissionalizantes em obras – que se tornou a Ação Social Técnica Tio Beijo. A obra foi acompanhada por grupos de alunos e professores dos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura da UFMG ao longo de toda sua realização, os desenhos técnicos e maquetes do projeto também foram realizados por alunos da Escola de Arquitetura como trabalho de extensão. A igreja, inaugurada em 1987, é motivo de grande orgulho para o bairro. Nela, além das salas de catequese, também dispõe de salas voltadas para cursos profissionalizantes que funcionavam de dia e de noite, como cursos de culinária, corte costura, bordado, tricô, grupo de mães e reuniões comunitárias. Novamente vemos no bairro o interesse em unir o papel espiritual de uma igreja com as necessidades cotidianas dos moradores.

2.6 FESTAS, FESTIVAIS, JORNAL E COMUNIDADE

O vínculo e sentimento de pertencimento à comunidade presente no bairro eram refletidos nas festas e festivais recorrentes. Além das várias festas religiosas, organizadas pela igreja e pela associação; os moradores organizavam também o famoso festival de música, com inúmeras apresentações locais. Uma grande parte dos moradores do bairro eram famílias vindas no interior, que compartilhavam as mesmas tradições e celebravam as mesmas datas comemorativas religiosas.

Legal também, Fernanda, eram as festas, sabe? A gente fazia festa demais, tinha uma parte lá que mexia só com cultura, sabe? Aí filme, levava filme, fazia essas festas, igual agora mesmo: São João, São Pedro, Santo Antônio... Comemorava tudo. É muito interessante. Eu lembro também que teve um ano que foi comemorado no dia mesmo, entendeu? Não esperou sábado ou domingo pra fazer não, aí foi no dia mesmo, e foi muito boa a festa!

Dentro da associação tinha um grupo específico para pensar em projetos de cultura no bairro que se reunia semanalmente. Esse grupo organizava sessões coletivas de cinema para passar filmes, ajudava a organizar o festival de música, dentre outras ações coletivas.

Ah, tinha um jornal também. A gente mesmo que escrevia as matérias, era muito interessante. Na associação mesmo deve ter um arquivo dos jornais guardados. O jornal era interessante e nós que escrevíamos as matérias, mas as matérias tinham que ser aprovadas na assembleia. Eu lembro uma vez uma matéria que eu escrevi sobre o asfalto, aí a assembleia vetou um tanto de coisa na minha matéria. Fiquei invocada! [risos] eu não lembro porque eles vetaram, mas não sei assim, uma linguagem mais radical, não sei, umas coisas assim, sabe? Mas aí tinha que passar pela assembleia. A gente redigia tudo e depois que passava pela assembleia a assembleia anotava, mandava tirar isso, colocar aquilo, né, aí que imprimia. Ele era mensal, durou bastante tempo.

Além das festas e atrações culturais, a associação também produzia um jornal local com tiragens mensais. Essa era uma das maneiras de manter os moradores informados das ações promovidas pela associação e a repercussão no bairro. As matérias, como narrado, eram discutidas e aprovadas em assembleia e discutiam os acontecimentos marcantes relativos ao bairro.

2.7 FRETAMENTO DOS ÔNIBUS E ACAMPAMENTOS NA PREFEITURA: ENTRE A LUTA INSTITUCIONAL E AÇÃO DIRETA

Diante da falta de infraestrutura básica, a comunidade do bairro Lindéia começou a se organizar para pressionar suas demandas junto ao Poder Público e criar estratégias de combate para alcançar seus objetivos. As transformações e reivindicações por serviços básicos se deu através de muita luta e mobilização ao longo dos anos. A associação criava estratégias de luta como ocupar a Prefeitura, ir à Brasília pressionar, organizar manifestações e passeatas reivindicando suas demandas.

A gente ia lá e ele recebia lá, ele [o prefeito] já conhecia a gente. Nós ia todo mundo, ia aquele tanto de ônibus. As mulheres iam com os meninos, chegava, forrava lá o chão da Prefeitura para partir comida, pão pros meninos, porque a gente ia ficar o dia inteiro ali mesmo.

A estratégia ocupar a Prefeitura era adotada em situações mais extremas, quando os moradores já tinham recorrido às vias institucionais possíveis e mesmo assim não obtinham retorno. Nesse processo, os moradores fretavam ônibus, reuniam o máximo de moradores possíveis – mulheres, crianças, jovens, se dirigiam à Prefeitura e permaneciam lá o tempo que fosse até serem atendidos. Por muito tempo parte das transformações no bairro foram conquistadas assim: quando as vias institucionais não eram eficazes, a associação se organizava para pressionar o governo. Outra grande parte das conquistas era resultado da união e cooperação dos moradores em torno de necessidades do bairro, com verbas doadas por instituições como a Fundação Elosúa ou parte da verba vinda dessas negociações com o governo.

Não, só quando tava muito agarrado, que não saía, pra pressionar mesmo, aí enchia um ônibus e ia. Normalmente ia um grupo pequeno pra conversar, aí assim, fulano de tal vai nesse setor, o outro vai nesse... Aí era dividido de acordo com a disponibilidade de cada um, porque a maioria trabalhava também, né. Eu lembro do Cláudio, ele já faleceu – marido da Pazinha, ele ... A gente ria até, ele ficava encarregado das coisas da Sudecap, que ele trabalhava perto. Eu lembro disso, dele com o 'protocolozinho' dele [risos]. Pegava o protocolo da prefeitura e ia acompanhando os processos. Dai quando tava muito agarrado, muito agarrado, aí fazia um especial e baixava todo mundo, pra fazer mais pressão, né. Era assim.

Em um desses episódios, numa ação contra o governador Newton Cardoso, os moradores juntaram dez ônibus para ir para o centro de Belo Horizonte reivindicar. Antes mesmo dos ônibus darem partida, a polícia apareceu para impedir a saída dos moradores. Impossibilitados de usar os ônibus fretados, os moradores se espalharam e pegaram os ônibus de linha até a Praça da Liberdade, mas a polícia também estava lá aguardando para não permitir que os moradores ocupassem a Prefeitura. Nesse dia, os moradores traçaram uma estratégia e, antes de se encontrarem na Praça da Liberdade, arrumaram muitas flores. Assim, quando chegaram na praça, as mulheres do grupo começaram a distribuir flores para os policiais que os aguardavam.

A luta ela se dá no momento onde que existe uma necessidade concreta. Na medida que aquilo vai acabando, por exemplo, aqui

não tinha luz, não tinha água, não tinha ônibus, não tinha asfalto, não tinha nada! Não tinha centro de saúde, não tinha nada... Aí você vai desbravando aquilo, você vai conseguindo, vai arrumando... Na medida que você vai arrumando as pessoas vão se aquietando...

A hipótese de muitos moradores que participaram da época em que a associação estava no ápice de sua luta é que, depois que os serviços essenciais foram adquiridos, ficou mais difícil trabalhar. Quando começou a “ter tudo”, se referindo à infraestrutura básica, as pessoas pararam de mobilizar, mas na hora que “apertava”, a população se juntava. Situações como a falta de remédios no posto de saúde ainda mobilizavam cerca de 500 pessoas no salão da Igreja para debate.

Aí correu todo mundo pra cá e nós fizemos uma plenária com mais de 500 pessoas aqui na Igreja que teve que ser feita. Aí quando a gente meteu o cacete e resolveu, o que que a Prefeitura criou: o Conselho Local de Saúde.

Tudo, né, foi através de muita luta. Era interessante a amizade que se formou em torno daquelas pessoas, até hoje né, é muito interessante. A associação existe até hoje. Às vezes me dá uma saudade, aí eu vou à missa lá. Quando me dá muita saudade eu vou à missa lá. Eu estava conversando com a Vera e o Roberto e eles estavam indo pra reunião, ainda existe a associação, e era assim: o esquema era coordenação, né. Não existia presidente não, eram coordenadores. Acho que eram três coordenadores, secretário e tesoureiro. Eu fui secretária e tesoureira por muito tempo na associação.

A associação, desde seu início, se preocupava muito em organizar sua estrutura e suas ações de forma participativa e horizontal, o que pode ser percebido até na nomenclatura do conselho gestor: coordenação coletiva, não diretoria com apenas uma pessoa no comando. Em todos esses anos a associação cobrava uma mensalidade simbólica dos associados, o que ressaltava a seriedade e comprometimento daqueles que escolhiam participar. Os associados tinham, inclusive, uma carteirinha de membro de papel.

2.8 DESMOBILIZAÇÃO E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O início da organização dos moradores no bairro foi marcado pela chegada do padre Miguel na comunidade em 1972. Três anos depois, em 1975, foi fundado o Conselho dos Moradores, a fim de desvincular da imagem da igreja; e em 1978 foi oficializada a Associação Comunitária do bairro Lindéia. Até o ano de 1987, a associação se organizou, lutou e conquistou as principais demandas da população, como água canalizada, luz, asfaltamento das principais vias, centro de saúde, ensino básico com a conquista de duas escolas para o bairro, inauguração do centro profissionalizante Tio Beijo, construção de duas igrejas e uma capela, lar dos idosos, creche comunitária, dentre outros. As reuniões que começaram de forma embrionária no porão da igreja ganharam força e se transformaram em uma associação forte e combativa nos seus primeiros anos.

Já no início da década de 1990, os relatos contam que a associação perdia força conforme as necessidades eram atendidas. A hipótese dos moradores ativos na associação é que o que começou a desmobilizar foram os rachas políticos ainda nos anos 1980. Depois disso, as inúmeras conquistas fizeram com que as pessoas se acomodassem. Uma vez que o básico já estava garantido, a manutenção dessas conquistas não engajava os moradores na luta como antigamente.

Aí depois eles filiaram a esse partido comunista e começou a ter uns rachas, aí surgiu o PT também, o partido político, aí mais racha ainda, entendeu? Aquelas divisões ideológicas, mas antes não tinha. Isso no meio, assim. A luta ela se dá no momento onde que existe uma necessidade concreta. Na medida que aquilo vai acabando, por exemplo, aqui não tinha luz, não tinha água, não tinha ônibus, não tinha asfalto, não tinha nada! Não tinha centro de saúde, não tinha nada... Aí você vai desbravando aquilo, você vai conseguindo, vai arrumando... Na medida que você vai arrumando as pessoas vão se quietando...

Com a implementação do Orçamento Participativo, em 1993, a dinâmica da associação se transformou. Nesse momento a associação já não tinha a mesma força de seus primeiros anos e ela passou a se organizar e criar estratégias em função das possibilidades oferecidas dentro do OP. Uma das estratégias criadas era levar a própria cédula de

votação já preenchida aos encontros na Prefeitura, o que criava uma unidade de votos na região do Barreiro a favor das obras requeridas.

No Orçamento Participativo a gente conseguiu. O primeiro Orçamento Participativo que o Patrus fez foi microrregião. Por exemplo, aqui no Barreiro tem Barreiro 1, 2, 3, 4, 5. Tem 5 microrregionais. Cada microrregional dessas ela é composta por vários bairros. Agora já mudou, tá A, B, C, D; mudou um pouco. Deixa eu ver se eu tenho aqui... [Sai para procurar documento]. Tá aqui dentro, eu acho... A Vera acha que eu sou muito bagunçado. Ah, tá aqui. Mas essa daqui é uma das... A questão é assim ó: aqui estão as obras que foram aprovadas e a situação de obra, aqui tá a situação, escopo, valor, o empreendimento, número e ano do OP. Aqui por exemplo, 2005-2006, 2007-2008, 2009-2010, todas essas obras aqui. E aqui você vai tendo as épocas aqui, 2011-2012, sabe assim? Aí vai tendo, e os preços vem na frente. Essas coisas aqui a gente sabe tudo antes, a gente dividia, a gente fazia cada.... Por exemplo, o Barreiro, o nosso era o Barreiro 3 na época, do último que teve, era o Barreiro 3. Tinha 20 milhões por exemplo para toda a região do Barreiro. O Barreiro 3, por exemplo, podia ter aqui mais ou menos 5 milhões e pouco, e ali tantos milhões no outro, tanto no outro, tanto no outro. E a Prefeitura fazia assim: jogava aquilo ali e o pessoal que se comia um ao outro pra poder ganhar aquele dinheiro, pra poder fazer aquela obra. Aí em vez de fazer isso, nós fizemos inverso. Nós pegava tudo que tinha de dinheiro e tal e ia sentando por Barreiro 1 – que era lá, pegava o Barreiro de cima, o Zé fazia parte do Barreiro 1, ele faz - depois pegava o Barreiro dois, que é essa parte de baixo central aqui, o Barreiro 3 que era o nosso aqui, o 4 que era o... e o 5. Pegava os Barreiros e a gente fazia reunião pra ver o que que tem. Falava ‘Nós vamos que ter uma discussão pra ver o que é prioritário nessa região suas aqui, porque aqui vai dar pra gastar X aqui. Lá do outro lado dá pra gastar Y, aqui dá pra gastar isso....’. Quando a gente ia pra lá a gente já ia com tudo, ninguém brigava com ninguém, tudo acordado. [...]

Não, a gente fazia a nossa.... Tinha a cédula da votação e a gente fazia a nossa cédula. Aí a pessoa levava a nossa cédula, que era igual a da Prefeitura, só que a Prefeitura não sabia, e a pessoa só colava lá onde que lia, entendeu? Aí os votos saíam tudo igual, tudo igualzinho, aí aquilo ali agitava a Prefeitura... Aí agitava. Teve uma vez que veio um pessoal pra bater em mim, pessoal contrário, que queria fazer as coisas de outra forma.

A associação passou a se organizar em função das possibilidades oferecidas dentro do Orçamento Participativo. A mobilização cotidiana, local, já não existia mais. As pessoas passaram a se organizar apenas quando existia a possibilidade de uma grande obra através do OP, e ficaram restritas a uma participação automatizada. Muitas das “conquistas” do Orçamento são obras paradas, que não foram terminadas sob a justificativa de falta de verba. Outra crítica levantada por um morador ao OP é a questão das reais necessidades de uma comunidade em contraposição com sua capacidade de se organizar. Bairros como o Lindéia, com uma história e uma cultura de mobilização, saíram na frente de outras localidades mais carentes de infraestrutura. O que essa crítica sugere é que a divisão de recursos proposta no OP não é justa, uma vez que há uma suposta igualdade de oportunidades, mas não uma equidade levando em consideração as particularidades de cada bairro.

Acho que o Orçamento Participativo ele foi um instrumento importante. Nesse tempo o povo já não participava muito, participava relativamente pouco. Conseguiram mobilizar o povo através de alguma obra, quando tinha uma obra o povo se mobilizava. Tipo assim, tem que fazer uma rua, ou construir uma escola. Eram coisas materiais muito caras. Eles estavam muito mais desmobilizados quando começou. Acho que ocorreu um problema, que eu acho que é um problema e pode não ser um problema, é uma solução e um problema. Que é: quem tinha alguma mobilização no bairro conseguia as coisas, e quem não tinha, sobrava. Então por exemplo, favelas que não tinham nada ou essas ocupações que não que o povo não era mobilizado, não ganhavam nada, e não levou nada. Então, às vezes, quem já era mobilizado e que já tinham, iam ganhar mais coisas. Por exemplo, aqui no Lindéia iam ganhar uma quadra de esportes, será que isso

era tão importante? Pode ser que seja, é importante. Aí conseguiu um Centro Cultural no Regina. Agora, tem bairro, favelas, que não tem escola, que não tem o mínimo. Então assim, quem era mobilizado queria conquistar as coisas pro seu bairro, e quem não era mobilizado sobrou. Hoje o Orçamento Participativo ele também tá nos seus momentos finais, não tem mais isso, acabou. E as obras que começaram, tipo assim, uma obra demora 10 anos pra ser feita. Muito complicado. Prometia muito, mas conseguia fazer pouco, às vezes. Eu acho também que o Orçamento tinha que ser mais discutido com o povo da periferia, não só com os políticos. Quem mora na periferia sabe o que tem que ser feito. Eu participo de muito movimento por aí, e o que a gente discute o povo não participa. Agora se você falasse um centro de saúde o povo levanta a cabeça, porque é importante pra eles. Tem coisa que pra gente não é tão importante, mas pra eles é fundamental.

Uma terceira hipótese para desmobilização no bairro e em outras associações foi a vitória do ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, em 2002. Nesse momento, muitas lideranças comunitárias deixaram seus postos locais para assumir cargos políticos no governo Lula. Essa é uma teoria de alguns moradores para explicar uma desmobilização generalizada das lutas de associações e sindicatos no Brasil, mas no caso do Lindéia especificamente isso não aconteceu. Dentre essas explicações, a mais recorrente entre os moradores é que, com as conquistas iniciais concretizadas, o povo se acomodou no bairro.

Essa desmobilização ela ocorreu muito depois que o PT assumiu o poder em 2002. Essa desmobilização acentuou porque o governo do PT tirou as lideranças comunitárias e sindicais e botou no governo. Então uma grande parte das lideranças saiu e os bairros ficaram sem liderança. Aí foi acabando.

Acho que é primeiro conseguir as coisas, mas como essa coisa vai funcionar já não é tão forte. Isso é o que eu sinto, né. E o povo ainda não estava nesse estágio de acompanhar a conquista. Outra coisa que aconteceu foi a desmobilização, né? O PT ganhando tirou todas as lideranças. Isso aconteceu no nosso sindicato também. Aqueles professores mais fortes foram chamados pra ocupar cargos, e

desmobilizou. Naquela época a gente não ganhava um centavo pra ser do sindicato. A gente batalhava mesmo, sabe? É época de greve não trabalhava, não ia na escola, ia nas outras escolas que estavam furando o movimento – a gente ia pra conversar, né, e quando terminava a greve voltava ao normal. Aí o que que eles fizeram: contrataram gente, pagaram pessoas pra trabalhar no sindicato. Essa pessoa já não vai ter tanto aquela força que a gente tinha e as lideranças foram....

A Associação Comunitária permanece ativa até hoje, assim como a Ação Técnica Social - Tio Beijo. A maior parte dos membros entre os anos 1970 e 1990 não participa mais da associação, porém alguns dos principais coordenadores ainda estão ativos.

2.9 CONVERSAS EM CASA: HILÁRIA E DONI

CONVERSAS EM CASA:

HILÁRIA [MÃE]

Todo esse processo, que pode vir a existir em diversos locais, em busca da cidadania – que era a palavra chave do padre Miguel – deveria fomentar a participação da faculdade, com o pé no chão da faculdade. Ao invés de ficar só no academicismo, ter esse pé na terra, entendeu? Então assim, buscar isso, buscar isso pra arquitetura... Que a arquitetura esteja presente. Buscar isso pra outras faculdades também, que tem esse vínculo com o povo. Isso podia ser uma linha de pesquisa sua, aprofundando, pegando uma aba do seu trabalho e aprofundando mais, e trazer a faculdade pra isso. Se você fosse fazer doutorado, por exemplo, poderia ser nessa linha. Criar uma coisa, mais que no mundo das ideias, no mundo da prática. Como isso seria feito, como viabilizar essa participação da faculdade. Eu acho que isso ia ser bem legal.

Eu conheci o Lindéia, eu era adolescente. Um dia aconteceu de eu passar no Lindéia, de eu pegar o ônibus e ir até lá pra conhecer que bairro é esse. O

Lindéia era uma fazenda que o Elias e o Reinaldo (irmãos), quando eu era pequena, eles iam lá pra caçar passarinho, catar coquinho, sabe? Era uma fazenda, era só a fazenda...

Isso foi em que ano?

Ah, eu era pequena. Se eu era pequena, 65, 66... entendeu? Era uma fazenda, na divisa com o bairro Industrial. Você sobe a rua do consultório (atual consultório de odontologia dela), lá do alto pra lá já é Lindéia. Mas era essa tal dessa fazenda que só tinha uma cerca. E aí lá tinha muito coquinho, tinha um rio que passava lá, um córrego que passava... Agora foi capeado, na avenida Tiradentes. Então eu conheci o Lindéia disso. Aí, depois, participando da Igreja, tinha uma filial que era lá no Lindéia. Então eu cheguei a ir lá na Igreja, mas visitando o bairro só, assim...

O que acontece... A diferença entre eu e esses militantes que estavam lá é que eu, quando fui lá, eu fui como uma pessoa do bairro, entendeu? Eu fui visitar meus amigos, é o bairro vizinho. É como se eu fosse moradora, apesar de morar no bairro Industrial, o índice de pobreza dos dois, a luta e a dificuldade dos dois... Essa questão do ônibus, eu vivia pendurada no ônibus, do lado de fora. Aquele gancho assim, um pendurava, outro punha a mão e a gente mal punha a ponta do pé no degrau no ônibus, e assim ia. Pra voltar de noite, eram três filas. Eles falavam assim: 'aqui é a fila de quem vai sentado'. Aí na hora que a porta do ônibus abria, todo mundo embolava. Aí vinha a polícia com a cavalaria, dava cacetada em todo mundo. Isso era todo dia. Eu não via isso como uma intelectual vê. Eu via isso como moradora, sofrendo na pele. Dia que o ônibus não chegava lá, que a gente tinha que ir a pé até o centro do Barreiro, eram 4 quilômetros. Não tinha eletricidade até eu fazer 14 anos, não tinha luz elétrica. Era lampião, vela, lamparina. Então assim, eu nunca tive essa visão de fora. A minha visão era de dentro. Era completamente diferente o jeito que eu encarava as pessoas e o jeito que seu pai encarava. Por exemplo, um dia, a gente tava conversando ainda... Eu tinha amizade com os seminaristas, falei assim: 'ô, a gente podia ir no cinema'. Seu pai virou pra mim e falou assim: 'não, não vou no cinema, porque o povo não vai no cinema'. O povo vai no cinema! O povo ia no cinema! Mas é uma visão romantizada de quem está de fora, do que que é

povo. Eu era povo. Eu sempre fui povo. Meu pai trabalhava na Poli Heckel. Meu pai ia comendo fumaça de caminhão de bicicleta pra fábrica. Entendeu? Meus irmãos começaram a trabalhar na Mannesmann quando tinham 10 anos, 12 anos. A leda (irmã) trabalhou na Mannesmann. Não só o Elias, mas o Oto, o Marcelo (irmãos), entendeu? É uma visão diferente quando você é povo e quando você estuda o povo. Completamente diferente.

Aí quando eu estava na faculdade, a minha vida toda foi tentar ganhar um tostão porque a gente não tinha dinheiro nenhum. Quando eu estava no segundo grau eu dava aula particular, que era uma forma de ganhar um dinheirinho e é por isso que eu passei no vestibular, até... Eu estava sempre reestudando as matérias por causa da aula particular. Quando eu entrei na faculdade eu ficava doida caçando um estágio porque entrava um dinheirinho. Aí fui pro estágio rural, fui pra um tanto de coisa. Entre esses estágios apareceu o Lindéia, mas só tinha uma vaga e tinha que fazer prova. Estudei, fiz prova e passei. Passei e fui pro Lindéia fazer estágio. Daí que eu fui pro Lindéia, o Lindéia do padre Miguel. O consultório era no posto de saúde que era no porão da Igreja, que era junto da casa paroquial. Aí o grupo de mães fazia ginástica com o estagiário da faculdade na quadra da igreja, e eu fazia ginástica com elas. Não porque eu queria estar inserida na comunidade, mas porque eu estava achando ótimo poder fazer ginástica sem pagar, porque não tinha dinheiro. Aí fazia ginástica de noite com elas. Saía do bairro Industrial, ia a pé pro Lindéia – e era um morrão, porque não tinha dinheiro pra pagar passagem. Aí tinha reunião da associação e eu comecei a participar porque eu comecei a ficar amiga das pessoas, entendeu? Eu não fui participar como intelectual, eu fui participar porque eu me senti... Tanto que eu casei lá. Eu não casei lá como alguém de fora, eu casei lá porque ali passou a ser a minha comunidade. Eu vejo as coisas por um ângulo diferente, por exemplo, do que o seu pai. Seu pai esteve duas vezes no Lindéia: ele esteve uma vez como seminarista e depois ele voltou também como seminarista, que foi quando eu conheci ele. Ele teve duas experiências de Lindéia. Os jesuítas têm uma experiência de campo, os antigos... Hoje em dia não deve ter nada disso porque a linha da Igreja mudou, e quando essa linha da Igreja mudou foi que eles tiraram padre Miguel. Não é porque é costume realocar, é porque o Miguel era o Miguel.

Quando a linha dos jesuítas mudou, pra ser de adesão, eles tiraram o padre Miguel mesmo, pra poder acabar.

Você acha que foi intencional?

Foi. Com certeza foi. Porque a linha dos jesuítas mudou. Tanto que daí a pouco também a igreja deixou de ser dos jesuítas. A igreja agora é dos padres seculares, nem é dos jesuítas mais (Igreja Jesus Ressuscitado). Isso é acordo que eles fazem, né.

A vida do padre Miguel sempre foi mesmo a comunidade. Sempre foi essa visão de formação de consciência popular, consciência do povo. Acordar o povo. E ele xingava mesmo. Entre as coisas que eles faziam que unia o povo, o que unia o povo: as coisas que eram promovidas. O festival de música unia os bairros vizinhos, pegando quem fazia música lá. Aí teve apresentação, eu fui locutora. Em cima, na igreja, tem a quadra, aí atrás do altar na igreja tinha uma laje. A gente ficava lá em cima da laje, com os cantores, e o povo lá embaixo. Tinha as barraquinhas no mês de maio, que cada um levava uma coisa e doava pra poder dar o dinheiro para fazer mais coisa na igreja. No grupo de mães, as mães pegavam o ônibus da comunidade, que o padre Miguel arrumou, e iam no Ceasa. As mães conseguiam os legumes machucados, que normalmente descarta, pra fazer o sopão. Tudo isso era o que dava vida na comunidade, era muito interessante.

Que ano você chegou lá?

Eu cheguei lá em 79, 80. Eu formei em 80 e eu ia sair, não tinha jeito de ficar mais lá estagiando. O padre Bahige, ele participou muito no Lindéia... O Bahige ia no ônibus, junto com o povo! Não sei porque só falam do padre Miguel. Ele participava muito. Aí o Bahige conseguiu junto à Secretaria uma contratação pra mim, preu ficar no posto trabalhando como dentista. Daí eu recebi um salário. Era um salário pequeno, mas aí eu tinha um salário, porque antes não tinha nada. Aí Miguel me chamou pra comer na casa dele. Eu ia pra lá da faculdade sem almoço, e aí ele tava vendo como era a minha vida, né? Ele me convidou pra ficar almoçando na casa dele. O Bahige, naquele calorão que era minha sala, me deu um ventiladorzinho. Eles viviam

realmente com voto de pobreza, sabe? A casa deles era tudo cimento, muito simples. Muito simples, demais. Aquela lambreta dele... Quando eu cheguei lá ele tinha aquela lambreta ainda, sabe? O padre Miguel e padre Bahige tratavam de dente comigo e os seminaristas que iam pra lá iam tratar de dente comigo também, no posto de saúde. Aí um dia chega Miguel lá, com aqueles shorts largos, curtos, sapato social e meia preta na lambreta dele pra tratar de dente. Ele era de poucas palavras assim, não era sociável, gentil não – ele era espanhol bravo, sabe? Não segurava nada pra ele. A mãe dele trouxe da Espanha um salaminho e um queijo, eu nem conhecia o que era salaminho... Ele me chamou, botou na mesa, partiu, serviu pra todo mundo. Não tinha o que era dele, guardado pra ele. Se vestia muito simplesmente, roupa velha, surrada. Não gastava com ele mesmo, era real a opção dele pelos pobres. Era muito verdadeiro. Ele era muito divertido.

E você ficou lá até quando?

Até o Posto de Saúde sair do porão da igreja. Quando o Posto saiu, ele foi pra uma unidade própria, né? Aí não tinha consultório odontológico e eu fui trabalhar no grupo escolar. Agora tem, mas antes não tinha atendimento, e não tinha como eu ir. Aí eu fui para o grupo escolar e de lá eu já perdi o contato com eles.

CONVERSAS EM CASA:

DONISETE [PAI]

Que ano você entrou para o seminário (jesuíta)?

Eu entrei em 78. A primeira vez que fui para o Lindéia foi em 78, só de passagem. Fiquei lá dois meses só. Depois em 82 eu vim, era pra ficar no colégio Loyola... Eu vim e fui morar lá no Planalto, eu ia fim de semana para o Lindéia. Eu cheguei como seminarista e em setembro de 82 eu saí da Companhia, e fui morar lá no Lindéia.

Os seminaristas iam e ficavam ajudando na paróquia, né? Participando, grupo de jovens, da pastoral, participando com a associação... Em 78 estava construindo a igreja, a associação de moradores estava nas lutas todas lá por transporte coletivo, por água, por melhorias na questão da saúde. Questões básicas. Aí quando eu casei eu fui morar no bairro Amazonas, ali perto. Eu participava junto com a comunidade nessas lutas todas que tinha, né? Apoiando, incentivando... Principalmente quando eu tava lá eu participava na Fundação Fé e Alegria, que estava vinculada aos jesuítas também. Fui eu quem trouxe o movimento Fé e Alegria para cá, então fazia uma articulação entre grupos de apoiadores e os líderes da comunidade. No caso do Lindéia e também na Vila Piratininga, que estava começando o processo de organização comunitária lá. Tinha um grupo chamado Grupo de Evangelho, que fundamentalmente era todo o movimento da igreja vinculada aos movimentos eclesiais de base, né? Tinha como referência. O Lindéia era uma comunidade eclesial de base, tinham diversos grupos ali. A comunidade eclesial de base era vinculada à paróquia, à igreja, e os diversos grupos que aconteciam as reflexões semanais da palavra de Deus, do Evangelho. A vila Piratininga era também uma comunidade eclesial de base. A gente incentivava a reflexão bíblica do evangelho vinculada às lutas do cotidiano, das melhorias da condição de vida, do trabalho...

Você ainda estava no Lindéia quando padre Miguel saiu?

Não... Miguel ficou lá. Depois que eu saí de lá, Miguel ficou muito tempo lá ainda. Miguel era referência, né? Todo o movimento social da luta, o movimento das igrejas, dos incentivos, era a partir da reflexão do evangelho e na luta pela justiça. Essa era fundamentalmente a motivação que levava as pessoas a se engajarem na luta, no trabalho, na vida. As melhorias das condições de vida. Então o evangelho sempre tinha como referência o reino de Deus e à terra, justiça social e melhorias de condições de vida. Saúde para todos, educação, bem estar.

Miguel acompanhava... Ele tava por de trás de todo o trabalho, né? Que seja dirigindo o ônibus que levava os meninos pra escola. Às vezes Miguel ia de motorista de ônibus... Era muito legal essa experiência. Cada vitória era uma mudança. Cada conquista que tinha era uma mudança. Por isso que

motivava as pessoas e levava as pessoas a participar. Elas começavam a ver que haviam pequenas conquistas que iam acontecendo, era uma motivação a mais pro engajamento e participação. Aí começava a ver que unindo, reivindicando, ia conseguindo os benefícios para melhorar a vida.

Eu não parei de ir, mas quando eu casei com sua mãe eu mudei um pouco de... Eu fui morar ali no Amazonas, mas eu continuava atuando lá. Eu dava acompanhamento na creche Maria Floripes. Eu era um dos apoiadores do movimento pró-creche. A Fundação apoiava todo o trabalho de formação dos educadores. Toda essa parte de formação geralmente erámos nós da Fundação Fé e Alegria e a associação Casa da Vovó, que era um grupo também de militantes de esquerda, de mulheres, que davam esse apoio pras creches comunitárias. Se reunia ali no centro de pastoral, ali na Cidade Industrial. Nós trabalhávamos a parte de formação das creches e na luta política, né? Depois vieram, com a Constituição, todos os direitos da criança e do adolescente, tudo isso aí a gente tava participando.

Você sentiu diferença na forma de organizar com a abertura política?

Sim. Com a abertura política, à medida que foi abrindo, as pessoas iam participando, mas mais em uma outra esfera, né? Também do ponto de reivindicação, mas também do ponto de vista da participação e da organização. Participação nos conselhos, Conselho da Criança e do Adolescente, isso aí tudo foi parte da trajetória da luta política. Depois, mais pra frente, com a criação do PT... Daí já foi um outro nível de participação das lideranças, né?

À medida que você avança nas conquistas mais imediatas e vai mais pro campo da luta política você percebe que há uma redução da participação. As pessoas se acomodam por um lado, que já conquistou o básico. O nível da política partidária ela dá um passo além da luta pelas questões básicas de transporte, de energia, de água, de luz. Então é um outro nível. Diminui um pouco a participação e a mobilização diminui, e vem mais a questão das lideranças que vão participar... É um avanço, a luta da questão política partidária já é um avanço da organização da sociedade na luta pela democracia, tudo isso. É um avanço, por outro lado as pessoas também tem

que avançar nesse nível de consciência da luta política, e muitos ficavam mais acomodados. A nível do sindicato, por exemplo, à medida que as pessoas participavam da luta do sindicato começavam a ter as divergências e aí o conflito ideológico, para alguns, eles acabavam abandonando... outros ficavam mais na luta política, as lideranças mais conscientes. Aí ia em frente. O povo em geral ficava mais acomodado, mas passivo nesse sentido.

Fora os moradores, quem mais estava no bairro?

Tinha a militância de esquerda que participava. Tinha uns que vinham até de outros... Por exemplo, eu lembro aqui, na Escola Tio Beijo tinha várias pessoas que não eram de lá. A luta política e a luta da participação, da mobilização, isso tudo são notícias que correm. Todo mundo sabia que o Lindéia era combativo, tinha lideranças combativas, tinham conquistado que aconteciam, os direitos e tal, e aí começava a ser referência. O Lindéia era referência nesse sentido, de uma associação combativa, que conquistava muitos benefícios pra comunidade. Então as pessoas já se direcionavam pra lá. Tinha liderança. O Miguel era uma liderança. Outras pessoas, o grupo de operários, por exemplo. Eram trabalhadores que se reuniam, discutiam, iam pra dentro das fábricas, conversavam com os companheiros de fábrica, formavam grupos dentro das fábricas para discutir a questão do direito e da mobilização. Isso tudo aparecia, era uma referência de um grupo combativo. E por aí começavam a vir grupos, tanto grupos de esquerda, fazendo parte de uma luta mais ampla. Com uma visão mais ampla, no sentido de fazer avançar a luta dos trabalhadores.

Como era a dinâmica dos encontros da associação?

Tinham reuniões semanais, quinzenais. Ia, discutia qual era a pauta, a reivindicação, onde que, se ia na Prefeitura, ia na Cemig, na Copasa. Discutia-se como ir, como seria essa caminhada pra lá, se ia de ônibus, de lotação, enfim. Qual era a principal reivindicação, o que ia fazer? Tinham as reuniões e tinha a reunião da coordenação, tinham grupos de trabalho. A associação apoiava também o grupo de mães, com reivindicações específicas pra creche, assim por diante. Era uma luta comunitária, uma visão política mais ampla. Miguel dava suporte a tudo isso, encampava essas lutas todas. Não

era só Miguel. Miguel, Bahige. Por exemplo, tinham grupos... Eu lembro do Adriano. Adriano era um italiano que morava lá no bairro também, morava ali na Vila Santo Antonio, do lado do bairro Industrial. Participava nas lutas todas, na parte de formação dos grupos operários, toda a reflexão crítica, reflexão política estava lá junto, presente. Bom, a repressão tinha. Sempre tinham policiais infiltrados, gravavam as missas. Uma bobagem, uma piada até. Nunca prenderam ninguém. Miguel sempre teve liberdade, não era a igreja que faria Miguel recuar nos posicionamentos dele. Foi uma experiência muito boa de bairro.

À medida que a gente participava na formação dos grupos, na implementação de todas aquelas normas e os instrumentos, toda a organização daquilo que a Constituição colocava como processos participativos, os conselhos, das diversas instâncias de participação dos grupos organizados da sociedade civil. Isso aí tomava muito tempo. É outro nível da participação direta de benefícios mais concretos como água, luz e questão de moradia. A participação nesses níveis da participação democrática, para viabilizar os mecanismos de participação popular. Isso aí toma tempo e para muitos, esses grupos não compreendiam o que estavam fazendo, para o que estava fazendo... Não viam uma relação direta entre o que você estava desenvolvendo e os benefícios diretos pra população, né. É um nível de participação que exige mais tempo. Os instrumentos que a nova Constituição colocava eram em nível de participação nas instancias, na sociedade civil, que a legislação possibilitava. Poderia haver uma participação maior? Poderia. Mas o nível de consciência de participação e tal é muito lento, as coisas não acontecem assim. É um conjunto que fatores que leva uma pessoa a ter uma consciência maior, mais política, mais abrangente.

CAPÍTULO 3: O RETRATO DO LINDÉIA NO CENÁRIO LOCAL

3.1 UM PASSO ATRÁS: A GREVE DE CONTAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS COTIDIANOS

Para compreender de uma forma mais completa a narrativa do bairro Lindéia, é preciso estar atento aos acontecimentos políticos e econômicos na escala local, regional e até mesmo nacional, que refletiram diretamente nos aspectos sociais de todo o país. A greve de Contagem, relatada neste capítulo, nos fala sobre os trabalhadores da Cidade Industrial, mas também sobre o Lindéia e o cotidiano de seus moradores, uma vez que o bairro foi criado originalmente para ser um bairro operário diante da expansão da região industrial. Apesar de estar localizado em Belo Horizonte, o Lindéia faz divisa com o município de Contagem e muitos moradores trabalhavam nas fábricas da cidade vizinha.

O processo de industrialização de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, ocorreu de forma acelerada a partir da década de 1950. É importante observar esse processo para compreender tanto as motivações da greve que se sucedeu anos mais tarde, como a realidade dos bairros operários que surgiram a partir da criação do polo industrial, como o Lindéia. Contagem se expandiu rapidamente devido, entre outros fatores e interesses, à sua posição privilegiada na área central do estado. O

município é cortado por eixos rodoviários que ligam importantes cidades de Minas Gerais às capitais da região Sudeste do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (OLIVEIRA, 2010).

Em 1941, o governo estadual de Minas inaugura um sistema de distritos industriais que seria gradualmente construído ao longo das décadas seguintes. Os Decretos-Lei 770, de 20 de março de 1941, e 778, de 19 de junho de 1941, instituíram a criação do parque industrial em Contagem, conhecido também como Cidade Industrial Juventino Dias, e tal iniciativa do governo oferecia subsídios e condições de energia para produção às empresas que se instalassem ali. Na época, tratava-se de uma região pouco habitada, com vastas extensões de terrenos que poderiam ser adquiridos (CONTAGEM, 2021). Apesar dos decretos terem sido instituídos em 1941, a Cidade Industrial só passou a existir de fato a partir da década de 1950. A partir de 1955 esse crescimento se intensificou quando se instalou na região a usina hidrelétrica, o que permitiu que fábricas como a Mannesmann, Belgo-Mineira, Magnesita, dentre outras, se estabelecessem. Esse processo de industrialização ocorreu de forma tão acelerada que, em 1966, o parque industrial já estava com sua capacidade praticamente esgotada. Em 1952, a Cidade Industrial contava com 2.850 operários, número que cresceu para 5.731 em 1960 e atingiu 16.610 em 1966. Em 1968, a estimativa é que houvesse mais de 18.000 operários na cidade (WEFFORT, 1972). Com relação aos moradores, em 1960 o município de Contagem abrigava uma população cerca de 28.065 habitantes, dos quais 21.645 estavam concentrados nos 20 km² da “Cidade Industrial”, sendo 3.708 repartidos na sede do município e 2.850 na zona rural.

Em contraponto ao processo rápido de expansão industrial na cidade, não houve a mesma urgência em ofertar suporte de infraestrutura para os trabalhadores das novas fábricas instaladas ali. Assim como o próprio bairro Lindéia, haviam muitos bairros de loteamento clandestino, sem os sistemas de serviço público básicos para a população, como o bairro das Indústrias, Tirol e bairro Amazonas (OLIVEIRA, 2010). Os trabalhadores compravam os lotes por pequenas prestações, mas os bairros não tinham boas condições de moradia, saneamento, mobilidade, não tinham escolas e centros de saúde - configuravam regiões sem urbanidade. Houve um processo de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, cujo o salário era muito baixo. Muitos se instalavam perto das fábricas, por vezes na beira de córregos, em habitações precárias. No caso do Lindéia, como explorado no tópico 3.2, vemos que sua ocupação decorreu do loteamento da região pela imobiliária Sancruza, mas sem prever nenhuma infraestrutura urbana. Essa escassez de serviços

básicos resultou na não aprovação do loteamento pela prefeitura de Belo Horizonte, mas a imobiliária de forma controversa conseguiu a aprovação pela prefeitura de Ibirité.

Entre 1950 e 1964, o Brasil experienciou uma guinada em sua industrialização com os governos de Juscelino Kubitschek (1956–1960), Jânio Quadros (janeiro 1961 - agosto 1961) e João Goulart (1961–1964). Como fruto da expansão democrática desses governos, ocorreu um crescimento expressivo dos movimentos sociais reivindicativos no país (FAUSTO, 2012). A primeira metade da década de 1960 marcou um período conturbado, em que as lutas sociais, políticas e econômicas travadas desde o início da década de 1950 – com o segundo governo Vargas (1951-1954) - se encontravam latentes. A rápida industrialização brasileira, consolidada pelo Plano de Metas de Kubitschek, não foi capaz de solucionar os profundos desequilíbrios sociais e econômicos do país e refletiu em um expressivo processo de urbanização e consequente crescimento das camadas médias urbanas.

Na esfera política, a renúncia do presidente Jânio Quadros incitou uma grave crise, uma vez que as forças conservadoras se articularam na tentativa de impedir a posse do vice-Presidente, João Goulart, oriundo de outro espectro político. As eleições para presidente e vice, neste período, aconteciam de forma desvinculada. Apesar da vitória de Quadros, o vice-presidente eleito Goulart compunha a chapa do candidato derrotado, Marechal Lott, pela coligação governista PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) / PSD (Partido Social Democrático), que elegera JK em 1955 (COSTA, 1996).

Entre 1962 e 1964, instalou-se um quadro de polarização ideológica e radicalização da disputa política. De um lado, as forças populares que reivindicavam reformas de base tinham em sua agenda questões como distribuição de renda, reformas estruturais do Estado, questão agrária, reforma educacional e a luta nacionalista - temas que estavam ganhando espaço em vários setores da sociedade. No outro extremo, as forças conservadoras alimentavam a polarização política e defendiam a ampliação de laços com o capital estrangeiro, além de criticar a intervenção do Estado na economia. Sua principal bandeira consistia na luta contra subversão advinda do comunismo, que alegavam estar em iminência de se instalar no Brasil. Essa polarização e crise política culminaram no golpe militar em 31 de março de 1964, o que mudou radicalmente a agenda política do país.

O regime militar marcou uma ruptura na política econômica, principalmente no que diz respeito à condução da política salarial – o que alterou de forma significativa as relações entre capital e trabalho. Os governos militares também implementaram uma truculenta política de cerceamento à atividade sindical. Entre 1964 e 1979, ocorreram 1.202 intervenções nos sindicatos, sendo 810 delas só nos anos 1964-1965. Houve destituição de 78 membros de diretorias sindicais, além da interferência direta em 31 eleições de sindicatos – com anulação do pleito ou proibições de candidaturas – e 354 dissoluções de entidades sindicais (COSTA, 1996). Os sucessivos governos militares suprimiram liberdades públicas, cassaram mandatos e direitos políticos de governadores, parlamentares, sindicalistas e dirigentes de partidos políticos, perseguiram funcionários públicos, extinguíram as eleições diretas para governador e prefeitos das capitais. Prenderam, torturaram e até assassinaram diversos ativistas políticos e sindicais de oposição ao longo de mais de duas décadas. As marcas deixadas por esse período de autoritarismo e ditadura ecoam ainda hoje no país.

Na esfera econômica e social, os trabalhadores vivenciaram um período de extrema pobreza e grande inflação devido à crise econômica brasileira dos anos 1960. Em 1961, a inflação era de 51,6%, em 1962 passou para 80%, e em 1963 chegou a 93% - índices que somados a um decréscimo do Produto Interno Bruto brasileiro a partir de 1962 indicam um período de crise econômica que refletiu diretamente no cotidiano dos trabalhadores (BUGELLI, 2008). A queda no ritmo de desenvolvimento econômico, incremento do desemprego, congelamento dos ajustes salariais e alto índice de inflação, levou a uma precarização muito grande do salário do trabalhador e comprometeu o poder de compra do mesmo. Delsy Gonçalves, militante da Ação Popular em 1968, em entrevista para o documentário “1968: a Greve de Contagem”, relata que os trabalhadores da Siderúrgica Belgo tinham o costume de comerem separados na hora do almoço, com vergonha daquilo que estava dentro da marmita.

Com o objetivo de se acelerar o crescimento econômico e transformar o Brasil em uma potência mundial, o governo militar adotou uma série de iniciativas com o objetivo de fortalecer a taxa de poupança como condição para a acumulação acelerada de capital. Dentre essas medidas, foi adotada a política de confisco salarial, a partir de 1964, e de contenção do poder de compra dos salários. A distribuição dos resultados do crescimento econômico no período do regime militar foi bastante desigual, o que fez que a

concentração de renda no país aumentasse ainda mais. Em 1960, o índice de Gini², utilizado para medir a concentração de renda, estava em 0,54 e subiu para 0,63 em 1977. Outro dado importante na análise de distribuição de renda: em 1960, 10% dos mais ricos tinham uma participação no produto interno bruto do país de 39,66% percentual, e em 1984 essa participação se elevou para 46,8%. Se considerarmos o grupo situado na faixa de 1% mais rico, em 1960 esse segmento participava com 12,1% do produto nacional, número que cresceu para 13,7% em 1984 – percentual maior que o dos 50% mais pobres do país (COSTA, 1996).

O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região ficou conhecido nacionalmente a partir da Greve de 68. Após o golpe militar, os trabalhadores vivenciaram um grande arrocho salarial, que motivou a greve. Nesse período, o Partido Comunista trabalhou de forma clandestina dentro do movimento operário e teve um papel importante na articulação dos trabalhadores. Quase todas as direções de sindicato tinham membros do Partido Comunista. Com o golpe militar, o sindicato começou a sofrer ausência de representatividade política e vários membros começaram a ser cassados.

Em 1967, ocorreram as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e a chapa de esquerda ligada ao extinto Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), que defendia as lutas apoiadas nas comissões de fábricas, venceu. Devido ao contexto político de repressão, a diretoria foi cassada pela Delegacia Regional do Trabalho antes mesmo de tomar posse. Esses trabalhadores foram perseguidos e não podiam mais se manifestar como uma entidade sindical. A diretoria foi substituída por uma junta interventora formada por sindicalistas conhecidos como "pelegos" – denominação dada àqueles dirigentes sindicais que defendem as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em outras palavras, eram considerados aqueles que tomavam o partido do patrão nas negociações (PRONZATO, 2018).

O ano de 1968 foi o primeiro marcado por uma grande reação nacional ao golpe de 1964. Essa reação se iniciou em março, devido ao assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto por militares durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro. A passeata repudiando o assassinato reuniu cerca de cem mil pessoas no Rio de Janeiro. Esse foi um ano de grandes mobilizações estudantis e da

² O coeficiente de Gini varia de 0 a 1, quanto mais perto de 1, mais desigual.

intelectualidade democrática, em que o movimento operário assumiu um papel protagonista nos embates contra a ditadura militar, principalmente em Minas Gerais. Nesse contexto, a principal ferramenta que o trabalhador dispunha era a greve, instrumento histórico do trabalhador de enfrentamento ao capital. A greve de Contagem, uma das mais importantes greves da história do movimento operário brasileiro, eclodiu em abril de 1968 e inaugurou a primeira greve após o golpe militar de 1964, se transformando em um marco na luta contra a ditadura. Os metalúrgicos pararam as máquinas e entraram em greve contra, principalmente, a política de arrocho salarial instaurada no governo militar (PRONZATO, 2018).

Após o golpe de 1964, algumas forças reativas se organizaram e ressurgiram no horizonte, como a Ação Popular, AP, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais – ambas dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como o Partido Operário Comunista, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), dissidentes da POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária). Apesar de divergências de pensamento e linha de ação entre esses grupos, um ponto em comum entre eles era a premissa de que o enfrentamento à ditadura militar deveria vir do movimento de trabalhadores. Algumas dessas organizações de resistência à ditadura estavam presentes nas fábricas e cumpriam um papel importante nas organizações de greves e mobilizações, como por exemplo o grupo Colina, de grande importância na organização da greve da antiga Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, atual ArcelorMittal Aços Longos. Outro grupo que teve papel preponderante foi a Ação Popular, uma vez que o principal dirigente do comendo de greve, Ênio Seabra³, era militante da Ação Popular e

³ Ênio Seabra, metalúrgico e sindicalista, nasceu em Belo Horizonte, em 1931. No início dos anos 1950, começou a trabalhar na Companhia Siderúrgica *Mannesmann*. Em 1957, Ênio foi sindicalizado e, a partir de 1959, passou a integrar a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Na década de 1960, o metalúrgico se tornou uma das principais lideranças metalúrgicas e sindicais que atuou no meio operário em Belo Horizonte e na Cidade Industrial de Contagem. Em 1964, com o Golpe Militar, Ênio foi destituído do cargo de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, assim como seus companheiros da diretoria foram destituídos de seus cargos. Com a cassação da chapa ganhadora das eleições sindicais de 1967 pela Delegacia Regional do Trabalho, Ênio, membro da chapa, foi impedido de tomar posse e teve seus direitos políticos cassados. Em abril de 1968, Seabra foi eleito líder do Comando de Greve na greve de Contagem. Ênio foi perseguido e preso cinco vezes entre 1968 e 1970 devido à sua atuação política e sindical. (Fonte: <https://www.fafich.ufmg.br/lhtp/pilulas-dos-acervos-do-lhtp-sindicalismo-e-ditadura-nas-memorias-de-enio-seabra/>. Acesso em: abr. 2021).

presidente do Sindicato Dos Metalúrgicos de BH, Contagem e Região pela chapa vencedora cassada em 1967.

A diretoria cassada manteve a atividade junto às bases metalúrgicas e, na campanha salarial de 1968, incitou a reivindicação de 25% de reajuste salarial. Como parte dessa estratégia de radicalização, em 16 de abril de 1968, esses sindicalistas promoveram a ocupação da siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem, iniciando uma greve que paralisaria as atividades dos 1.200 trabalhadores da fábrica. Para mobilizar a massa de trabalhadores, aqueles ligados ao sindicato distribuíam boletins informativos, como por exemplo o jornal Piquete, panfletado nas portas de fábricas, nos ônibus, passados de mão em mão entre os trabalhadores nos bairros operários.

A greve dispôs de um impulso espontâneo, consistiu em uma greve não anunciada. A direção política da greve foi realizada pelo Comando de Greve, eleito em assembleia geral, no qual participavam militantes de várias organizações políticas clandestinas. Tudo foi decidido no chão da fábrica, não pelo sindicato. Essa espontaneidade, no entanto, fundamentava-se num processo de construção política que já vinha de anos anteriores e em um processo de “formiguinha”, com sua disseminação de boca em boca e através de panfletagens entre os próprios trabalhadores. A partir da eclosão da greve em 1968, o então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, considerou o movimento ilegal, uma vez que era contra o regime militar. O ministro inclusive foi à Belo Horizonte conversar com os grevistas e tentar conter o movimento. Na conversa, ao afirmar que a greve era ilegal, Passarinho teve seu discurso rebatido por um operário que afirmou: “ilegal é a fome!” (PRONZATO, 2018).

A greve, que começou no setor metalúrgico, rapidamente alcançou outras categorias, e em pouco tempo grande parte das fábricas da Cidade Industrial aderiram a greve. Cinco dias após a paralisação dos trabalhadores da Belgo-Mineira, datada de 16 de abril de 1968, mais 16 fábricas tinham aderido ao movimento. Os operários não só paralisaram as fábricas como realizaram várias ações políticas nas ruas de Contagem, as pautas que inicialmente se relacionavam às questões da fábrica se expandiram para uma pauta de luta contra à ditadura militar e à repressão policial. O movimento reivindicatório de luta econômica foi transformado em luta política, de caráter democrático.

Como repercussão imediata das paralisações, o ministro do Trabalho anunciou um abono de emergência de 10% para trabalhadores de todo o país amparados pela consolidação

das leis do trabalho, a partir do dia 1º de maio do mesmo ano, dia do trabalhador, e rompeu, pela primeira vez, com a lei do arrocho salarial. Mesmo com o abono de 10%, o comendo de greve decide continuar a greve, em busca dos 25% de ajuste salarial. Com as ameaças de repressão policial e demissão em massa, no entanto, o movimento vai perdendo sua força e a partir do sexto e sétimo dia de greve os trabalhadores começam a voltar aos seus postos. Com a emissão do documento oficial do governo garantindo os 10% de abono, a greve terminou.

Essa foi a primeira greve dos trabalhadores no período do regime militar, desde o golpe em 1964. Desde então, outras greves surgiram no cenário nacional, como a greve de Osasco, em São Paulo, em setembro de 1968. Em outubro do mesmo ano, os trabalhadores de Contagem organizam mais uma greve, mais bem organizada, no primeiro dia de greve várias fábricas já estavam paradas. No entanto, essa segunda greve foi duramente reprimida pela Política Militar logo nos primeiros dias. As greves de 1968 em Contagem e Osasco reuniram, respectivamente, 15000 e 6000 grevistas, e ganharam grande visibilidade nacional e, também por isso, foram fortemente reprimidas depois, com perseguição àqueles que aderiram e lideraram as greves (WEFFORT, 1972). Muitos trabalhadores foram identificados um a um, perseguidos e demitidos, dentre eles Ênio Seabra. Essa demissão das lideranças foi uma estratégia política. Os empresários demitiram todos esses operários grevistas no mesmo dia, então a data ficou marcada na carteira de trabalho deles e assim eles não conseguiram empregos no mesmo ramo.

Diante desse movimento operário e também das reivindicações dos movimentos estudantis nas ruas, como a passeata contra o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, a resposta do governo militar foi a instituição do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), em dezembro de 1968, o mais duro de todos os atos institucionais emitidos durante a ditadura. Com o endurecimento do regime, entre 1968 até 1973 ocorre a cassação dos movimentos de esquerda. Há um rompimento do movimento sindical, mas a cultura política de organização de greve permanece no imaginário dos trabalhadores. Anos mais tarde, em 1978, novas greves surgiram no ABC paulista – mesmo ano que foi promulgada a emenda constitucional número 11, que revogava todos os atos institucionais e complementares que fossem contrários à Constituição Federal. As greves marcaram o ressurgimento do movimento operário, após a repressão promovida pela ditadura entre 1968 e 1972. As greves ocorridas entre 1978 e 1980 ocorreram no setor metalúrgico e, assim como as greves de 1968, protestaram contra o arrocho salarial e reivindicaram liberdade e autonomia sindical (WEFFORT, 1972).

A Greve de Contagem antecedeu a criação da associação de moradores do bairro Lindéia – o que explica a ausência de narrativas orais sobre esse assunto específico – mas é fundamental para a compreensão do contexto social, político e econômico dos trabalhadores da região industrial, a qual o Lindéia fazia parte. Todas as questões de perseguição política, arrocho salarial e condições precárias de infraestrutura urbana e serviços, além da grande desigualdade social da época, também dizem respeito ao contexto que o bairro se encontrava. Muitas das reivindicações da associação de moradores podem ser explicadas quando olhamos para as razões que levaram à eclosão da Greve de 1968. O item a seguir relata um pouco melhor a ocupação inicial do bairro nesse contexto ampliado de rápida industrialização, regime militar e grande desigualdade social. As narrativas sobre o cenário em que o bairro começou a ser ocupado refletem as condições sócio-espaciais da época, que foram analisadas neste tópico.

3.2 RETRATO DAS ORIGENS DO BAIRRO

Lindéia é um bairro pertencente à regional do Barreiro, na região sudeste do município de Belo Horizonte, e se localiza em uma área cuja a malha urbana encontra-se conturbada com bairros dos municípios de Ibirité e Contagem. É um bairro localizado na região industrial de Belo Horizonte/Contagem, e assim como outros bairros da mesma região, seus moradores foram atraídos pelas fábricas que ali se instalaram. Como visto anteriormente, a partir dos anos 1950 houve um grande crescimento na chamada Região Industrial, que rapidamente se tornou um polo industrial. Esse crescimento desencadeou um processo de ocupação das periferias pelos trabalhadores vindos de diversos pontos do Estado, porém sem um planejamento habitacional adequado.

Inicialmente, a região onde se localiza o bairro Lindéia era ocupada por uma grande fazenda pertencente ao médico Washington Pires (1892-1970) e sua esposa Sra. Lindéia Sette Ferreira Pires, que deu nome do bairro. Grande parte dos moradores mais antigos se mudaram para o bairro devido ao processo de despejo e remoção de moradores da Vila São Vicente, ocorrido entre 1962 e 1964, e outra parte significativa dos moradores do bairro vieram do interior e carregavam consigo hábitos rurais. Entre 1966 e 1967, devido ao interesse na região industrial e sua especulação imobiliária, a Imobiliária Sancruza comprou o terreno da fazenda e fez o loteamento do bairro, porém sem a aprovação da Prefeitura de Belo Horizonte e sem a demarcação de ruas e praças. Mesmo contendo

irregularidades, a Prefeitura de Ibirité aprovou o loteamento na região a pedidos da Imobiliária, que não possuía nenhum serviço de infraestrutura urbana como calçamento, esgoto, água ou luz. O loteamento também não previa espaço para nenhum equipamento público, como escolas ou espaços coletivos.

Na prática o bairro era muito precário, tudo que você queria não tinha praticamente, não tinha nem comércio. O comércio que tinha era mais pro lado do bairro Amazonas, bairro Industrial que era um pouco mais antigo, quando eu cheguei aqui era periferia, né. Tinha Belo Horizonte e aqui era o último bairro. As pessoas mais pobres elas vão sendo empurradas pra periferia, só que se você mora em uma periferia e se cria uma outra periferia, ela vende aquele imóvel por um preço e compra um outro imóvel mais barato. E também muita gente vem pra cá do interior, pessoas que moravam no interior, e uma outra parte das pessoas elas vieram de uma favelinha que tinha ali na PUC, onde foi feita a Via Expressa. A Via Expressa foi construída, muita gente morava ali e eles vieram aqui pro bairro Lindéia. Mas uma grande parte do povo que veio pra cá era do interior. Assim, as ruas eram muito mal marcadas. Quem fez o loteamento fez pra ganhar dinheiro, não pensou em absolutamente mais nada, não deixou espaço pra nada. Não deixou espaço pra escola, não deixou espaço pra absolutamente nenhum equipamento. Ele queria vender e ganhar dinheiro do povo que viesse morar aqui.

A aprovação da Prefeitura de Ibirité do loteamento de uma região pertencente à Belo Horizonte causou problemas aos moradores do bairro, que eventualmente tiveram que lutar para voltar à jurisdição de BH. Essa foi uma das primeiras demandas do bairro, além de todas envolvendo a infraestrutura quase inexistente da região. No início dos anos 1960, alguns moradores dos arredores da fazenda já se organizavam em torno de uma Conferência dos Vicentinos, organização civil de leigos, homens e mulheres, dedicado ao trabalho cristão de caridade. Esse trabalho era voltado aos economicamente mais desfavorecidos, mediante o trabalho coordenado de seus membros. Em 1963, o grupo já contava com mais de 50 pessoas e tinha como uma das principais lideranças o morador Benjamin Garcia (1906 – 1981), também conhecido como Tio Beijo, e que mais tarde seria

homenageado com o nome da escola técnica comunitária fundada no bairro (SCALCO, 1987).

É um bairro que começou a encher muito rapidamente, porque como era uma periferia os lotes eram extremamente baratos, né? Pessoal que tinha condição tinha três lotes. Eles iam, compravam o lote, financiavam no carnê, né, e ia pagando. A Sancruza, que foi a loteadora, faziam uns barracões que chamava barracão da Sancruza, então tinha muito barracão que tinha um quarto, sala, cozinha e banheiro. E o banheiro ela do lado de fora. Sancruza é imobiliária hoje, ela fica ali perto do Santo Agostinho, no centro, ela existe ainda. Então ela fez o loteamento e vendeu os imóveis aqui. Ela fazia uns barracões, esse tipo de barracão sala, quarto, cozinha e banheiro do lado de fora. Todos os barracões eram no mesmo estilo, tudo igual.

Muitas das conquistas do bairro vieram através de trabalhos envolvendo mutirões dos próprios trabalhadores. Na época, mutirão era uma prática comum entre diversos grupos de trabalhadores do campo ou da cidade. Ao mesmo tempo que pode ser visto como uma prática que fortalece a omissão dos poderes públicos, uma vez que muitas vezes a população toma para si uma tarefa que é de competência do governo, também pode ser uma experiência enriquecedora e de criação de laços dentro da comunidade. No caso do Lindéia, essa prática era recorrente e através dela foram construídos igrejas, creche, escolas, pontos de referência para o bairro, além de ser uma importante práxis educativa. Os mutirões eram, também, sala de aula prática, onde “trabalhador ensinava trabalhador a trabalhar”. Esse ponto é essencial para entender a importância desse movimento dentro do bairro.

A partir desses mutirões nasce a Ação Social Técnica, também conhecida como Escola de Produção Tio Beijo, escola técnica do bairro criada pelos próprios moradores, com cursinhos profissionalizantes e oficinas de diversas áreas. No seu início, a Escola funcionava no Centro Comunitário, localizado no porão da Igreja Jesus Ressuscitado. Mais tarde, os moradores conquistaram um terreno para a construção independente da Escola. Existe registro nos documentos oficiais de mais de 100 moradores que participaram do mutirão para a construção da Ação Técnica, divididos em quatro grupos de cerca de 20 pessoas cada, que trabalhavam em finais de semana alternados, de forma que cada grupo

trabalhasse um fim de semana por mês (SCALCO, 1987). A construção da Escola iniciou em fevereiro de 1982 e foi inaugurada em 1983, sendo construído um prédio de dois andares com cinco salas para 30 alunos cada, biblioteca, sala de diretoria, secretaria, cantina para alunos e professores, instalações sanitárias, almoxarifado, salão de oficinas de 200 m² e área livre para recreação. A Ação Social Técnica foi uma construção coletiva dos moradores, feita por eles e para eles. Não pertencia à Igreja, à Associação, ao Estado, mas sim àquela comunidade e à região. A partir de 1986, 50% dos alunos admitidos tinham que ser dos bairros vizinhos, e não só do Lindéia.

Um ponto importante da Escola Tio Beijo foi sua atuação para instrumentalização dos trabalhadores e seus filhos através de uma educação participativa. Nesse sentido, a escola luta para avançar na concepção de uma educação que toma o aluno como sujeito de aprendizagem e agente de sua emancipação, além de prezar pela qualidade do ensino na escola pública do bairro. Existia um projeto pedagógico emancipador entre os trabalhadores que ia além da técnica: eles traziam a realidade, o dia a dia, para dentro do Tio Beijo. As lutas do bairro, reivindicações, condições de urbanidade, cenário político - tudo isso estava presente nas discussões dentro da escola. Dessa forma, os sujeitos da educação têm maior compreensão da realidade em que estão inseridos, o que possibilita a possibilidade de alterarem suas vidas e perceberem e edificação de suas histórias (SCALCO, 1987).

A história do Lindéia é marcada por estratégias de luta e a presença de algumas instituições que estiveram presentes ao longo de todo o processo de transformação do bairro. Uma dessas instituições que serviram de fio condutor da história é a Igreja Católica, representada principalmente através da figura do padre Miguel. Tanto a igreja como o Estado, em alguns momentos, ofereceram suporte para que os moradores alcançassem seus objetivos, porém essas são instituições com projetos próprios bem definidos. Em alguns momentos esses projetos casaram com os interesses próprios do bairro e então essas instituições caminharam ao lado dos moradores, como foi no caso do suporte da Secretaria do Trabalho e de um segmento da Igreja Católica que acreditava e pregava justiça social.

Como estratégia de luta, temos inúmeras. Algo que se destaca é a facilidade dos moradores agirem de forma combativa e, ao mesmo tempo, sabendo utilizar recursos e caminhos oferecidos pelo Poder Público. Entre a luta institucional e a ação direta, nas palavras de Souza (2004), os moradores do bairro souberam caminhar bem e tirar

proveito das situações que se apresentavam diante deles. Um exemplo - que parece pequeno, mas demonstra a atenção aos detalhes - é na nomenclatura da escola técnica do bairro. Frente a instituições como a Câmara Municipal, Secretaria do Trabalho e Pastoral da Região Industrial, os dirigentes da escola utilizavam o nome oficial: Ação Social Técnica, a fim de garantir os benefícios e sua tramitação dentro dos parâmetros legais. Já frente aos sindicatos, à Frente Nacional do Trabalho, à ULTRAMIG⁴ e às entidades alternativas da área da Educação e Trabalho, era utilizado o nome Escola de Produção Tio Beijo, a forma mais informal e como os moradores realmente reconheciam a escola.

A história do Lindéia foi construída com a presença de figuras importantes. A primeira figura marcante foi o morador Benjamin Garcia (1906 – 1981). Tio Beijo, como era conhecido por todos, era um líder comunitário e organizou o grupo dos Vicentinos no bairro – de caráter religioso e com objetivo de realizar um trabalho de caridade. Através do engajamento social, o grupo conseguiu muitas melhorias para o bairro. Tio Beijo era amigo do padre Miguel, outra figura essencial para a comunidade do Lindéia. Padre Miguel, responsável por fundar a Escola Tio Beijo, fez uma homenagem ao amigo com o nome popular da escola. Nos arquivos atuais da história da Escola, há uma fala de Benjamin:

“Quando aqui cheguei em 1962, era tudo mato. Pensava que nunca teria uma casa ali...Cheguei e quis logo organizar uma Conferência dos Vicentinos, disseram-me que não iria conseguir.... Pois formamos um grupo de 70 pessoas e veja quanto bem fizemos ajudando e assistindo aos pobres...” (Ação Social Técnica, Acesso: Jul./2021).

Padre Miguel, além de ser uma liderança muito importante no início do processo participativo do bairro, também era um elo de conexão entre os moradores. Miguel tinha o costume de visitar as famílias, participar da vida da comunidade, e assim foi capaz de mobilizar os moradores em torno das questões que considerava importante para o bairro. Miguel também foi uma conexão entre a comunidade e professores da UFMG, que desenvolveram projetos de extensão no bairro, como o projeto do leite das cabras e o

⁴ A Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – **UTRAMIG** – foi criada em 1965 e, desde então, é referência no ensino profissionalizante, pautado pela ética, competência, inovação e responsabilidade social. Fonte: www.utramig.mg.gov.br Acesso em: mai. 2021.

projeto da igreja Nossa Senhora da Conceição. O padre foi responsável por articular o fretamento do ônibus para levar as crianças do bairro para a escola pública e também ajudava financeiramente através da sua fundação de caridade Elosúa Rojo. Muitos seminaristas jesuítas também passaram pelo bairro e se comprometeram com as lutas urbanas, como o padre Bahige, o seminarista Lírio - que anos depois rompeu com o seminário e continuou no bairro, como professor da Escola Tio Beijo, e hoje em dia é coordenador da Escola.

Agora, no começo, o trabalho era muito ligado à questão dos Vicentinos que já tinham uma ligação, já tinham um trabalho aqui no bairro. Ele começou, tipo assim, se aliando com algum movimento, alguma coisa que já existia, e ele foi ampliando esse trabalho. Uma coisa que eu acho que foi muito importante que ele fez, ele visitava todos nós, ele fazia visitas às famílias, então essa era uma característica do padre Miguel. Conhecer as pessoas, conversar com as pessoas, ele foi conquistando as pessoas e formando a associação a parte da Igreja. Pra ele era importante que a Igreja..., mas ele também tinha que ter uma luta, não podia ser só Igreja porque ele sempre falava que a fé, sem obras, era morta, né. Quando ele faleceu a gente colocou essa frase, que a fé sem obras, ela é morta. Ele sempre acreditou muito nessa questão de mudar a vida das pessoas, que as pessoas tinham direitos, que as pessoas eram cidadãos. E que essa cidadania... que os políticos, eles não iam dar essa cidadania às pessoas, que eles não iriam melhorar a vida do povo. Então tinha que mudar, o povo tinha que tentar transformar essa realidade. Isso foi uma questão bastante complicada, pro povo entender isso, essa ligação igreja com cidadania, isso foi bem complicado. Mas acho que depois de um tempo começaram a entender.

Agosto de 81. E qual que era o caminhar? Era o padre Bahige que tá aí, dentro de um ônibus [mostra foto]. Esse é o Bahige, ele tá dentro do ônibus que levava os meninos daqui pro colégio Leopoldo de Miranda, ali perto do Loyola. Tem uma escola estadual ali, não sei se você sabe. Tem o Loyola e quando você anda um pouquinho mais pra frente tem o Leopoldo de Miranda. Então lá eles acolhiam

os meninos daqui, porque os meninos não tinham escola de quinta série em diante.

Assim como padre Miguel, dona Maria Tertuliana, também conhecida como dona Maria Benzedeira, era um elo de união entre os moradores do bairro. Ela conhecia e visitava as famílias e benzia os moradores enfermos. A UFMG fez um projeto de extensão para produzir um livro de chás e remédios caseiros com a ajuda e as receitas da benzedeira, a fim registrar os saberes populares da comunidade. O morador Roberval, conhecido como Tio Rob, foi um dos primeiros instrutores dos cursos do Tio Beijo. Foi o mestre de obras na construção da Igreja Jesus Ressuscitado e da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Ele e padre Miguel eram próximos e trabalhavam juntos na construção da Escola.

E na casa debaixo tinha a Dona Maria, benzedeira. Não sei se alguém te falou dela. A Dona Maria Benzedeira era a Dona Maria Tertuliana, a praça tem o nome dela. Ela acolhia todo mundo. Chegava, aquele jeitinho da roça, aquela coisa carinhosa, ninguém saía de lá sem tomar um chá, sabe? O livro de remédio é dela. Ela tinha uma força muito grande. E outra coisa, muitas vezes ela ia na casa das pessoas pra ver como é que tava. Isso também eu acho que ajudou muito, sabe? Que ia mobilizando.

O morador Roberto, antigo professor da Escola, ainda participa da associação com um papel de liderança, e sempre esteve muito presente nas lutas do bairro. O grupo de mães, como comentado anteriormente, também desempenhou um papel fundamental nas lutas, reivindicações e na própria subsistência do povo, através das compras e refeições coletivas. Dona Nilza, dona Antônia, Maria Benzedeira, Vera, dona Paz, conhecida como Pazinha, Sandra Lima, entre outras mulheres, foram nomes importantes que movimentaram a organização do bairro.

Ele ia nessas coisas todas, ele [padre Miguel] e o Bahige. Conversar na prefeitura, criticar se não ficar legal...Punha as mulheres, as mulheres principalmente. As mulheres tiveram uma força muito grande, sabe? O marido trabalhando... Não sei até que ponto, se era porque os maridos trabalhavam ou se é porque elas tinham garra mesmo. Eu sei por mim que eu não ia porque eu tinha que estar na escola, eu tava trabalhando.

Era lá embaixo né, na parte de baixo, estava construindo a Igreja, tava lá embaixo ainda, né. Aí tinha uma sala reservada assim, do lado, e aí nós começamos a reunir lá. Era eu, a Sandra, o Guilherme, seu Zé Pereira, seu Antônio Celestino, Geraldo Damião, o Roberto veio depois, bem depois... A Helena, uma amiga minha, seu Robson, o Zito, Valdivino – que era legal você conversar com eles também. Mas aí Fernanda, aí começou, aos pouquinhos...

A associação se dividia em várias frentes de trabalho e uma vez que a luta estava organizada, as coisas fluíram mais rápido. A capacidade de mobilização dos moradores cresceu junto com as relações de afeto e de vizinhança do bairro. Existia uma rede de relacionamentos e um sentimento de comunidade que sustentavam as lutas e articulações necessárias para a manutenção da vida urbana. As festas do bairro na quadra da Igreja também uniam o povo. A partir da abertura democrática, aconteceram algumas divisões ideológicas e, já nos anos 1990, com a desmobilização da associação, muitos dos principais membros deixaram de participar.

3.3 O CONTEXTO PARTICIPATIVO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO EM BELO HORIZONTE

A década de 1980 representou para muitos países periféricos e semiperiféricos do capitalismo, como o Brasil, o ingresso em décadas perdidas devido à ruptura com os projetos de desenvolvimento econômico que, mesmo de forma desigual, representavam formas de promoção social para a população. O cientista político e filósofo Emir Sader (2002) coloca que foi exatamente nesse marco que, em contracorrente, os movimentos sociais e formas de organização se desenvolveram, a fim de superar esse quadro. Sader aponta que as primeiras formas de resistência assumiram expressões locais, e o sentimento de exclusão social, resultado da perda de direitos da população, promoveu novas formas de organização, protesto e consciência de vínculo (SADER, 2002).

O período de 1974 a 1988 pode ser caracterizado pelo início da redemocratização do país e pela proliferação dos movimentos associativos e dos grupos de base. Durante os anos de redemocratização e pelo menos até a década de 1990, a sociedade experimentou um furor democrático e participativo nunca antes visto, período marcado por grandes manifestações públicas e grandes greves operárias. Leonardo Avritzer (2012), cientista

social e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, levanta alguns dados para melhor compreensão do panorama das associações no Brasil. Mais associações voluntárias foram criadas no Rio de Janeiro entre 1978 e 1980 do que durante todo o período democrático anterior. O número total de associações dobrou em São Paulo nos anos 1970 e triplicou em Belo Horizonte na década de 1980. Em Porto Alegre, entre 1986 e 1990, o número de associações de bairro cresceu mais de 50% - de 240 para 380. Os aumentos nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro também foram impressionantes: das associações de moradores das duas cidades, 97,6 % e 90,7%, respectivamente, foram criadas depois de 1970. Em Belo Horizonte, foram criadas 120 associações voluntárias entre 1941 e 1950, 204 entre 1951 e 1960, 459 entre 1961 e 1970, 584 entre 1971 e 1980, e 1597 entre 1981 e 1990. É nítido perceber como esse movimento foi exponencial a partir dos anos 1980. Algumas dessas novas associações reivindicavam benefícios materiais como melhoria da comunidade; outras reivindicações pós-materiais, tais como proteção ambiental e direitos humanos.

A partir do surgimento de muitas associações em Belo Horizonte na década de 1980, muitos políticos já rondavam essas entidades com finalidades eleitorais. Em 1983, foi criada a Federação das Associações de Bairros e Vilas de Belo Horizonte, com a participação de 135 associações de moradores, sob incentivo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, que venceu as eleições de novembro de 1982 em Minas Gerais (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984). Alguns vínculos entre associativismo local e manifestações políticas consistiam em situações típicas de clientelismo urbano, com lideranças que mantinham “feudos” sólidos e quase imunes a outras influências políticas. Esse era o caso do deputado estadual Álvaro Antônio, várias vezes vereador por Belo Horizonte, que mantinha controle sobre um aglomerado de mais de 200 bairros na região do Barreiro. Segundo Somarriba, Valadares e Afonso, sua dominação tinha origens familiares e estava ligada a própria urbanização da região.

Uma coisa que me chamou muita atenção era o seguinte: descia do ônibus, o primeiro quarteirão é onde tem o Tio Beijo, a metade da rua era asfaltada, a outra metade não era asfaltada. Então andava um quarteirão nessa rua asfaltada, virava à direita, depois virava à esquerda e voltava para a rua do ônibus. Então fazia isso aqui, né? Isso aqui é a rua do ônibus, aqui a avenida Flor de Seda que é a avenida da Igreja. Geralmente a Igreja é um local que todo mundo valoriza demais e que a rua é asfaltada, aqui não era. Esse

quarteirão aqui, a metade dele era asfaltada, vinha pra cá à direita também era asfaltado, virava à esquerda, também asfaltado, depois entrava na rua no ônibus. Só um quarteirão, só esse quadradinho era asfaltado. Aqui era um trem assim, tão esquisito, né? A escola não era asfaltada, a Igreja não era asfaltada, e só aqui.... O que que acontecia ali, o moço morava justamente naquele quarteirão, ele era um cabo eleitoral do Álvaro Antônio, que era um deputado muito forte aqui na região, e só se fazia aquilo que ele queria. Como ele era cabo eleitoral dele né, tava resolvido o problema.

Quando o Estado não fornece adequadamente os meios coletivos de consumo, ele degrada ainda mais as condições de vida dos estratos mais baixos da classe trabalhadora. O acesso insuficiente aos serviços urbanos por essas camadas da população pode levar ao surgimento de conflitos sociais e reivindicações, que muitas vezes dão origem aos movimentos sociais urbanos. A busca desses grupos consiste no reconhecimento social do direito aos bens excluídos do valor de troca da força de trabalho e na adequação de suas necessidades perante o Estado. Os movimentos sociais podem ser divididos entre movimentos reivindicatórios, cujas demandas se referem às condições materiais do processo de reprodução dos trabalhadores urbanos, como alimentação, vestuário, saúde, educação, habitação, etc., e movimentos políticos, cujas demandas estão diretamente associadas a um conteúdo estrutural e a uma mudança nas relações de poder entre classes (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984). As características principais dos movimentos reivindicatórios dos anos 70 e 80 consistem na definição em torno do local de moradia, em função do consumo de bens e equipamentos coletivos, com uma composição social policlassista e uma participação mais expressiva dos estratos mais baixos da população, e o alvo principal de suas ações era o Estado.

Os movimentos reivindicatórios urbanos se dirigiam principalmente ao Estado uma vez que o mesmo não supria a insuficiência dos serviços de consumo coletivos tradicionais, como água, esgoto, eletricidade, abertura de ruas, e também não supriam a carência de equipamentos coletivos de educação, lazer e saúde. Essas são demandas que afetam diretamente as camadas mais pobres da população, e foram as principais demandas de muitas associações de moradores em Belo Horizonte no período aqui abordado.

O associativismo em Belo Horizonte acompanha o início da cidade. Em 1902, é organizada a União dos Moradores de Santa Efigênia para a construção da Capela de Santa Efigênia dos Militares e para reivindicar melhorias para o bairro. No mesmo período, os moradores da Floresta e Lagoinha também se reuniram para reivindicar um abastecimento mais racional de água, e os moradores do Calafate para pedirem a implantação da linha de bonde. A mobilização da população belo-horizontina por bairros e vilas cresceu como uma experiência nova na história da cidade até que, em 1937, com a implantação do Estado Novo, ocorreu a desmobilização de todos esses movimentos. O Estado Novo, regime de característica ditatorial da Era Vargas, durou até 1945. Apesar da repressão generalizada desse período, o poder público se adiantou nas reivindicações populares e tratou questões como trabalho, assistência médica e educação como parte das obrigações do Estado.

Entre 1946 e 1964, há a criação e um grande número de Comitês Pró-Melhoramento, um canal que conduzia reivindicações urbanas predominantemente dos bairros de periferia, e também a criação de Uniões de Defesa Coletiva, que agrupavam moradores de vilas e favelas. Esses canais foram criados a partir dos diretórios políticos dos bairros, no início dos anos 30, mas essas novas organizações se diziam apolíticas – mesmo sem cortarem suas ligações com o Estado que ocorriam através de intermediações com políticos. Sobre esse assunto, Somarriba, Valadares e Afonso pontuam:

“Seu próprio êxito dependia de sua relação com o poder público. Na realidade, eles se definiam por candidatos a cargos eletivos e participavam ativamente das eleições. Essas ligações tornavam sua autonomia questionável, desgastando-os facilmente. Escolher um político perdedor nas eleições ou apoiar candidatos tendo por base suas promessas, que na maioria das vezes não eram cumpridas, significava perda de prestígio, com consequente baixa participação” (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO; 1984: 39).

Nos anos 60, o movimento de bairros constituía um dos vários canais de expressão popular, mas esses comitês, em sua maioria, desapareceram em 1964, em consequência da desmobilização geral da sociedade brasileira com o golpe militar. Entre 1965 e 1973, há um período de grande repressão e desmobilização. Os investimentos sociais foram relegados a um plano secundário e nesse período ocorreram algumas manifestações

populares importantes, mas pontuais, como a Greve de Contagem de 1968. A partir de 1974, há uma retomada de várias formas organizativas no país, como sindicatos, entidades estudantis e movimentos de bairro, como trataremos melhor no capítulo seguinte. O fechamento dos antigos canais de participação política, após 1964, e a interrupção das massas no processo político favoreceram o ressurgimento do associativismo de base local. Em Belo Horizonte, novas associações comunitárias foram criadas e ocorrem também casos de protestos espontâneos, como os chamados “quebras-quebras” de ônibus contra a má qualidade dos transportes públicos. Esses protestos ocorreram de formas diferentes conforme a região da cidade. Na região do Barreiro, os moradores promoveram os “quebras-quebras” e também organizaram dias de boicote à empresa de transporte (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984).

Ali tinha o bar do Nô, o bar do Nô era lugar de embarque no ônibus. E esse ônibus eu não sei se você consegue ler, ele era um ônibus que chamava Empresa Barreiro de cima, isso também deve ter sido em 1980. Eram uns ônibus velhos, feios e sujos. Muito velhos, muito feios e muito sujo também. Esses ônibus só conseguiam vir aqui em cima, aqui no Lindéia, quando não chovia porque quando chovia eles não conseguiam subir aquele morro que tem ali na Perpétuas. A rua não era asfaltada então eles não conseguiam subir, eles ficavam lá embaixo. Você pode ver atrás daquele ônibus que está escrito Empresa Barreiro de cima, tem uns pés de banana, tem mato ainda, né. Ali, hoje, tem aquele sacolão e as lojas, ali não tinha nada, era mato ainda. Então hoje ele é um sacolão e lojas. Isso era esperando o ônibus, porque naquele tempo tinha muito pouquinho ônibus, eram muito escassos. Pra você achar um ônibus naqueles tempos era extremamente complicado, muito difícil. Então a briga de manhã era feia. Eu me lembro muito bem, eu pegava ônibus de manhã ali também, normalmente de manhã dava briga pra poder entrar no ônibus. Tinha dia assim que a gente chegava ali e tinha fila assim muito comprida, aí quando o ônibus chegava a gente só gritava assim: 'vamos invadir o ônibus!'. Aí todo mundo invadia o ônibus e ninguém pagava passagem. As mulheres punham os meninos na janela pra quem já estivesse dentro pegar os meninos, a luta era pra entrar no ônibus e ninguém pagava o ônibus, não tinha nem condição. O ônibus ficava tão cheio, tão lotado, que não

dava pra pagar. O trocador não tinha como se movimentar, como cobrar, não tinha jeito. Aí todo mundo ia de graça. Isso acontecia muitas vezes. E você pode notar que o chão não é asfalto não, é chão mesmo, não tinha asfalto, não tinha nada.

Em 1976, é criado o Jornal dos Bairros, uma imprensa de bairro com objetivo de servir de veículo de comunicação para as organizações de base local. O jornal noticiava a formação de associações de bairro, as demandas dessas organizações e as respostas do Poder Público, além de ter uma seção fixa sobre outros movimentos de base, como as lutas sindicais. Em 1984, o jornal tinha um alcance de aproximadamente 25 mil leitores, concentrados na periferia oeste de Belo Horizonte (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984). A associação do Lindéia também produzia um jornal para distribuição no bairro, com os informes das lutas reivindicatórias.

Ah, tinha um jornal também. A gente mesmo que escrevia as matérias, era muito interessante. Na associação mesmo deve ter um arquivo dos jornais guardados. O jornal era interessante e nós que escrevíamos as matérias, mas as matérias tinham que ser aprovadas na assembleia. Eu lembro uma vez uma matéria que eu escrevi sobre o asfalto, aí a assembleia vetou um tanto de coisa na minha matéria. Fiquei invocada! [risos] eu não lembro porque eles vetaram, mas não sei assim, uma linguagem mais radical, não sei, umas coisas assim, sabe? Mas aí tinha que passar pela assembleia. A gente redigia tudo e depois que passava pela assembleia a assembleia anotava, mandava tirar isso, colocar aquilo, né, aí que imprimia. Ele era mensal, durou bastante tempo.

O ano de 1978 marcou uma preocupação do Poder Público com a ampliação da proposta de abertura política, e os movimentos populares encontraram um maior espaço para se exprimir. Segundo Somarriba, Valadares e Afonso, mais da metade das associações cadastradas em Belo Horizonte foram fundadas entre 1974 e 1980, e o ponto mais alto de criação dessas entidades ocorreu em 1978. Outro fator que influenciou no interesse da população na criação de associações comunitárias foi o período intenso de chuvas entre 1978 e 1979, o que agravou a situação já precária de muitos moradores de periferia.

Nesse período, há uma mudança na postura do Poder Público com relação aos movimentos urbanos e o debate sobre participação comunitária é revitalizado. Em 1980, o governo de Minas Gerais lançou o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, que propunha a utilização do potencial da sociedade no processo de desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, o governo lançou uma ampla campanha publicitária intitulada “e na sua opinião?”, que pedia aos cidadãos para indicarem problemas locais e sugestões para sua solução. A partir desse levantamento, a Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN-MG) criou o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), com objetivo de encorajar a mobilização e a capacidade criativa das comunidades. Na região metropolitana, a temática principal do Programa é a urbanização de favelas e bairros periféricos, com a promoção de serviços e infraestrutura com a participação dos próprios moradores. O prefeito nomeado em março de 1979, Maurício Campos, do Partido Democrático Social (PDS), adotou uma postura de visitar os bairros periféricos e abrir espaço na agenda para receber os representantes dos movimentos sociais.

Então foi feito isso, e a gente vem trabalhando desde aquela época. Aqui não tinha nada, aí nós fomos conseguindo com muita luta. Teve uma época que o prefeito, eu não lembro quem era o prefeito... não vou lembrar o nome, eu tô muito ruim pra nome [...] a gente ia lá e ele recebia lá, ele já conhecia a gente. Nós ia todo mundo, ia aquele tanto de ônibus. As mulher ia com os meninos, chegava, forrava lá o chão da Prefeitura para partir comida, pão pros meninos, porque a gente ia ficar o dia inteiro ali mesmo [...] a gente ia pra lá, ocupava a prefeitura e ficava o dai inteiro, até o prefeito atender a gente pra gente poder conversar pra conseguir as coisas, e nós fomos conseguindo tudo. Hoje o bairro é um bairro que ele é todo asfaltado, todo arrumado, mas foi muito nessa base, e isso aí era na época da ditadura ainda, você imagina a situação que a gente...

Em 1979 também é criada a Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais (FACEMG), com o apoio informal do Governo Estadual. A federação tinha como objetivo congregar as associações comunitárias de todo o Estado, com uma concentração de filiações localizada na região metropolitana. Em 1980 há o I Congresso Municipal de Associações Comunitárias da Grande Belo Horizonte, com o objetivo de reunir as

associações e discutir temas de interesse comum. A partir desse encontro, o Jornal de Minas passou a dedicar uma página semanal do jornal às associações comunitárias, para oferecer apoio através de notícias, para que as conquistas urbanas e melhoramentos conquistados por essas organizações tivessem uma repercussão junto à sociedade e às autoridades (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984).

As formas associativas que aglutinaram moradores de bairros, vilas e favelas constituíram a manifestação mais expressiva do fenômeno do associativismo de base local em Belo Horizonte. Dentre essas associações comunitárias, a do bairro Lindéia teve papel de destaque – tanto na capacidade de mobilização dos moradores como nas reivindicações conquistadas. O objetivo dessas associações, de forma geral, deu-se em torno de questões relacionadas às melhorias urbanas – luz, água, esgoto, abertura de ruas, calçamento, equipamentos sociais, escolas, postos médicos e odontológicos – assim como foi no Lindéia.

Legal também, Fernanda, eram as festas, sabe? A gente fazia festa demais, tinha uma parte lá que mexia só com cultura, sabe? Aí filme, levava filme, fazia essas festas, igual agora mesmo: São João, São Pedro, Santo Antônio... Comemorava tudo. É muito interessante. Eu lembro também que teve um ano que foi comemorado no dia mesmo, entendeu? Não esperou sábado ou domingo pra fazer não, aí foi no dia mesmo, e foi muito boa a festa!

Além de reivindicar melhoramentos para os bairros, as associações também buscavam defender os interesses da comunidade, incentivar e promover a união e o espírito comunitário dos moradores e promover atividades culturais, profissionais e de lazer para possibilitar uma maior integração da comunidade. No Lindéia, isso se dava através da luta comunitária, mas também através das festas religiosas, do festival de música, festival de teatro, da ginástica comunitária, das feiras livres, do sopão feito pelas mulheres para alimentar as famílias mais carentes, da presença de figuras importantes dentro das casas, como do padre Miguel e da benzedeira Maria Tertuliana.

CAPÍTULO 4: ATRAVESSAMENTOS

4.1 MOBILIZAÇÃO ATRAVÉS DO AFETO: SENTIDO DE COMUNIDADE E PARTILHA CATALISADORES DE LUTA

4.1.1 RESISTÊNCIA E EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE A DITADURA MILITAR E A REABERTURA DEMOCRÁTICA DO PAÍS

Em 1982, o economista Paul Singer e o sociólogo e também economista Vinícius Caldeira Brant organizam e publicam o livro “São Paulo: o povo em movimento”, com diversos artigos reunidos cujo objetivo consistia em capturar as condições de desenvolvimento da consciência, expressão e organização das classes trabalhadoras daquele período. Nesse compilado de estudos, foram realizadas entrevistas com líderes e participantes de movimentos populares, pesquisa em documentos e publicações fornecidos pelos próprios grupos, participação dos pesquisadores em reuniões e manifestações. A metodologia empregada se assemelha a construção metodológica dessa própria pesquisa, tanto em sua fase embrionária (no trabalho de conclusão de curso, com as associações de moradores atuais), como nesta dissertação de mestrado, com o bairro Lindéia. É interessante perceber que, mesmo se tratando especificamente de São Paulo, existem aproximações entre a experiência paulista e experiências como a do Lindéia, em Belo Horizonte.

Inicialmente, Brant aponta que muitos estudos sobre as classes trabalhadoras brasileiras, principalmente na primeira metade do século XX, tinham como referência os movimentos políticos da classe operária europeia, cujas perspectivas são distintas. Assim, alguns autores partiam do pressuposto de que os requisitos para a constituição de uma “verdadeira” classe operária ainda não tinham se concretizado no cenário brasileiro como tinham na Europa, como por exemplo a plena industrialização, o assalariamento generalizado, as sucessivas gerações de famílias operárias, os embates entre patrão e empregado, a educação política, etc. Outros estudiosos afirmavam que, dadas as bruscas diferenças, não poderia se esperar nada semelhante a um movimento de classe como conhecido (BRANT, 1982). Os estudos, até então, concentravam suas análises nas aproximações e diferenças entre “realidade” e “modelo”. A partir desses estudos, foi possível traçar características concretas do trabalhador urbano, desde sua origem social, condição de vida, nível de renda à participação em movimentos reivindicatórios e de bairro, sua participação social e laços informais.

Entre os anos 1950 e o início da década de 1960, multiplicaram-se os estudos sobre participação social e política, principalmente trabalhos que tentavam explicar uma suposta passividade dos operários em relação aos movimentos de classe no Brasil. Uma das hipóteses estudadas para explicar as raízes culturais de um comportamento “tradicional” dos trabalhadores no meio urbano foi a origem rural dos mesmos. A mobilidade social, as mudanças de papéis sociais e condições de vida foram encarados como uma conquista individual, não como uma conquista coletiva da classe trabalhadores, o que dispensaria os trabalhadores de participar de movimentos coletivos (BRANT, 1982). Outros elementos importantes apontados como obstáculos à organização e mobilização dos trabalhadores, até então, foram a subordinação social e política dos trabalhadores aos interesses das classes dominantes e o quadro institucional repressivo e enquadramento legal dos movimentos populares. Nas palavras de Brant, “o bloqueio à participação nos processos decisórios institucionais, numa sociedade excludente e elitista, expressa-se num sistema partidário e eleitoral impermeável aos movimentos sociais” (1982: 12).

A partir da década de 1970, a emergência dos movimentos populares se deu de forma bastante fragmentária devido à repressão extremada contra a expressão política dos interesses populares do período militar. Os movimentos existentes antes de 1964, ano do golpe militar, foram destruídos ou subordinados durante o regime, e houve uma grande

vigilância por parte do governo para evitar o surgimento de novas organizações populares. A Lei de Segurança Nacional promulgada em 13 de março de 1967 (decreto-Lei nº 314)⁵, que definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social no período ditatorial, foi aplicada como instrumento de repressão às lideranças e movimentos sociais, e essa ação repressiva tinha o papel de disseminar o terror através dos castigos aos opositores do regime e também dificultava a articulação dessas pessoas e grupos interessados da luta popular (BRANT, 1982).

A repressão desses grupos e o bloqueio dos canais institucionais de representação popular estimulou, de uma certa forma, os laços de solidariedade na sobrevivência diária da população. O desenvolvimento desses laços, como relações de vizinhança, de parentesco e amizade, criavam uma proteção dos indivíduos diante de um clima social de medo e impulsionou a criação de vários movimentos de base, como associações comunitárias, comissões de fábrica, clubes de mães e de jovens, grupos associados à igreja – tanto em São Paulo como em outros lugares do país, como o Lindéia. Esses movimentos fundamentavam-se na confiança entre seus membros e na consciência de desamparo diante do contexto social, político e econômico, eles se articularam a partir de relações pessoais diretas. É importante retomar aqui a grande desigualdade social que se expandiu drasticamente na época do regime militar, assim como o arrocho salarial e as más condições de qualidade urbana e serviços de base para a população trabalhadora, como abordado no capítulo 3.

Instituições como a Igreja através das pastorais, dos grupos eclesiais de base e dos padres operários, o movimento estudantil e o Movimento Democrático Brasileiro (único partido legal de oposição no período) tiveram o papel de apoio e amparo dos movimentos sociais diante de um contexto político de repressão e criaram o clima necessário para articulação pública desses movimentos surgidos da base (BRANT, 1982). Apesar do considerável apoio que o MDB recebeu das classes populares na ocasião das eleições, seus vínculos com os movimentos sociais concretos foram poucos, e serviu principalmente como legenda eleitoral. Em 1978, movimentos sociais conseguiram indicar alguns candidatos pela

⁵ Assim consta no Decreto-Lei 314: “Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos. Art. 22. Promover insurreição armada; ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos. Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena - reclusão, de 2 a 4 anos”. Fonte: Portal da Câmara dos Deputados <www.camara.leg.br> Acesso em: Jul. 2021.

frente eleitoral do MDB, mas as reivindicações desses movimentos não representavam o foco do partido. Os departamentos de trabalhadores, jovens e mulheres tinham um papel consultivo dentro do partido, não deliberativo. O movimento estudantil teve um papel importante e ativo nas lutas democráticas nesse período, e por mais que explicitamente prestassem solidariedade às demandas dos trabalhadores, sua influência nas lutas populares não foi tão significativa.

Buscar caminhos alternativos de organização diante dos canais oficiais tornou-se a única possibilidade para a continuidade das lutas, especialmente no período mais repressivo do governo militar. Esse contexto estimulou a autonomia desses grupos, mas muitos deles se organizaram diante de uma única temática, de acordo com suas necessidades momentâneas, e, quando o objeto de luta era alcançado, sofriam um processo de desmobilização (BRANT, 1982). No caso do bairro Lindéia, as principais demandas se relacionavam com questões estruturais e cotidianas, como serviços básicos de calçamento, luz, esgoto, escolas, creches, centros de saúde. Uma vez que as carências mais urgentes foram supridas, o movimento perdeu força dentro do bairro.

No começo, realmente a questão do bairro era muito complicada. O pessoal aqui achava que era necessário entrar numa luta pra melhorar. O povo era muito, muito pobre. Aí quando foi nos anos 80, com a crise econômica, a situação ficou pior ainda, muito pior. O pessoal não tinha nem comida pra comer. Aí todo dia fazia almoço, fazia um sopão ali na Igreja. Aí o pessoal levava panela, levava marmita, levava tudo quanto é coisa porque as famílias não tinham comida pra comer. Aí todo dia fazia isso e eram as donas, as mulheres que faziam o almoço e faziam com as doações que tinham. Acho que a necessidade, a luta surgiu com a necessidade e tinha alguém que estimulou o povo.

A repressão direta dos movimentos populares, assim como a censura que bloqueava a repercussão públicas dos mesmos, durou a maior parte do período ditatorial, principalmente os dez anos de sucederam o Ato Institucional nº 5 (1968). Essa repressão e censura reforçaram um isolamento dos grupos de base, seus integrantes passaram a adotar medidas de prudência até mesmo entre contatos pessoais, como colegas de trabalho, vizinhos e amigos. Apesar disso, o repúdio popular ao autoritarismo característico do período manteve-se vivo e presente. As manifestações de desobediência

civil e os protestos contra os atos ditatoriais pareciam, a princípio, uma sucessão de fatos isolados devido às proporções dos meios coercitivos do governo, mas o repúdio popular à ilegitimidade do regime foi se intensificando ao longo dos anos.

A leitura das listas de proibição de notícias enviadas aos órgãos de comunicação pela censura federal revela que mesmo nos períodos de repressão mais dura os protestos aconteciam (BRANT, 1982). Seja por atos de repúdio individual ou manifestações coletivas, resistência ativa ou passiva, esses protestos foram constantes durante a ditadura militar. O regime conseguiu dificultar, mas não frear o processo de acumulação de forças da oposição, mesmo com as constantes represálias do governo. Cada protesto correspondia a uma retaliação, entre cassação de mandato político ou sindical, perda de emprego e perseguição para que esses trabalhadores não fossem empregados novamente, expulsão dos alunos das escolas, interferência direta em associações e órgãos de representação, censura – chegando até em casos extremos de prisão, tortura, desaparecimento e assassinato.

Mudei pra cá em 73, 1973 que eu tinha feito um barracão aqui... Nem era casa ainda, 3 cômodos, e aí eu mudei pra cá. Metalúrgico. Trabalhava nas firmas, a última que eu trabalhei nela foi a Pohlig Heckel. Depois eu não consegui mais arrumar emprego porque eu era dirigente sindical de fábrica e quando entrou o Médici, foi em 74 né, 75, Garrastazu Médici, aí ele fez o caça às bruxas e daí eu fui preso na Pohlig Heckel. Eu fiquei uns tempos preso, uns 12 dias mais ou menos. Muita sacanagem, né? Dai eu fiquei... Padre Miguel, Vera, pessoal aí mobilizou. Já morava aqui. Eles prenderam todo mundo que tinha ligação com o sindicato. Lá para ser preso, eles alegaram, a firma fez uma alegação que tinha sumido 11 toneladas de bronze. Eu nem sabia por onde passava isso. São mais de duas carretas, cada carreta leva umas 3, 4 toneladas... Como que some? Aí lá na polícia mesmo os caras falaram pra gente lá que isso aí é enrolação, 'é por causa que vocês estão mexendo com política sindical, é por isso que eles prenderam vocês'. Aí eles pararam de ficar fazendo pergunta pra gente lá, colocaram um companheiro nosso de cabeça pra baixo... Fizeram muita, muita covardia. Aí depois eu ainda consegui trabalhar, mas até o final de 78, que eu tinha garantia pelo cargo que eu exercia no sindicato. Eu voltei da

prisão e continuei trabalhando, mas depois disso eu não arrumava emprego em lugar nenhum.

Ao mesmo tempo que esse período foi marcado por grande repressão, o sentimento de temor e revolta social criou vínculos de solidariedade entre movimentos de natureza distintas e indivíduos com posições ideológicas diferentes. Essa repressão exacerbada desencadeou em um cenário em que varias instituições, associações e movimentos de uniram em atos de protesto conjunto, o que formou alianças informais das oposições democráticas. O apoio de instituições como a Igreja Católica, A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa, foi de extrema importância na continuidade da luta.

Um exemplo importante dessa reação conjunta foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, em dependências do Exército. O culto ecumênico na Catedral da Sé, em São Paulo, reuniu mais de 8 mil pessoas, com representantes das principais comunidades religiosas, das associações civis, dos sindicatos e do movimento estudantil (BRANT, 1982). Outro momento que reuniu diversos setores da população para protestar contra o regime foi na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 1968, no Rio de Janeiro. A passeata organizada para repudiar o assassinato do estudante reuniu cerca de cem mil pessoas, como comentado no capítulo 3, entre estudantes, sindicalistas, trabalhadores e representantes de vários segmentos da luta democrática (PRONZATO, 2018).

Tinha encontro de associações, entendeu. E a gente participava. As lideranças encontravam, discutiam. Igual lá no bairro Industrial tinha uma associação muito forte também, eu lembro de uma mulher muito forte lá, Dona Eva. Então assim, tinham muitas associações. O momento político que a gente vivia tinha muito a ver com a necessidade da gente se expressar de alguma forma contra a ditadura, né?

Brant afirma que “os primeiros protestos bem sucedidos criaram as condições para que instituições e movimentos se unissem à luz do dia, na demonstração de que o governo não poderia continuar a golpeá-los isoladamente” (1982: 24). A conquista gradual da liberdade de manifestação desencadeou processos de desobediência civil por parte dos movimentos que expressavam a autonomia da sociedade perante o Estado. A partir,

principalmente, de 1978, as mobilizações de cunho coletivo expandiram-se rapidamente. Manifestações operárias, greve de professores, motoristas de ônibus, de médicos, de jornalistas, de trabalhadores da periferia, de funcionários públicos: a possibilidade de uma manifestação aberta revelou reivindicações de setores até então sufocados. Muitas greves – além de uma composição massivamente operária – tinham a presença numerosa de funcionários públicos, donas de casa, médicos, estudantes, intelectuais e artistas, que não participavam simplesmente para expressar seu apoio, mas se identificavam com a classe trabalhadora. Essa experiência de luta possibilitou que um número cada vez maior de trabalhadores rompessem o isolamento político para obter sucesso nos seus objetivos (BRANT, 1982).

4.1.2 O PAPEL E A VISÃO DA IGREJA NA BUSCA DE JUSTIÇA SOCIAL

A Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na luta operária, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e dos padres operários, como Padre Miguel. É notável que, por um período, alguns setores da Igreja, particularmente aqueles afetados pela Teoria da Libertação⁶, passaram a se preocupar com as camadas desprivilegiadas da sociedade e com formas de resistência civil à opressão policial e militar exercida pelo Estado, principalmente a partir da década de 1960. Nesse período, elaborou-se na América Latina um novo pensamento teológico que se baseava na análise sociológica da realidade social e na releitura dos Evangelhos, e os intelectuais católicos se reorganizaram no sentido de buscar um relacionamento mais orgânico com as classes populares (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982).

Eu lembro devido à posição política do padre Miguel, uma coisa interessante, isso foi bem no início – quando eles assassinaram aquele arcebispo de San Salvador, Dom Romero – uma vez ele estava celebrando a missa, eu estava nesse dia, tinham pessoas

⁶ A Teologia da Libertação é uma corrente cristã, nascida na América Latina na década de 1960, que propõe um novo método no fazer teológico. Trata-se de uma reflexão teológica crítica a partir da práxis, inspirada na ação pastoral renovada e, sobretudo, com sua espiritualidade centrada na assistência aos pobres e na libertação de injustiças econômicas, políticas e sociais. Se trata de um amplo movimento de renovação crítica das igrejas a partir de uma atuação política e social dos seus membros, centrados nas questões de classe (ALTMANN; BOBSIN; ZWETSCH, 1997).

infiltradas gravando a missa, sabe? Da polícia, eu lembro disso. Por causa do cunho ideológico e da posição política dele mesmo.

Principalmente após o golpe militar e a conseqüente repressão de diversas organizações representativas de classes e grupos profissionais, a presença da Igreja Católica foi decisiva, tanto no apoio dessas organizações perseguidas, como através de organismos propriamente religiosos, como as CEBs. Mesmo desvinculados de filiação religiosa, a Igreja ofereceu abrigo e espaço para movimentos estudantis, movimentos de bairro e outros, e assim constituía núcleos de resistência à opressão do regime. Assim como acontecia no Lindéia, a Igreja abrigava reuniões e debates desses grupos embrionários de defesa civil, uma vez que a instituição tinha uma certa imunidade e prestígio diante do Estado que decresceu à medida que o autoritarismo do regime aumentou (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982).

As comunidades eclesiais de base surgiram na década de 1960 e proliferaram no Brasil como uma experiência nova de participação dos leigos na vida da Igreja Católica. Para além do caráter religioso, esses grupos constituíam uma importante trama de experimentação e exercício sistemático de formas de associação popular para discussão e busca de soluções dos problemas que atingiam as classes trabalhadoras. Em 1965, o Plano Pastoral de Conjunto foi aprovado para um período de cinco anos pelos bispos do Brasil, e estimulava a renovação das paróquias pelas comunidades eclesiais de base, com o intuito de promover uma renovação orgânica e global da Igreja. No II Encontro do Episcopado latino-americano em Medellín, em 1968, as CEBs foram reconhecidas como “celular inicial de estrutura eclesial”, de grupamentos voluntários, mas ainda sem uma estrutura bem definida.

Em 1976 e 1977, a Arquidiocese de São Paulo definiu as prioridades e objetivos essenciais para o próximo biênio e assim foram criadas quatro ênfases pastorais importantes: a Pastoral do Mundo do Trabalho – voltada para a classe operária e outros trabalhadores, a Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados – voltada para o monitoramento de violações de direitos humanos relativos à relações de trabalho, a Pastoral da Periferia – voltada para as populações mais pobres e, por fim, a Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base, cujo objetivo consistia em renovar as estruturas eclesiais por meio de novas formas de sociabilidade (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982). Em 1981, a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo lança um livro intitulado “Fé de Política: Povo de Deus e participação política”, cujo objetivo

consistia em orientar os fiéis na esfera política e participativa conciliada com a profissão da fé. Nas palavras de Evaristo e Arns:

“Para a Igreja, falar de política não é enfrentar tema profano, de outra esfera, nem é exceder sua missão divina. Entre os poderes que o Cristo lhe atribuiu, essenciais ao cumprimento do seu mandato, está **a missão profética de denunciar o injusto e anunciar a justiça**. Desde sempre, a Palavra de Deus, acolhida pela fé, tem inspirado a história dos homens, urgindo-os a buscar na terra a construção do Reino, de uma sociedade fraterna. Vamos lançando sementes de um mundo mais justo toda vez que **vencemos a desigualdade** e nos damos as mãos na comunhão concreta de todos os bens, **desde os meios de produzi-los** até os **frutos de nosso trabalho**” (1981, grifo meu).

A Teologia da Libertação, nas palavras de Löwy, surge na década de 1960 na América Latina, a partir da necessidade de um setor do clero e da laicidade de adota o método marxista de interpretação e transformação da realidade (LÖWY, 2016). Essa percepção e relação indireta com o marxismo levou esses setores a serem acusados de subversivos na década de 1980. Consultores norte-americanos de Ronald Reagan, em 1980, e de George Bush, em 1988, caracterizaram a Teologia da Libertação como um disfarce marxista, afirmavam que era uma doutrina política disfarçada em crença religiosa e aconselhavam o governo norte-americano a adotar uma política externa de combate à essa corrente. Em documento produzido em Santa Fé, Califórnia, em 1980, esses consultores afirmam que “infelizmente, forças marxista-leninistas usaram a Igreja como uma arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com ideias que são mais comunistas que cristãs” (LÖWY, 2016: 122).

Mesmo antes disso, durante a ditadura militar no Brasil, esses setores da Igreja e padres operários já começaram a sofrer perseguições políticas por alimentar uma visão de justiça social. Em entrevista⁷, Löwy afirma que:

“Movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária, ACO,

⁷ Entrevista concedida à Gustavo Xavier do Brasil de Fato, 08-01-2013, pela ocasião dos 50 anos da Ação Católica Operária/ Movimento dos Trabalhadores Cristãos (ACO/MTC) no Brasil.

promoveram, em particular nos anos de 1960 e 1970, uma crítica radical do capitalismo, inspirando-se não só em fontes cristãs – desde encíclicas papais até escritos da esquerda católica francesa, como Emmanuel Mounier – mas também em textos de Marx e dos marxistas latino-americanos (teoria da dependência). Entre seu horizonte sociorreligioso, o reino de deus, e o reino da liberdade socialista, existe uma espécie de afinidade eletiva.” (LÖWY apud BOFF, 2013)

A publicação “Fé e Política”, citada anteriormente, organiza os principais acontecimentos políticos e fatos relativos à caminhada da Igreja em uma sequência cronológica. O objetivo do livro consistia em fornecer subsídios para que o povo pudesse participar e se posicionar diante da discussão política. Dentre os questionamentos que levaram à produção desse livro, Evaristo e Arns indagam como o povo pode evitar ser manipulado pelos partidos políticos, como participar da vida política sem atrelar as comunidades de base e movimentos populares aos partidos e como ligar a luta cotidiana por melhores condições de vida com a participação na política partidária e eleitoral (1981). Esses questionamentos estavam na agenda da Igreja naquele momento como ponto fundamental de uma práxis cristã orientada para construção de uma sociedade menos desigual. Os autores comentam que durante anos os principais problemas do povo, desde a falta de água e infraestrutura urbana até à luta de contra o arrocho salarial, só puderam ser discutidos nos espaços que o próprio povo ocupou e criou, como foi o caso do Lindéia. As questões eram debatidas nas comunidades eclesiais de base, nos clubes de mães, nos centros comunitários: o próprio povo fabricou as ferramentas que ajudaram na continuidade de sua caminhada (EVARISTO; ARNS, 1981).

Assim como aponta Brant (1982), Evaristo e Arns também relembram que foi nos anos mais duros de repressão, entre 1969 e 1976, que o povo mostrou sua capacidade de se unir, se ajudando a vencer obstáculos, a não desanimar, mesmo com perigos e dificuldades. Com a reabertura política, o povo se viu diante de uma encruzilhada, cada partido político propunha um caminho e uma forma de ação diferente. A lembrança dos partidos antes de 1964 era, nas palavras dos autores, de que “os partidos serviam sobretudo de instrumento para que os políticos pudessem chegar ao poder nas costas do povo. Cada líder político estabelecia uma espécie de relação pessoal com a massa de gente que votada nele e que, em troca, esperava dele uma solução de seus problemas” (1980). Essa postura diante dos políticos e dos partidos se manteve ao longo dos anos, como é

possível ver dos testemunhos de moradores do Lindéia e em relatos de participantes de associações de moradores atuais.

Podemos observar a postura extremamente politizada da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de S. Paulo, através desse trecho de Evaristo e Arns, participantes da comissão:

“Apesar de toda a demagogia e do elitismo dos líderes populistas, no período entre 1945 e 1964, o povo tinha pelo menos a ilusão de participar da vida política pelo voto. Embora ele mesmo não chegasse jamais ao poder, era o povo, afinal de contas, que escolhia e elegia seus candidatos preferidos. A partir de 1964 tudo isso muda. Agora não há mais eleições diretas para Presidente nem Governador e as eleições de deputados e vereadores não valem mais quase nada. Todo o poder está concentrado nas mãos das Forças Armadas, que governam com o apoio de tecnocratas que decidem sobre tudo sem ter sido eleitos por ninguém e sem ter que prestar contas do que fazem a ninguém. A palavra de ordem do regime militar é “Segurança e Desenvolvimento”. Mas segurança para quem? Certamente não para o povo privado de seu direito de participar politicamente e de se organizar em partidos e sindicatos. Na verdade, a partir de 1964 o povo passou a viver numa situação de insegurança permanente diante de um Estado todo-poderoso para quem qualquer reivindicação ou divergência era sinônimo de subversão. Desenvolvimento para quem? Certamente também não para os operários submetidos ao arrocho salarial, aos índios e lavradores expulsos de suas terras e aos moradores de periferias urbanas sem condições de moradia e de trabalho decentes. Desenvolvimento mesmo só para os ricos que ficaram cada vez mais ricos enquanto a grande maioria do povo ficava cada vez mais pobre” (1981: 23).

O cerceamento das liberdades e possibilidades de participação do povo durante o regime militar transformou a forma de ser da Igreja. O Concílio Vaticano II, realizado em 1961, e a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada na cidade de

Medellín (Colômbia), em 1968, e já comentada anteriormente, marcaram uma mudança na postura da Igreja, que começou a abrir suas portas e dar voz àqueles que não tinham. A Conferência de Medellín produziu um importante documento, chamado “Conclusões de Medellín”, em que a Igreja da América Latina assume uma posição libertadora frente à opressão no continente. Aos poucos formaram-se pequenos grupos, unidos por relações de amizade e vizinhança, e assim nasceram as comunidades de base que estavam ancoradas na Igreja. A convivência em comunidade fortalecia os laços de confiança, solidariedade e ajuda mútua entre a população, o que resultou, no caso do Lindéia, em uma mobilização política que trouxe várias melhorias para o bairro.

A presença da igreja no bairro Lindéia, representada inicialmente pela figura do padre Miguel, antecedeu a construção do espaço físico destinado a ela, e esse espaço físico – construído pela própria comunidade – além de atender as demandas religiosas, também abrigava ações e demandas do bairro. Quando o padre Miguel se mudou para o bairro Lindéia, com objetivo de fundar uma igreja ali, ele trabalhava como operário em fábrica e morava em um quarto de pensão, como comentado no capítulo 2. No bairro existia um terreno destinado à Igreja, mas no início as missas eram celebradas debaixo das árvores, com poucos moradores e um gravador para tocar os cantos. Padre Miguel, que dividia turnos entre trabalhar como soldador em fábrica e realizar as missas, tinha uma formação crítica e considerava importante engajar os moradores do bairro na luta política.

Miguel trabalhou por pouco mais de um ano como soldador e depois foi demitido quando o chefe de gabinete descobriu que ele era padre, sob alegação que ele poderia organizar alguma forma de mobilização subversiva na fábrica. Essa relação entre igreja, povo, padre e luta social se desenrolou de forma estreita no bairro. Miguel representava mais que a igreja, era uma liderança que se importava genuinamente com a vida daquelas pessoas, e isso incluía as condições materiais para a vida acontecer ali no bairro. Sua demissão simboliza a ameaça que padres operários poderiam significar dentro do sistema opressivo da época. Não era uma característica particular de Miguel, mas uma postura adotada por teólogos da libertação que abraçaram a abordagem marxista básica (LÖWY, 2016).

Na verdade, quem motivou tudo isso do trabalho foi o padre Miguel, ele que começou. Ele veio pra cá em 1972, ele trabalhava no colégio Loyola e ele não, tipo assim, falou ‘isso aqui não serve pra mim, tô indo embora’. E veio morar aqui no Lindéia. Ele veio

morar ali na baixada perto do Lindéia velho, alugou um barracão lá, começou a trabalhar em fábrica, ele fez um curso de soldador e foi aí que ele começou a trabalhar em fábrica. Foi muito interessante porque os moradores aqui do bairro não acreditavam que o padre Miguel fosse um padre. Eles foram falar com o bispo: 'olha, tem um homem lá no Lindéia que fala que é padre, mas a gente não acredita muito que ele seja padre não', e o bispo perguntou 'mas por que vocês acham que ele não é padre?', 'ah, porque ele trabalha em fábrica'. O povo não tinha nem o costume de um padre que também trabalhasse e se sustentasse. O padre Miguel, a vida inteira ele teve isso, ele nunca foi sustentado pela comunidade. Isso ele não admitia. Principalmente no começo quando o povo era muito pobre, o povo não tinha dinheiro pra poder sustentar padre. Então ele mesmo trabalhava durante o dia, a noite e fim de semana ele fazia a pastoral e o tamanho social que ele achava que era extremamente importante. Então na verdade foi ele que realmente suscitou e motivou o povo a se organizar, a participar, a lutar pelos seus direitos. O povo não tinha essa consciência, quem tinha essa consciência era ele. Ele sempre acreditou muito nessa questão de mudar a vida das pessoas, que as pessoas tinham direitos, que as pessoas eram cidadãos. E que essa cidadania... que os políticos, eles não iam dar essa cidadania às pessoas, que eles não iriam melhorar a vida do povo. Então tinha que mudar, o povo tinha que tentar transformar essa realidade. Isso foi uma questão bastante complicada, pro povo entender isso, essa ligação igreja com cidadania, isso foi bem complicado. Mas acho que depois de um tempo começaram a entender.

Esse estreitamento entre um setor pequeno, mas significativo da Igreja Católica Apostólica Romana na América Latina e a abordagem marxista básica pode ser explicado por algumas premissas básicas que ambos compartilharam. O sociólogo brasileiro Michael Löwy dá exemplos de possíveis áreas de correspondência estrutural entre cristianismo e o socialismo, como a rejeição de ambos à visão individualista do mundo, eles compartilham a fé em valores transindividuais. Outro ponto em comum é a concepção de que os pobres seriam vítimas de injustiças, mesmo com a distância considerável entre os podres da doutrina católica e o proletariado da teoria marxista, ainda assim existe um

parentesco socioético entre eles. Também é notável a semelhança que ambos compartilham o universalismo, ou seja, ambos veem a humanidade como uma totalidade, e ambos dão grande valor à comunidade, à partilha comunitária de bens e criticam a atomização, a alienação e a competição egoísta da vida social moderna. Por fim, existe uma esperança compartilhada de um reino futuro de justiça, liberdade, paz e fraternidade entre a humanidade (LÖWY, 2016).

O livro de Atos dos Apóstolos, presente no Novo Testamento, descreve a igreja primitiva⁸ da seguinte forma:

"E perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações. E em toda a alma havia temor, e muitas maravilhas e sinais se faziam pelos apóstolos. *E todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo cada um havia de mister.* E, perseverando unânimes todos os dias no templo, e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração, Louvando a Deus, e caindo na graça de todo o povo. E todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar" (Atos dos Apóstolos 2:42-47).

Para muitos cristãos, a igreja primitiva é considerada um exemplo do que a igreja deveria ser. Dentre os fundamentos da igreja primitiva descritos no versículo 42 do segundo capítulo de Atos, estão a doutrina dos apóstolos – ou seja, a base teórica compartilhada pelos cristãos, a comunhão – aqueles que ali estavam compartilhavam dos mesmos propósitos, a partilha do pão – a divisão de bens de forma justa pelos membros daquela comunidade e as orações, que podem ser entendidas como uma conexão profunda com as crenças que reuniam aquelas pessoas ali. Muitas dessas características convergem com princípios do pensamento marxista, mesmo que a Igreja Católica por muito tempo tenha considerado o socialismo, o comunismo e o marxismo como “inimigos perversos da fé cristã” (LÖWY, 2016). Reconhecer essas afinidades não significa necessariamente que o

⁸ A igreja primitiva consistia na igreja nos primeiros anos após a morte de Cristo. Ela é narrada no livro Atos dos Apóstolos. O termo *igreja primitiva* é utilizado para se referir a um período histórico do cristianismo entre 33 (ano da morte de Cristo) à 325 (ano do Primeiro Concílio de Niceia – concílio de bispos cristãos reunido pelo Imperador Romano Constantino I), e refere-se a instituição e cristianismo primitivo às suas doutrinas. Neste período a Igreja estava engajada em diversas discussões acerca dos conceitos cristãos (LINDBERG, 2008).

marxismo seja uma manifestação secularizada do messianismo judaico-cristão, como apontam alguns autores, mas dá abertura para entender a aproximação entre teologia da libertação e uma leitura marxistas da realidade.

Como relatado no segundo capítulo, a Igreja Jesus Ressuscitado foi construída por meio de mutirões dos próprios moradores. As primeiras reuniões de moradores para organizar e pensar a vida no bairro teve a presença e incentivo do padre Miguel, e aconteceram dentro da Igreja. Mesmo quando a associação foi oficialmente criada – a fim de separar associação e Igreja – as reuniões ainda aconteciam no centro comunitário, dentro da Igreja Jesus Ressuscitado. A construção da igreja se dividia entre o salão paroquial, onde aconteciam as missas, e o centro comunitário, que reunia atividades como cursos da Escola Tio Beijo, sala de reunião da associação de moradores, biblioteca, centro de saúde e atendimento odontológico, cozinha comunitária e salão de artesanato.

O centro comunitário, feito pelos moradores e para os moradores, teve um papel fundamental para a comunidade. Os cursos ministrados na Escola Tio Beijo, que nasceu com a própria construção da igreja, capacitavam os moradores – ou, nas palavras do Tio Rob, professor da escola e mestre de obras, “ensinava o trabalhador a trabalhar” e assim possibilitava um aumento de renda para a comunidade. A cozinha comunitária servia de apoio para as mães cozinharem o sopão para as famílias do bairro, com alimentos doados e alimentos recolhidos no Ceasa, em uma época que muitos não tinham o que comer em casa. No salão de artesanato, as mulheres do bairro também ensinavam umas as outras atividades como corte e costura, tricô, cabelereiro, manicure e datilografia – os cursos eram oferecidos para que essas moradoras pudessem incrementar a renda familiar. Todas essas atividades inicialmente foram abrigadas pelo espaço físico da igreja, mas eram destinadas a todos no bairro. Inicialmente alguns moradores resistiam em utilizar aqueles espaços pela a associação direta com a igreja, mas com o tempo aquele espaço se afirmou como sendo do bairro inteiro, não apenas daqueles que frequentavam as missas.

Outra coisa que o povo achou muito complicado foi a questão do galpão da Igreja. No começo o galpão tinha que servir pra Igreja, pra fazer reuniões com o povo, pra mobilizar, pra conscientizar. A Igreja tinha essas duas funções. Isso a princípio o povo também não aceitou muito bem não, mas foram concordando porque a tradição da Igreja é que é aquele lugar que você só vai pra rezar, vai reza e vai embora; e o Miguel veio com uma filosofia, com uma ideia

diferente. Então assim, esse começo eu não participei dele, mas o Miguel conseguiu fazer esse trabalho de 72 até 78, quando eu cheguei. O povo era muito pobre, eles precisavam de uma liderança, e uma pessoa experiente como ele era, porque ele era muito experiente, o pessoal confiava nele. Confiava mais nele que nos políticos, porque os políticos apareciam só pra pegar voto, fora isso os políticos não apareciam nas periferias porque era só prejuízo pra eles.

As comunidades eclesiais de base conciliavam um movimento de baixo para cima, a partir da demanda de participação de leigos no interior na Igreja, e um movimento de cima para baixo, em que a Igreja se esforçava para se articular com sua própria base. Essas comunidades agregavam, normalmente, até 50 participantes entre homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, e se organizavam a partir de grupos de vizinhança. Camargo, Souza e Pierucci trazem relatos de integrantes de CEBs de São Paulo no texto “Comunidades Eclesiais de Base” (1982), que se aproximam do que aconteceu no bairro Lindéia. Assim dizem os relatos de integrantes do bairro Cidade São Mateus, em São Paulo:

“O movimento começou fraquinho, devagarinho... Em 1970, os padres vinham rezar missa. Depois da missa, os padres organizavam reuniões, primeiro na igreja, com o tempo nas casas. As primeiras discussões foram sobre o Evangelho, por meio de ‘cochichos’. Depois os grupos se reuniam nas casas e discutiam sobre a participação dos problemas locais: o lixo que era jogado na Baixada, a falta de água encanada, as favelas, os transportes muito difíceis...” (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982: 70).

Assim como no Lindéia, muitas comunidades eclesiais de base tinham a prática do auxílio mútuo através de projetos de atividades comunais. Uma prática em comum eram as compras comunitárias, umas das práticas mais complexas desses grupos. Como diz um dos líderes comunitários do bairro São Mateus, em São Paulo:

“O histórico da compra em comum é este: um grupo operário local discutia os problemas do custo de vida, procurando

soluções que partissem do próprio grupo. Era importante que saíssem do próprio grupo, porque de fora não vem mesmo. Da experiência de dois moradores da localidade, na compra e venda direta de inseticida, passamos para a compra em comum. No começo, eram doze pessoas que compravam junto, só as coisas de primeira necessidade – alimento e artigos e limpeza. Atualmente, a compra em comum reúne oitenta famílias das quatro comunidades de São Mateus. Há listas impressas, que são preenchidas em cada casa para a compra mensal. A vantagem da compra comunitária é que ela traz unidade, fraternidade e aproximação entre as pessoas, ajuda a manter a união, a comunidade. Dá um sentido de comunhão entre as pessoas, porque todos sabem que comem a mesma comida. Através do relacionamento proporcionado pelas tarefas dos encarregados da compra, é possível ficar sabendo se uma família está com problema de desemprego, doença ou pouco dinheiro. Além disso, é uma boa ocasião para discutir os problemas do trabalhador da periferia, como o do custo de vida” (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982: 73).

Fica evidente que muitas CEBs compartilham de pontos semelhantes à da Associação de Moradores do Lindéia, uma vez que o padre Miguel e a Igreja Jesus Ressuscitado foi parte fundamental da fundação e desenvolvimento da associação. Os problemas mais agudos da periferia metropolitana, tanto de São Paulo como de Belo Horizonte, são semelhantes: falta de saneamento, iluminação, segurança, calçamento, etc. São privações que afetam a todos nas comunidades e bairros mais pobres. Assim como acontecia nas reuniões do Lindéia, participantes das CEBs também tinham a percepção de que “a CEB é um lugar onde se cria consciência de por quê o ônibus é assim, por quê não tem esgoto, por quê o salário é assim” (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982, p.75). No caso da associação do Lindéia, essa consciência crítica levou a grandes transformações no bairro por meio das lutas reivindicatórias.

Acho que a necessidade, a luta surgiu com a necessidade e tinha alguém que estimou o povo. Tinha essas duas coisas que se juntou: necessidade pra conseguir alguma coisa e o estímulo que padre Miguel deu no começo até o povo poder assimilar isso. Aí a gente

conseguiu assimilar e começamos a fazer um trabalho bem feito, bem legal nesse sentido aqui no bairro porque era um bairro abandonado.

A abertura política do regime militar - iniciada em 1974 durante os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) e concluída em 1988 com a promulgação da nova Constituição, foi conduzida de forma gradual e motivada por diferentes razões. Por um lado, a euforia do milagre econômico do início dos anos 1970 foi substituída por uma preocupação crescente em relação à inflação, à concentração de riquezas, ao empobrecimento da grande maioria, ao endividamento externo. Diante desse cenário, também aumenta significativamente o descontentamento de diversas camadas da população frente a falta de liberdade e com a situação de insegurança gerada pelo aumento do aparelho repressivo do Estado. Como comenta o morador Roberto, “a luta se dá no momento onde que existe uma necessidade concreta”.

A adoção de medidas liberalizantes de cima para baixo devido à insatisfação crescente de toda sociedade se realizou sob controle e ritmo do governo. Essas medidas, como o fim gradual da censura à imprensa, revogação do AI-5 e anistia de prisioneiros políticos, também foram acompanhadas de outras medidas que objetivavam dividir e controlar os movimentos sociais. Nesse sentido, para que a abertura acontecesse de forma gradual, era necessário que “cada um ficasse em seu lugar”, ou seja, a igreja era para rezar, não questionar as estruturas injustas e defender os direitos humanos; os sindicatos poderiam negociar melhores salários, mas sempre sob a tutela do Ministério do Trabalho; os movimentos de bairro não devem protestar ou se manifestar, assim como os estudantes só podem falar dentro das universidades (EVARISTO; ARNS, 1981). Segundo esse plano de abertura, a política deveria ser feita apenas pelos partidos e políticos profissionais, sem a participação ativa da sociedade.

O próprio padre Miguel foi perseguido no período da ditadura. Uma lembrança recorrente entre os moradores foi a missa rezada por Miguel em que um policial disfarçado deixou seu gravador cair, e então fugiu da igreja. Outro momento marcante foi quando os panfletos feitos por padre Miguel e alguns companheiros de luta sobre o dia do trabalhador, 1º de maio, foram confiscados pela polícia. Esses panfletos tinham sido feitos a fim de conscientizar sobre a luta de classes e questões sindicais importantes e como forma de celebrar o trabalhador. A luta política no bairro extrapolou a ligação da associação com a igreja e com a figura do padre, mas em diversos momentos essa conexão

foi fundamental para avançar nos embates. No Lindéia, além de puxar as primeiras reuniões de organização dos moradores, o padre Miguel também desempenhou dois papéis importantes: o de conectar sua rede de conhecidos (principalmente seus contatos dentro da UFMG) com as ações do bairro e a de ajudar financeiramente algumas atividades desenvolvidas ali. Projetos como o projeto das cabras e o projeto da Igreja Nossa Senhora da Conceição foram possíveis devido ao contato do padre com professores da Universidade Federal de Minas Gerais. A UFMG, que entrou no bairro através de Miguel, teve uma participação muito ampla junto aos moradores. Além dos projetos supracitados, a unidade de atendimento odontológico no porão da Igreja foi construída a partir de um programa de estágio do curso de odontologia, e o grupo de mães recebia aulas de ginástica com estagiários do curso de Educação Física. A Ação Social Técnica, ou escola Tio Beijo, teve parte da sua construção e dos equipamentos arcados pela fundação beneficente de Miguel, a Fundação Elosúa Rojo. Até hoje a escola conta com doações regulares da instituição para sua manutenção e funcionamento.

No início, no início eram pessoas ligadas à igreja, mas depois foi abrindo né, o leque. Mas geralmente eram pessoas que iam na missa e ficavam pra reunião, porque a reunião era depois da missa, e já ficava pra reunião. Ai depois, mais tarde assim, começou a ter umas divisões políticas, mas assim, nada que tirasse o foco da associação. Foi uma época muito boa. Eu lembro devido à posição política do padre Miguel, uma coisa interessante, isso foi bem no início – quando eles assassinaram aquele arcebispo de San Salvador, Dom Romero – uma vez ele estava celebrando a missa, eu estava nesse dia, tinham pessoas infiltradas gravando a missa, sabe? Da polícia, eu lembro disso. Por causa do cunho ideológico e da posição política dele mesmo. [...] A mudança foi bem lenta, porque as coisas são muito difíceis, né? A mudança começou, essa luta mesmo começou com o padre Miguel. Não tem como você falar do crescimento do bairro sem a figura dele, não tem como separar o Lindéia do padre Miguel. Essa luta toda foi através dele, tudo foi através dele porque ele foi a liderança que precisava, né. As pessoas tem que se reunir, né. Quando você se junta em torno de uma liderança é outra coisa. A igreja também é muito importante como um ponto de referencia pras pessoas se encontrarem, discutir seus problemas, tudo isso. E eu falo com meu filho: nossa, foi muito

importante fazer parte, sabe? Viver nessa época, fazer parte de tudo isso, porque eu cresci muito.

Em 1986, padre Miguel foi realocado pela Companhia Jesuíta para uma igreja em São Sebastião do Tocantins, na Amazônia. A realocação dos padres é algo comum na companhia, sob a justificativa que eles não deveriam se apegar e criar vínculos, nem com lugares, nem com pessoas. Para alguns moradores, a realocação do padre não teve relação com seu papel político do bairro, mas sua saída corresponde ao momento de desarticulação política da associação. A combinação do novo contexto político que se abriu com o fim do regime militar com as novas modalidades de religião em ascensão no Brasil, como a renovação carismática dentro da Igreja Católica, o aparecimento da ala pentecostal dentro da Igreja Protestante e o crescimento da doutrina espírita e das religiões de matriz africana, diminuiu o impacto das Comunidades Eclesiais de Base e dos teólogos da libertação no Brasil. A influência dos principais pensadores e o próprio movimento também perdeu força após seus formuladores terem sido condenados pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1984 e 1986. Um dos marcos do movimento da Teologia da Libertação foi a publicação do livro “A Teologia da Libertação”, em 1971, pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez. Outros nomes importantes para o movimento no Brasil podem ser citados, como do teólogo e filósofo brasileiro Leonardo Boff, o frade dominicano e jornalista Frei Betto, e outros nomes importantes na América Latina, como o sacerdote e teólogo espanhol Jon Sobrino e o bispo equatoriano Leônidas Proaño.

Além de alguns argumentos de natureza religiosa, outro ponto criticado pela congregação foi o incentivo à luta de classes. O Papa João Paulo II delegou ao cardeal Joseph Ratzinger a incumbência de emitir um documento⁹, publicado em 1984, oficializando as advertências quanto à aproximação da teologia da libertação ao marxismo. A fim de frear o ímpeto da Igreja brasileira em ajudar na mudança social do país, o Vaticano também tomou medidas como nomear bispos conservadores não comprometidos com a questão social nas principais Dioceses e postos da Igreja brasileira, o que enfraqueceu as estruturas pastorais predecessoras (LÖWY, 2000). É nesse contexto que padre Miguel é transferido do bairro Lindéia, mesmo à contragosto dos moradores.

⁹ Este documento foi publicado no site do Vaticano. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html Acesso: Jun. 2021.

4.1.3 O PAPEL DA ESCOLA TIO BEIJO NA AUTONOMIA DOS TRABALHADORES E O PAPEL DAS MULHERES NA LUTA

A Ação Social Técnica, também conhecida como Escola de Produção Tio Beijo, representa, no bairro Lindéia, uma possibilidade de desenvolvimento de uma prática educativa emancipatória e de um cruzamento de experiências vividas e narradas entre os alunos-trabalhadores. As salas de aula eram, além de espaços de aprendizado técnico, espaços de trocas e de afeto. As primeiras oficinas aconteceram no mutirão da Igreja Jesus Ressuscitado, em que o morador e mestre de obras Roberval, conhecido como Tio Rob, ensinava seu ofício ao mesmo tempo que construía a igreja, inaugurada em 1975. Inicialmente, a escola funcionava em uma sala no porão da Igreja, foi oficializada em 1979 e, em 1983, teve sua sede inaugurada no bairro – como apontado no capítulo 2.

A Escola Tio Beijo desempenhou um papel de grande importância para o bairro: o de mobilizar forças interessadas em avançar e organizar a demanda da população e o de formular diretrizes que expressem os interesses educacionais dos participantes. Além de ser um espaço de ensino técnico e profissionalizante, também consistia em um local de afeto e de partilha entre os participantes. Para promover a participação da população na educação, foram promovidos debates sobre as experiências de educação dos próprios alunos. Os alunos-trabalhadores criam seu próprio espaço educativo a partir de suas experiências na especificidade do seu próprio cotidiano, criam novos espaços e novas possibilidades (SCALCO, 1987). A equipe de professores e coordenadores, muitos moradores do bairro, adotavam formas não-verticalizadas de orientação. Por exemplo, os alunos se organizavam em comissões rotativas para buscar novos conhecimentos através de pesquisas no bairro e participavam nas tarefas coletivas da escola. Assim, eles também se apresentavam para as lutas coletivas da comunidade. Pelas próprias concepções de educação da escola, os professores-trabalhadores privilegiavam uma literatura e método educativo que acreditasse na construção da autonomia do trabalhador. O morador e antigo professor Roberto comenta:

Tem uma professora, ela chama Amelinha, não sei se ela tá ainda na Universidade Federal. Ela fez mestrado, doutorado, ela fez lá na França. Ela veio cá pra poder pegar a metodologia da educação popular que ela tava trabalhando. Aí como é que a gente trabalhou: eu tinha que ter uma forma de trabalhar com pessoal,

porque o pessoal que eu trabalhava com ele aqui, que eu ia ensinar, uns tinha segundo ano primário, outros tinham quarto ano... E eu tinha que ensinar fração pra saber leitura de polegada, ler parquímetro, pra trabalhar... Então como é que eu comecei a ensinar matemática, eu não podia começar a ensinar matemática a partir de matemática mesmo. Eu tinha que ensinar matemática a partir de alguma coisa concreta, então eu peguei o parquímetro, falei: 'Olha o parquímetro, vamo aprender a medir os milímetros no parquímetro. Agora vamo olhar os traços de polegada, onde tá marcando ai?', pra depois dali a gente começar a passar pro papel. Aí quando eles faziam a conta, somavam uma fração com a outra, eles conferiam no parquímetro se dava certo. Aí você juntava a prática com a teoria.

A experiência de ensino da Escola Tio Beijo revela que as práticas adotadas ali, no espaço específico da sala de aula, garantiram uma formação técnica eficiente, tanto no domínio do conhecimento técnico como no desempenho das atividades operacionais, além de proporcionar uma reflexão sobre a compreensão política do mundo e sobre o processo de emancipação do trabalhador. Para o educador e antigo professor da escola Gilco Scalco, “as experiências de autonomia na prática educativa da Escola Tio Beijo, ao contrário da visão unificadora da educação, revelam que os caminhos se constroem na própria construção” (1985: 206). De uma certa forma, a Escola construiu uma ponte entre os trabalhadores através de suas vivências cotidianas, e se constituiu como uma janela de oportunidades.

Assim como a Ação Social Técnica cumpria o papel de transmissão de saberes entre os trabalhadores do bairro Lindéia, através dos cursos profissionalizantes, o grupo de mães desempenhava um papel similar, oferecendo cursos de bordado, tapeçaria, cabelereiro, corte e costura, manicure, dentro outros. Ambos tinham o objetivo de ajudar os moradores a complementar a renda familiar em tempos de crise, além de proporcionarem uma reflexão crítica e política do cotidiano. As mulheres do bairro conseguiram se articular de diferentes formas, dentro de um cenário de escassez, para prover para as famílias e lutar por creches, escolas, melhores condições de vida. Nesse sentido, a jornada das mulheres foi dupla: uma na luta política, outra na manutenção das necessidades materiais dentro de casa. Essa esfera da vida privada, dentro de casa, no caso do Lindéia, também passou a ser compartilhada a partir da necessidade. As mulheres se reuniam para

conseguir as doações de alimentos, para cozinhar, para preparar a merenda dos filhos, para ensinar ofícios umas as outras.

Os movimentos sociais no Brasil, principalmente nas décadas de 1960, 70 e 80, tiveram uma participação marcante das mulheres da classe trabalhadora – tanto na reivindicação de creches, na luta por escolas ou com a atuação do clube de mães. Como relatado no capítulo dois, as mulheres do bairro Lindéia tiveram um papel fundamental na luta por melhorias no bairro e nas questões coletivas, como as compras coletivas, a arrecadação de doação de alimentos, o sopão para alimentar as famílias e a organização da feira-livre, por exemplo. No passado, a mobilização feminina se restringia às donas de casa de classe média e alta, que organizavam associações como a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, organização da sociedade civil fundada em 1923, a União Cívica Feminina, ou o Movimento de Arregimentação Feminina, que tinham uma prática assistencialista, mas só se mobilizavam ocasionalmente para manifestações públicas em defesa da ordem e da moral tradicional (SINGER, 1982).

E outra coisa Fernanda, que foi muito interessante, foi o sopão. Na época desse desemprego, até eu fiquei desempregada nessa época, da década de 80. Aí tinha um sopão, as pessoas não tinham mesmo nada pra comer em casa. Aí esse sopão a gente pegava, fazia final de semana, pegava os carrinhos e ia nas casas pedindo alimento. Eu mesmo participei muito desses mutirões pedindo alimento pra ajudar. Era muito interessante. Muitas pessoas davam, mas outras falavam 'eu não posso porque meu marido tá desempregado'. A gente ia no bairro mesmo, no Regina. Aí a gente ia pegar alimentos, tinha muitas doações também de legumes. Acho que eram as mães que faziam o sopão. Tinha uma coisa que eu até participei também que foi uma feira livre, era no Ceasa que vendia mais barato pra gente, e fazia essa feira. Eu mesmo trabalhei nessa feira com as coisas do Ceasa mesmo.

A formação das comunidades de base estimulou a participação das mulheres na luta social, mas seu papel crucial se deu na manutenção da vida cotidiana diante das dificuldades materiais enfrentadas na época de crise econômica, arrocho salarial e empobrecimento da população. No final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, há uma aproximação entre as mulheres trabalhadoras e os sindicatos, uma conexão entre as

lutas feministas e as práticas do chamado “novo sindicalismo” (ARAÚJO; FERREIRA, 1998). O ano de 1975, escolhido o ano internacional da mulher pela ONU, é marcado por grandes movimentações e organização dos movimentos de mulheres no Brasil, com lutas contra a carestia, as reivindicações por creches, pela redemocratização, pela anistia de presos políticos pela ditadura. A participação das mulheres nos movimentos sociais foi além da reivindicação, significou um rompimento com o confinamento da esfera privada, um rompimento dos limites da vida cotidiana, muitas vezes restritas ao lar. É inegável a importância do papel das mulheres no processo de abertura política do regime militar, não só nas reivindicações relacionadas a custo e condição de vida, escola, habitação, mas também na ampliação da discussão de gênero e possibilitou trazer para a esfera pública questões restritas ao âmbito privado (ALVAREZ, 1988).

O papel das mulheres nesse movimento todo foi fundamental. As mulheres foram muito mais valentes que os homens, elas foram muito mais corajosas. Elas enfrentavam o problema de forma mais dinâmica eu acho, elas tinham o problema em casa. Elas ficavam em casa, os homens trabalhavam fora – faziam bico, faziam alguma coisinha – e as mulheres tinham esse problema porque os meninos ficavam em casa com fome. Os meninos não tinham escola, não tinham nada; as mulheres tinham... As mulheres participavam muito mais dessa luta que os homens. As mulheres tiveram um papel fundamental nessa transformação do bairro, fundamental mesmo. Elas assumiam, elas tinham muita coragem, elas participavam mesmo, não tinha medo de polícia, não tinha medo de ninguém. Tinha uma força muito grande, acho que essa força vinha exatamente porque elas sentiam que pra sair do lugar tem que haver alguma luta.

As mulheres transcenderam seu cotidiano doméstico e despontaram como um novo sujeito social, despontaram como sujeito político. Elas estavam presentes em movimentos contra o alto custo de vida, criaram associações de mulheres, criaram o movimento pró-creche, entraram para o sindicato a fim de reivindicar um espaço próprio e suas próprias demandas. O crescimento do debate da condição feminina no interior do movimento sindical – impulsionado pela presença das militantes sindicais – resultou em um crescimento de políticas desenvolvidas pelos sindicatos que visavam encaminhar as demandas das mulheres trabalhadoras e incorporá-las à luta sindical, ainda que em

menor grau. Entre 1970 e 1990, a presença feminina no trabalho assalariado praticamente dobrou, passando de 18,5% em 1970 para 33,5% do total de trabalhadores em 1989 (ARAÚJO; FERREIRA, 1998).

O crescimento da participação das mulheres nos sindicatos foi mais que proporcional à taxa de aumento de participação no mercado de trabalho. Segundo Araújo e Ferreira, “entre 1970 e 1978, o número de mulheres sindicalizadas cresceu 176%, enquanto sua participação no mercado de trabalho aumentou 123% (1998: 55). No entanto, esse aumento na participação das mulheres no trabalho organizado não significou uma melhora na posição desvantajosa que elas ocupavam no mercado de trabalho. A reprodução da discriminação sexista se manifesta, até os dias de hoje, na alocação das mulheres em funções não qualificadas e mal remuneradas, na desigualdade salarial, no assédio sexual, na dificuldade de acesso à cargos de promoção e chefia, entre outros abusos sofridos, e justifica a procura das trabalhadoras ao sindicato como ferramenta de representação dos seus interesses na luta contra desigualdades de gênero.

O movimento sindical que ressurgiu no final dos anos setenta, chamado de “novo sindicalismo”, buscou uma renovação das práticas sindicais, um estreitamento da relação entre líderes sindicais com a sua base através de um relacionamento mais orgânico, além de estabelecer a fábrica como um espaço de luta das reivindicações cotidianas. O movimento popular de mulheres e as correntes feministas influenciaram na mudança da relação do sindicato com as mulheres trabalhadoras, o que contribuiu para a reformulação da identidade do movimento sindical, que passou a incluir as questões de gênero no leque de suas demandas sociais (ARAÚJO; FERREIRA, 1998). Assim como as operárias tiveram uma participação destacada nas lutas sindicais dos anos 1970 e 1980, aquelas mulheres que trabalhavam em casa, a princípio dentro da esfera doméstica, tiveram um papel fundamental nas lutas e reivindicações de bairro, além de assumirem um papel afetivo e provedor ao se juntarem para alimentar as famílias frente à crise econômica que assolava a população nos anos 1980.

Os movimentos populares no Brasil trouxeram a participação das mulheres à cena política como demandatárias reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de igualdade entre os sexos. Entre as lideranças dos movimentos sociais, o número de homens é proporcionalmente maior que o de mulheres, no entanto, essa relação se inverte ao analisar sua participação no conjunto do movimento (GOHN, 1997). Além de lutarem por creches, transporte e saúde, as mulheres

participavam dos mutirões para construção da casa própria como mão de obra e gerenciadoras do processo, faziam comida e cuidavam das crianças nos canteiros de mutirões.

Os clubes de mães (CM), criados na década de 1970 a partir das comunidades eclesiais de base (CEBs), em pouco tempo já se faziam presentes em várias lutas sociais. Embora alguns deles tenham se restringido à suas atividades iniciais, como a realização de trabalhos manuais, estudos bíblicos e orações, outros expandiram sua atuação e se engajaram em uma busca por equidade social, participando assim das questões relativas à coletividade (SENNA; FONSECA, 1995). Foi a partir de um clube de mães que surgiu, por exemplo, O Movimento do Custo de Vida (MCV)¹⁰, na região sul de São Paulo, um importante movimento social formado por mulheres e que conseguiu reunir cerca de 20 mil pessoas na Praça da Sé, em 1978, para protestar contra a política econômica do governo militar. Em um seminário realizado pela Universidade de São Paulo¹¹, em 2018, sobre a resistência das mulheres na ditadura militar, Ana Dias, esposa do líder sindical Santo Dias¹², morto por um policial militar em uma greve dos metalúrgicos, recorda:

Aprendemos muito na rua, debater com outras pessoas, a enfrentar polícia. A gente não ia pra rua de 'alegre', tinha uma coordenação, que passava a informação pros grupos de mulheres, que repassava para a família e o marido, o marido levava pra fábrica, a fábrica levava até o Sindicato, então era um círculo que aumentava e todo mundo enxergava...

As relações que perpassam a Escola Tio Beijo e o grupo de mães vão além de laços utilitários, elas revelam a construção de uma cadeia de afetos entre os moradores do bairro Lindéia. A luta pelo direito à educação, à saúde, à moradia digna, à infraestrutura básica e a mobilização dos trabalhadores e mães na construção daquela comunidade uniu os moradores em torno de objetivos em comum. A necessidade se transformou em luta e as relações construídas a partir dela serviram de combustível para as transformações do

¹⁰ O Movimento Custo de Vida também ficou conhecido como Movimento Contra a Carestia.

¹¹ Mesa redonda intitulada “Mesa - Mães da Periferia, a resistência das mulheres na Ditadura Militar”, realizada no Departamento de Geografia da USP - Auditório Milton Santos, no dia 02 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RRZtEeFITOM> Acesso em: Jul. 2021.

¹² O documentário “A luta do povo”, de 1980, feito pelo diretor Renato Tapajós, traz um resumo das lutas populares contra a ditadura, e logo no início do documentário é possível ver o grande protesto que ocorreu na cidade no velório de Santo Dias, marido de Ana Dias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fg6WbDwLS6s&t=220s> Acesso em: Jul. 2021.

bairro. É importante entender que essas transformações foram resultado do encontro de uma série de fatores, personagens e instituições, fixadas em um contexto político, social e econômico.

4.2 ENTENDENDO O PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO DO BAIRRO

Ao passo que as décadas de 1970 e 1980 constituíram um período marcante e de crescimento para os movimentos sociais, a década de 1990 foi marcada pela desarticulação e burocratização das lutas e pela crise nos movimentos populares urbanos. Nos anos 1970 e 80, novos atores sociais emergiram na sociedade civil, principalmente a partir de movimentos sociais, e configuraram novos espaços e formatos de participação e relações sociais. Nos primeiros anos da década de 1980, novos tipos de movimentos foram criados, impulsionados pela conjuntura político-econômica da época, e marcaram um período embrionário de movimentos de desempregados e das Diretas Já. Um novo ciclo de protestos se iniciou, centrado na questão da Constituinte, na luta contra o regime militar e contra a política excludente de desemprego (GOHN, 1994).

A partir de 1982, com as mudanças do cenário político, a categoria da autonomia, fundamental para os movimentos nos anos 1970, passou a ser colocada em xeque. Com o aprofundamento do processo de transição democrática, o Estado não configurava simplesmente como o adversário dos movimentos, mas seu principal interlocutor. Os movimentos passaram a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações. A socióloga brasileira Maria da Glória Gohn (1994) analisa que essa conjuntura levou progressivamente ao desaparecimento a questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores. Ao longo dos anos 80, há uma criação de espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil, e os movimentos sociais – que eram, em sua maioria, contra o Estado – passam a enfrentar o dilema de participar ou não das novas políticas sociais governamentais.

A promulgação da nova Constituição brasileira em 1988 representou um divisor de águas e um momento de ruptura com a postura predominante de ser contra o Estado. Surge, então, uma nova concepção de participação, que unia a democracia direta à democracia representativa (GOHN, 2013). Nas palavras de Gohn, “tratava-se de participar de um novo momento político que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das Leis Estaduais e Municipais, a construção dos diferentes

Conselhos e Câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Participar da gestão dos direitos em suma. Não se contentar em estar incluído na lei, via um direito adquirido, mas lutar para sua operacionalização e gestão” (2013, pg. 246). No final dos anos 80, com a vitória do Partido dos Trabalhadores em várias prefeituras municipais, há uma redefinição de posturas políticas e um processo de capacitação técnica de muitas lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais. Esse processo é um dos fatores apontados como desarticulador dos movimentos sociais, uma vez que as lideranças foram deslocadas dos movimentos, que ficaram, de certa forma, desamparados.

Acho que é primeiro conseguir as coisas, mas como essa coisa vai funcionar já não é tão forte. Isso é o que eu sinto, né. E o povo ainda não estava nesse estágio de acompanhar a conquista. Outra coisa que aconteceu foi a desmobilização, né? O PT ganhando tirou todas as lideranças. Isso aconteceu no nosso sindicato também. Aqueles professores mais fortes foram chamados pra ocupar cargos, e desmobilizou. Naquela época a gente não ganhava um centavo pra ser do sindicato. A gente batalhava mesmo, sabe? Época de greve não trabalhava, não ia na escola, ia nas outras escolas que estavam furando o movimento – a gente ia pra conversar, né, e quando terminava a greve voltada ao normal. Aí o que eles fizeram: contrataram gente, pagaram pessoas pra trabalhar no sindicato. Essa pessoa já não vai ter tanto aquela força que a gente tinha e as lideranças foram....

Nos anos 1990, o espaço dos movimentos sociais passou a ser ocupado por entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania, denominadas organizações não-governamentais (ONGs) cidadãs. Apesar do furor democrático, esse período também é marcado por uma decepção da sociedade civil com a política, tanto com aquela política praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos próprios partidos políticos, que progressivamente perderam a capacidade de articular as demandas das camadas populares e médias, como esperado (GOHN, 1997). Muitos grupos organizados acabaram se enclausurando em “guetos corporativistas”, o que resultou em uma perda na capacidade de mobilização observada na sociedade civil dos anos 70. Antigos dirigentes se distanciaram das bases dos

movimentos, se aproximaram de ONGs, focaram na organização de encontros e seminários nacionais e internacionais e tinham as eleições como prioridade.

Antes o princípio fundamental dos movimentos sociais era a autonomia, mas nos anos 90 ele foi substituído pela noção de cidadania, dentro de uma concepção de que as pessoas são dotadas de direitos e deveres que englobam participação civil e responsabilidade social. A concepção de cidadania nos anos de 1960, 70 e 80 implicava em ter direitos e exercê-los, em uma cidadania construída “de baixo para cima”. Na década de 1990, a redefinição de cidadania dentro de um modelo neoliberal consiste em um entendimento individualista. A ideia de cidadania, muitas vezes atreladas às ONGs, consistia em realizar trabalhos voluntários em solidariedade aos pobres. A partir dessa mudança de perspectiva, os beneficiados das políticas sociais passam a serem vistos como seres humanos carentes, necessitados de ajuda, não como cidadãos e sujeitos políticos. Na relação entre Estado e sociedade civil há uma transposição de uma postura política para uma relação assistencialista de grupos minoritários, marginalizados e excluídos.

“Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos [...] em políticas de identidades pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas [...]. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos [...] como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. [...] Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e associações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. A dimensão política [...] desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e do controle do social” (GOHN, 2010: 21).

Nesse período, há um conjunto de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas e na relação com a sociedade civil. O país passou por transformações econômicas e sentiu os efeitos da globalização, o que refletiu na reestruturação produtiva e seu modelo de trabalho flexível, e contribuiu para o

desemprego e o crescimento do setor informal. Além disso, empresas foram privatizadas, o que gerou um grande impacto sobre os sindicatos do funcionalismo público. Essas alterações, principalmente na nova concepção de sociedade civil, foram resultado das lutas sociais encabeçadas pelos movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que tinham como ponto chave reivindicar direitos e espaços de participação social. O papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental passou a ser exercido pelas ONGs. O cenário das lutas sociais no Brasil se transformou na década de 1990, muitos movimentos sociais urbanos dos anos 70 e 80 entraram em crise interna – de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de confiabilidade e legitimidade junto à população. Gohn (1997) aponta que o Estado buscou transferir parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada dentro de uma conjuntura neoliberal, o que levou a um verdadeiro desmonte de políticas sociais.

Nos anos 80, a temática da participação social estava em pauta na agenda das elites políticas devido à crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo, e também pela legitimidade das demandas dos movimentos sociais. Já nos anos 90, a agenda política dessas elites se modifica, nas palavras de Gohn, “em função de problemas internos e das alterações que a globalização e as novas políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista” (1997: 310). Essa nova agenda só comporta uma participação no interior da sociedade política, uma vez que as formas de participação direta foram se institucionalizando. Para completar o processo de desmobilização, é importante lembrar – como comentado anteriormente – que, nos anos de 1990, a Igreja Católica retira seu apoio irrestrito aos movimentos populares progressistas. Localmente, a igreja retira padre Miguel do bairro Lindéia. A igreja, maior aliada dos movimentos ao longo dos anos 70 e 80, altera os rumos e diretrizes das suas ações no que diz respeito à participação popular na política.

A socióloga Maria da Glória Gohn faz uma leitura da modificação do perfil do militante durante os períodos destacados aqui (1997). A autora aponta que nos anos 1960, 70 e 80, os militantes não dissociavam a vida particular da atuação nos movimentos, e que a militância estaria inflamada pela paixão. Essa paixão levava ao engajamento em causas coletivas que exigiam grande disponibilidade de tempo, despojamento dos desejos e vontades pessoais e uma entrega quase completa às causas estruturadas pelos movimentos. Considero importante levantar a reflexão sobre a motivação dessas pessoas

na luta. Se, para a autora, essa motivação era movida pela paixão; para muitos moradores entrevistados do bairro Lindéia essa motivação era movida pela simples e real necessidade. O cenário vivido por essas pessoas era, na maioria das vezes, precário, sem infraestrutura, sem condições básicas à vida. Assim, reivindicar passou a ser uma forma de sobrevivência.

Nessa mesma leitura, Gohn coloca que, nos anos 90, os antigos militantes envelheceram ou cansaram-se e não se formaram novos quadros de militantes. Aqueles que surgiram passaram a atuar de forma radicalmente diferente, ninguém queria mais sobrepor os interesses do movimento aos da vida pessoal. A militância se tornou mais seletiva e qualitativa e, conseqüentemente, com menor alcance. Os novos militantes só articulam projetos coletivos se estes se relacionarem com seus próprios projetos, sempre em segundo plano. Para Gohn, as lógicas se invertem – o que se relaciona com a transformação da visão de mundo, de coletividade, das noções de público e privado e com a própria noção de necessidade. O associativismo nos anos de 1990 passou a ser mais propositivo, operativo e menos reivindicativo. É um associativismo mais estratégico, que produz menos mobilizações ou grandes manifestações, e tem como conceito básico a Participação Cidadã. Esse conceito fundamentou várias práticas civis que se desenrolaram no interior de estruturas estatais ao longo da primeira década dos anos 2000. A partir da participação cidadã, há uma grande ênfase na participação institucionalizada, normatizada, que apresentou claros sinais de esgotamento no início da década de 2010 em diante (GONH, 2013).

As experiências de mobilização e participação entre os anos de 1970 e 80 foram fundamentais não só na reconstrução do processo de democratização do país, mas principalmente na construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país e na construção de um repertório de luta e reivindicação. Para a socióloga Ângela Alonso (2009), professora da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, os movimentos sociais se burocratizaram – viraram partidos políticos, desapareceram – devido ao atendimento das demandas reivindicatórias, se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais, o que enfraqueceu o espírito de inovação política que os caracterizava nas décadas de 1970 e 80. As principais questões colocadas pelos moradores do Lindéia como causa no processo de desmobilização foram, como citado, a realocação de lideranças fundamentais para os mais diversos movimentos populares para cargos públicos com a ascensão do PT ao poder

e a concretização das principais demandas das comunidades periféricas, como calçamento, água, esgoto, escolas, creches, postos de saúde.

Bom, não é desculpa, mas primeiro eu casei, né. Foi na mesma época, eu casei em 87 e participei [da associação] mais algum tempo. Aí depois eu fui me afastando. Não sei, eu... Já não agregava tanto, já não acrescentava muito. [Pergunta se a associação perdeu força na década de 1990]. Não, eu acho que perdeu sim. A partir do momento que você vai conquistando as coisas você acaba se acomodando. O bairro tá praticamente feito, né? Tudo aquilo ali que tem foi através da associação. Talvez [faltou] motivação.

Não, ela não tem como acabar [a associação]. Ela ficou muito fraca, ficou reunindo a diretoria e mais algumas pessoas muitos anos [...] não tinham grandes ações, não. Tinham as pessoas, tem pessoas na associação que sentam assim só pra conversar. E a associação é um lugar de ação, não de muita... Você senta, discute, define pra você poder fazer as coisas, e tinha gente que vinha só pra poder... Assim... Tinha muita gente que era de universidade, de isso, daquilo, que vinha participar da reunião, mas não fazia nada. Sabe aquelas pessoas que são assim, 'Eu tenho um grande ouvido, vim ouvir pra poder aprender'. [...] Ou você é organização de luta, ou então não é. Sabe assim? [...] O povo é muito acomodado...

No caso do Lindéia, a associação não parou de existir, ela simplesmente mudou sua forma de atuação. Um ponto importante a ser considerado é que as associações que já tinham uma tradição de participação dos anos 1970 e 80, ao entrarem em um processo de participação institucionalizada na década de 1990 – como o Orçamento Participativo, por exemplo – conseguiam mobilizar os moradores mais facilmente para as reuniões e assembleias. Apesar da dinâmica de participação mudar radicalmente, os moradores do Lindéia traçavam estratégias para contornar a mecanização e morosidade dos processos participativos institucionalizados.

A questão é assim ó: aqui estão as obras que foram aprovadas [no Orçamento Participativo] e a situação de obra, aqui tá a situação, escopo, valor, o empreendimento, número e ano do OP. [...] Aí vai

tendo, e os preços vem na frente. Essas coisas aqui a gente sabe tudo antes, a gente dividia, a gente fazia cada.... Por exemplo, o Barreiro, o nosso era o Barreiro 3 na época [...] tinha 20 milhões por exemplo para toda a região do Barreiro. Barreiro 3, por exemplo, podia ter aqui mais ou menos 5 milhões e pouco, e ali tantos milhões no outro [...] E a Prefeitura fazia assim: jogava aquilo ali e o pessoal que se comia um ao outro pra poder ganhar aquele dinheiro, pra poder fazer aquela obra. Aí em vez de fazer isso, nós fizemos inverso. Nós pegava tudo que tinha de dinheiro e ia sentando por Barreiro um, depois pegava o Barreiro dois, que é essa parte de baixo central aqui, o Barreiro três que era o nosso aqui, o quatro e o cinco. Pegava os Barreiros e a gente fazia reunião pra ver o que que tem. Falava 'nós vamos que ter uma discussão pra ver o que é prioritário nessa região suas aqui, porque aqui vai dar pra gastar X aqui. Lá do outro lado dá pra gastar Y, aqui dá pra gastar isso....'. Quando a gente ia pra lá a gente já ia com tudo, ninguém brigava com ninguém, tudo acordado. [...] Tinha a cédula da votação e a gente fazia a nossa cédula. Aí a pessoa levava a nossa cédula, que era igual a da Prefeitura, só que a Prefeitura não sabia, e a pessoa só colava lá onde que lia, entendeu? Aí os votos saiam tudo igual, tudo igualzinho, aí aquilo ali agitava a Prefeitura... Aí agitava. Teve uma vez que veio um pessoal pra bater em mim, pessoal contrário, que queria fazer as coisas de outra forma.

É perceptível que a associação, entre os anos 1970 e 80, caminhava entre ações combativas ao poder público, como ocupar a prefeitura com mulheres e crianças e passar o dia inteiro ali até poder conversar com as lideranças políticas, e ações alinhadas com todos os protocolos necessários para as reivindicações. Existia um jogo, uma dinâmica entre ceder e pressionar. Os moradores do Lindéia relatam a importância das lutas, passeatas, idas à prefeitura e idas à Brasília pedir verba para as escolas públicas – mas também rememoram todos os protocolos e processos que encaminhavam dentro das vias institucionais. Com o surgimento do Orçamento Participativo, as estratégias de mobilização se transformaram e se moldaram às vias institucionais.

[Ia na prefeitura] Só quando tava muito agarrado, que não saía, pra pressionar mesmo, aí enchia um ônibus e ia. Normalmente ia um grupo pequeno pra conversar, aí assim, fulano de tal vai nesse setor, o outro vai nesse... Aí era dividido de acordo com a disponibilidade de cada um, porque a maioria trabalhava também, né. Eu lembro do Cláudio, ele já faleceu – marido da Pazinha, ele ... A gente ria até... que ele ficava encarregado das coisas da Sudecap, que ele trabalhava perto. Eu lembro disso, dele com o ‘protocolozinho’ dele [risos]. Pegava o protocolo da prefeitura e ia acompanhando os processos. Dai quando tava muito agarrado, muito agarrado, aí fazia um especial e baixava todo mundo, pra fazer mais pressão, né. Era assim.

É possível fazer uma leitura entre os processos de mobilização e desmobilização dos movimentos sociais e as transições sociopolíticas do país, incluindo nessa análise os momentos e transformações sofridas pela associação do bairro Lindéia. Para Gohn (2013), os movimentos sociais foram ao mesmo tempo coartífices e vítimas dessa mudança de conjuntura política dos anos 70, 80 e 90. Coartífices pelas conquistas de novos direitos sociais, resultado das pressões e mobilizações dos movimentos; e vítimas dessa conjuntura uma vez as políticas neoliberais buscaram enfraquecer e desorganizar os setores organizados. Assim, a partir dos anos 90 os movimentos sociais – especialmente os populares – abandonaram sua postura essencialmente crítica para adotar uma postura ativa-propositiva. Nesse período, os movimentos com matrizes político-partidárias fortes se enfraqueceram e movimentos com demandas mais universais, como o movimento de mulheres, ambientalistas, movimentos pela paz, da comunidade LGBTQIA+, entre outros que já tinham lutas independentes do mundo do trabalho. No bairro Lindéia, um dos principais sintomas da desmobilização da associação é a não-permanência de vários membros importantes dos primeiros anos de luta. Muitas dessas pessoas que eram referências dentro da associação deixaram de participar no final dos anos 80 e início dos 90, como os entrevistados Márcia, Lírio, Hilária, Donisete, Tio Rob, Maria da Consolação, além das lideranças como Miguel e Bahige.

4.3 PARTICIPAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIA SÓCIO-ESPACIAL: UM CAMINHO POSSÍVEL

4.3.1 UM PANOMARA ENTRE AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO ATUAIS EM BELO

HORIZONTE

Durante a pesquisa “Vizinhanças Táticas”¹³, comentada no primeiro capítulo como ponto de partida nessa caminhada investigativa sobre participação popular e mobilização, pude entrevistar algumas associações de moradores em Belo Horizonte e alguns grupos de urbanismo tático espalhados pelo Brasil. O questionamento que gerou essa pesquisa foi: como é possível participar, hoje, de forma efetiva, da produção da cidade? A partir dessa pergunta de pesquisa, tive contato com diversos grupos de atuações distintas. Meu principal interesse de pesquisa consistia em investigar como cidadãos comuns participam da transformação das cidades, da produção dos espaços urbanos e que de forma as pessoas conseguem se engajar na tomada de decisão sobre os espaços da cidade. Durante as entrevistas realizadas com os membros desses grupos e associações, foi possível perceber, além do funcionamento e logística de participação e mobilização dos mesmos, faces do imaginário e concepção de cidade de cada um.

A pesquisa se desenvolveu em etapas de mapeamento das associações de Belo Horizonte, imersão nas reuniões e atividades da associação do bairro Boa Viagem, entrevistas com membros das associações dos bairros Floresta, Milionários, Belvedere, Buritis, Lourdes, Santa Tereza, Bandeirantes e Boa Viagem, além das entrevistas com alguns coletivos de urbanismo tático espalhados pelo Brasil. É importante ressaltar que a maioria das associações entrevistadas possui uma população de classe média e classe média alta¹⁴, como é o caso dos bairros Bandeirantes e Belvedere. Dentre as associações estudadas, a única com um histórico participativo semelhante à do bairro Lindéia é a associação do bairro Milionários, também localizada no Barreiro. A temática dos encontros e entrevistas com esses grupos girava em torno das táticas de mobilização e engajamento dos moradores, conquistas e formas de atuação desses grupos no bairro, a forma como eles

¹³ Trabalho de conclusão de curso em arquitetura e urbanismo pela UFMG, desenvolvido em 2017, sob orientação do professor Wellington Cançado.

¹⁴ Para maiores informações sobre cada bairro, consultar o livro *Vizinhanças Táticas*, disponível em: https://issuu.com/fernandacomparth/docs/vizinhancas_taticas_-_fernanda. Na pesquisa estão listadas informações como história do bairro, densidade, população, valores de imóvel comparado à média municipal e zoneamento.

pensam e imaginam a cidade. Me interessei em mapear como essas associações atuavam e quais transformações no bairro foram conquistadas através delas.

A partir de estudos e da imersão na temática das associações em Belo Horizonte, pude verificar algumas características em comum entre elas e, mais importante, perceber a construção de um imaginário urbano presente na maioria desses grupos. Meu objetivo aqui não é fazer uma generalização, mas sim traçar algumas características que se repetem entre esse modelo associativo a fim de refletir sobre a questão da participação social na cidade de Belo Horizonte. Nas análises abaixo, procuro retratar um pouco do universo dessas associações, para então prosseguir para uma reflexão sobre participação e mobilização no cenário atual, a partir da cidade de Belo Horizonte e suas experiências ao longo desses anos.

Os primeiros trechos analisados dizem respeito à relação entre associações de moradores e figuras políticas. Cada entrevistado citado pertence a uma associação diferente e não se conhecem ou mantêm contato, apenas relatam sobre aquilo que experienciam em seus bairros. Essa complexa e estreita relação é mutualística: os políticos fazem uso dela a fim de ganhar votos – desvirtuando suas funções – e as associações cedem aos políticos devido a dificuldade de reivindicarem mudanças pelas vias legais do Estado. O posicionamento, a forma de atuação e algumas contradições dessas associações, além do cenário político que enfrentam, podem ser observados nos relatos abaixo.

*Eu acho que associações de bairro têm uma posição muito importante na cidade e que às vezes ela é pouco valorizada, tanto pelos participantes como pelas próprias pessoas que não participam. Mas tem umas pessoas que valorizam muito isso, que são alguns **políticos interesseiros**¹⁵. Todas as associações de bairro, não só aqui na Boa Viagem, têm sempre algum político rondando, né? As associações sempre são apartidárias, independentes e tal, mas esses políticos rondam, eles fazem promessas como... eu vi, por exemplo, no bairro Serrano. O vereador lá foi reeleito, que é o Juninho Los Hermanos, como se fosse o vereador que conseguiu asfaltar as ruas do bairro. Na realidade a gente sabe que um vereador não tem essa função, nem*

¹⁵ Este e todos os grifos subsequentes são meus, para enfatizar o que será comentado posteriormente.

essa obrigação e nem essa condição. Se a população se organiza e pressiona a Prefeitura ela consegue o asfaltamento independente do vereador. No entanto, os moradores do bairro todo acreditam que foi o Juninho Los Hermanos que conseguiu o asfalto pro bairro. [...] Quando um deputado ou vereador aproxima de uma associação e fala que vai conseguir asfaltar a rua, na realidade ele está usando do poder dele para influenciar uma secretaria ou um outro órgão público para fazer um serviço que ela deveria fazer automaticamente. Ele está usando da pressão política dele e isso não é lícito. Isso é um **desvio de função** dele, né? A função de um vereador não é essa. [...] Então a associação acaba conseguindo o que ela quer – e isso é muito importante, óbvio, mas **ela não consegue de uma forma que seria a mais legítima e justa**. Houve ali daquele representante do Poder Público um desvio de função. [...] **A associação poderia fazer por outros caminhos sem pressionar esses indivíduos**, outros caminhos que poderiam mobilizar mais pessoas, envolver todo o bairro na luta; só que isso dá muito trabalho, isso gasta mais tempo, muito mais paciência, né? Mas seria a forma mais legítima e justa, né? Você mobiliza o bairro e o bairro faz pressão na Secretaria, ou na PM, ou na Fundação de Parques e Jardins – seja lá quem for o responsável por aquela questão. E não usar o intermédio de um deputado, um vereador ou um futuro, né. Existem também nessas associações muitas pessoas que as usam como um **degrau político**. Isso é muito comum: o sujeito começar na associação de bairro, ganhar uma notoriedade e a partir dali ele se candidatar a algum cargo. Nós temos vários exemplos aqui em Belo Horizonte disso, a pessoa usa a associação como um **trampolim** - e geralmente essa pessoa faz isso orientada por políticos experientes, que não aparecem nesse momento. O sujeito atua na associação como um sujeito independente, apartidário, as pessoas nem sabem que ele é filiado; e a partir daquilo ali ele acaba galgando um cargo, né? Fidelis – Associação dos Moradores da Boa Viagem

Fidelis é morador da região centro-sul de Belo Horizonte e, na época da entrevista, membro da Associação dos Moradores da Boa Viagem. Sua fala revela, além da

problemática relação das associações com candidatos políticos, uma questão importante: a frequente desinformação da população sobre as funções de cada cargo político, o que contribui para uma distorção na relação entre associados e políticos. Quando um indivíduo se propõe a participar e reivindicar transformações no meio em que ele vive, frequentemente sua primeira opção é se envolver com a associação de moradores de seu bairro e, na falta de uma, é comum que ele junte seus vizinhos para criar uma associação para conseguir reivindicar. No caso da associação do bairro Floresta, por exemplo, os moradores só conseguiram fazer sua reivindicação através da criação de uma associação, como a moradora Beth comenta:

*Bem, eu vou historiar rapidamente o que aconteceu. Em 2006 aconteceram duas mortes aqui em frente ao prédio. Em nove dias duas pessoas idosas morreram atropeladas porque estavam indo no Carrefour fazer compras. Nós percebemos que o grande problema era a questão da sincronização dos sinais, o tempo dos sinais ali na Itajubá com Contorno, porque ali tem quatro direções. Percebemos que se não houvesse uma mudança ali nunca ninguém ia poder atravessar a rua aqui com tranquilidade, a avenida Contorno. Fomos à BHTrans, um grupo de moradores aqui, e quando chegamos lá a BHTrans falou que o bairro Floresta não tinha associação comunitária nem nenhum tipo de organização e que a gente não tinha nenhum amparo legal para reivindicar. Aqui já teve uma associação, mas depois que aconteceu o tombamento histórico do bairro **eles se politizaram demais**, andaram pegando umas verbas, o Ministério Público e a Receita Federal caçaram o CNPJ da associação e ela parou de existir. Então nós falamos: **não é por falta de associação que nós vamos deixar de reivindicar**. [...] Muita gente passou a desconfiar de associação porque muita gente criou associação e foi pras ONG's para fazer política, para ser **trampolim político**. Então as pessoas são muito desconfiadas disso. Beth – Associação Floresta*

O principal objetivo dessas associações é ter voz diante do poder público para articular mudanças e melhorias para o bairro, essa é a forma que os moradores encontram de participar politicamente da cidade. A interferência desses atores políticos reflete diretamente na imagem que essas associações passam, e essa relação é vista como algo

nocivo; no entanto, apesar de quase todas as associações negarem esse vínculo, ele existe e é repetidas vezes comprovado. Como Beth comenta, a antiga associação extinta do bairro foi caçada por “se politizar demais”. Algumas associações não negam a relação com atores políticos, mas afirmam não ser um vínculo político, apenas financeiro. Tal afirmação pode ser lida como uma tentativa de não se comprometer e ainda tirar proveito da situação, mas, na prática, o tipo de vínculo não faz tanta diferença. A imagem do político continua sendo propagada positivamente como aquele que efetua mudanças no bairro – mesmo que essa não seja sua função.

Tem alguns políticos que nos procuram já eleitos e a gente faz pleitos com eles, eles nos ajudam na obtenção de muita coisa, muita coisa eles ajudam. É um relacionamento que não é político, é financeiro. Como ele representa, foi eleito, nos procuram e a gente fala: “oh, nós queremos isso e isso, você pode nos ajudar? Tem muitos que ajudam. O Marcelo Aro, por exemplo, nos ajudou em muita coisa aqui quando ele era vereador. Mas politicamente nós não apoiamos ninguém”. Marco Túlio – Associação Belvedere

Em todas as associações entrevistadas, independente do bairro e da forma de atuação específica de cada associação, o discurso se repete: “não temos vínculos políticos”. Esse caráter apartidário existe para legitimar as associações, que agem – ou deveriam agir – em prol do bairro, sem nenhum interesse político. Apesar dessa constante reafirmação, verifica-se que as negociações com esses atores políticos são recorrentes e, ainda que de forma indireta, a promoção política existe – mesmo que a associação não se disponha a fazer campanha. Para entender o porquê isso acontece diante dos riscos, é importante perceber a dificuldade de mobilização e efetividade das iniciativas desses grupos. Ser um associado significa se comprometer com tarefas, reuniões, cobranças – tudo isso para muitas vezes não alcançar o objetivo desejado. O grupo de pessoas que se reúne para discutir as pautas nas associações geralmente é um grupo pequeno, se restringe a coordenação. Mobilizar um número grande de moradores para discutir o bairro parece um desafio para a maioria das associações, então as responsabilidades ficam delegadas sempre as mesmas pessoas.

Tudo nós tivemos que aprender. A Associação teve que aprender tudo, nós componentes da associação não sabíamos de nada. Nós

*éramos totalmente crus na política municipal. Aí nós aprendemos tudo e começamos a participar. Nós tivemos que realmente estudar o que era o OP, o que era participar dos conselhos distritais de saúde, e vai por aí afora. Bem, então, qual é a maior dificuldade da associação? A maior dificuldade da associação sempre foi **congregar pessoas**. Não sei se aqui no bairro Floresta, pelo fato de ter existido uma associação que era famosa, fortíssima, mas que depois por um problema de briga de dinheiro, de verbas, essa associação acabou, foi caçada pelo Ministério Público, e o pessoal daqui ficou muito **desconfiado**".*
Beth Sily – Associação do Floresta

Não são poucas as situações que o ativismo das associações se organiza em prol da vida de bairro, mas se fecham para a cidade. A associação entrevistada do bairro Belvedere, por exemplo, se organiza para fechar através de ações judiciais qualquer comércio que tente se implantar no bairro. "Aqui, ou na área de casas, nós não permitimos comércio. E se a Prefeitura concede o alvará nós vamos na justiça e conseguimos suspender", fala do presidente da Associação. Seria insustentável se essa situação se expandisse para o resto da cidade. Observar de perto e conversar diretamente com os membros dessas associações de bairro é fundamental para mapear como essa participação pela luta institucional tem acontecido, entender quais práticas tem sido efetivas e se essas ações tem sido de fato um agente de transformações na cidade.

Souza, ao discutir questões relativas ao ativismo de bairro, característico das Associações de Moradores, pontua que essa é uma forma de ativismo urbano territorializada por excelência, ou seja, ela se define em princípio por sua relação com o espaço. O ativismo de bairro reage contra a massificação e a deterioração do espaço e tem por base social os moradores. Ao serem indagados sobre o tema segurança, os entrevistados participantes levantaram diferentes pontos de vista sobre o assunto. O que é interessante perceber aqui é como a sensação de segurança para esses moradores específicos é frequentemente percebida como a presença da polícia no bairro ou a presença de câmeras de filmagem. Sobre o esse tema, a moradora Cláudia comenta:

Quase todas as residências aqui tem câmera. Eu vou colocar aqui também porque pularam meu muro e roubaram a minha bicicleta, não sei como as cachorras não viram. Aí as câmeras são

uma coisa de monitoramento e a rede funciona nisso. Um vizinho vê 'tem um carro parado na sua rua com duas pessoas, você está esperando alguém, você sabe quem é?'. A Rede ela funciona entre a gente.

Um ponto interessante do projeto é a utilização de alguns preceitos preconizados por Jane Jacobs (1961). Ao discutir segurança, a ativista o faz a partir de suas experiências no contexto estadunidense na década e 1960. O primeiro ponto convergente são os “olhos na rua” – consiste nas pessoas que utilizam o espaço público e costumam contemplá-los de suas casas, exercendo uma vigilância natural sobre o que ali acontece. Talvez como uma releitura enviesada, os moradores relatam que fazem isso através das câmeras de segurança. Para Jacobs, os edifícios precisam oferecer a possibilidade de contato visual entre o interior e o espaço público, para que os olhos possam atuar. No bairro Bandeirantes, Cláudia relata que a Polícia recomenda que não se tenha muros que atrapalhem a visão da rua. Mas, contraponto Jacobs e as sugestões da polícia, a moradora pontua:

*Eles falam o seguinte: o muro pode até não deixar a pessoa ver o que tem dentro, mas uma vez que ela pulou, ninguém sabe o que está acontecendo lá dentro. Pessoalmente eu tenho aflição, ainda mais aqui em casa que tem vidro, eu tenho muita aflição de todo mundo saber tudo que está acontecendo na minha casa. 'Olha, tá saindo, ligou o carro, está saindo é uma **mulher**, está saindo uma **menina**'. **Monitorar a sua rotina, eu me sentiria muito exposta de alguém monitorando minha rotina.** Eu me sinto mais segura com muro, isso não resta dúvidas.*

Uma outra percepção do assunto é relatada por pelo morador Fidelis, a partir de sua vivência:

Eu vejo uma outra questão aqui, é que as pessoas não tem o contato dos seus apartamentos com a rua, geralmente por causa da coisa do prédio, né, que tem garagem no segundo e terceiro andar. O tipo de construção aqui nessa região mesmo, a não ser os prédios mais velhos como o meu e os dois aqui do lado, as pessoas

*não tem acesso à rua. Elas não conseguem chegar na janela para ver se o filho dela ou o marido dela está vindo pra casa a pé. Eu vejo isso aqui como um problema de arquitetura, até. São vários **prédios cegos pra rua**, eles não veem o que acontece na rua; acho que esse é um fator que ajuda também na **insegurança**. Com mais gente vendo a rua, fica muito mais difícil pras pessoas terem coragem de cometer um ato ilícito ali.*

Existe uma multiplicidade de opiniões com relação ao que causa segurança nas ruas embasadas as experiências pessoais de cada um na cidade. Jane Jacobs e o urbanista europeu Jan Gehl (2010), concordam ao colocar que ruas e as calçadas, principalmente locais públicos de uma cidade, consistem em seus órgãos mais vitais. Ambos apontam a diversidade de usos como um elemento que agrega segurança. Real ou percebida, a segurança é de fato crucial para a vitalidade das cidades, mas a presença de movimento na rua pode ser refutada como fator de segurança. É possível que, ao ser indagada, uma mulher andado sozinha à noite prefira ruas desertas às ruas com bares cujo público fosse majoritário masculino. O mesmo poderia suceder com um jovem LGBTQIA+. Não que as percepções de Jacobs e Gehl estejam equivocadas, mas as percepções de segurança podem mudar de acordo com as experiências vividas. As percepções do morador Fidelis, por exemplo, vão ao encontro das colocações de Gehl e Jacobs:

*As ruas ainda são muito escuras, árvores com podas irregulares, mal podadas. Por ter ruas muito escuras, a população não frequenta a rua noite, isso então é mais um momento de insegurança. Tem vários quarteirões aqui, por exemplo, que de noite não tem nenhum comércio, nenhum bar, nenhuma pararia...nada aberto; então essas regiões não tem trânsito de gente a pé também. Eu acho que isso é um outro fator que causa **insegurança: a iluminação e a falta de gente na rua** [...] aqui o comércio a noite eu acho que é uma coisa que trás o movimento para o bairro, que ajuda o bairro a ficar mais seguro [...] eu acho que esse medo que eu estava falando antes, que é uma coisa institucionalizada e midiática, ela afasta as pessoas dos espaços públicos.*

Já Cláudia contrapõe Jacobs, Gehl e Fidelis. Na percepção dela fatores socioeconômicos e desigualdade social são os verdadeiros gatilhos de insegurança e violência:

*Não é, definitivamente, a presença do comércio (que trás segurança para a rua). Hoje o bairro Ouro Preto, que tem um comércio enorme, tem uma **insegurança inacreditável**. Quase todos os dias tem assalto na padaria, nas farmácias, nos restaurantes. Quase todos os dias tem notícia de assalto nessa região. Acho que o comércio atrai o assalto porque é uma porta aberta onde circula dinheiro. A orla, que é um lugar que tem muito mais gente e tem um relativo comércio – pode ter bar, pode ter academia, tem clube, é onde tem maior concentração de assaltos à transeuntes. Não é nem nas ruas internas não.*

As experiências de moradia de Claudia no bairro Bandeirantes e Fidelis no bairro Boa Viagem são distintas. Bandeirantes é um bairro projetado para ser residencial e com lotes unifamiliares de 1.000m². Já o bairro Boa Viagem, localizado na regional centro-sul, configura um bairro central e com uma grande diversidade de usos. Nesse caso é perceptível como a experiência de cada um dos entrevistados refletiu diretamente no imaginário que cada um tem da cidade. A discussão sobre segurança é sempre especializada e personificada, é preciso perceber que os parâmetros mudam de acordo com as vivências pessoais. Nesse contexto, as narrativas são importantes para mapear esses parâmetros e, assim, avançar nas possibilidades de ação dentro de cada contexto específico. A compreensão dessas diferentes perspectivas revela, também, a necessidade de uma pedagogia urbana que envolva moradores, urbanistas e gestores públicos. A concepção que segurança está relacionada apenas às câmeras de segurança e à presença da polícia precisa ser debatida e revisitada.

Boaventura de Souza Santos (2007) afirma que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal em que de um lado estão o conhecimento e direito modernos, as verdades científicas e, de outro, os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas – que se encontram além do verdadeiro e falso. Esses saberes que ocupam o “outro lado” da linha abissal são compreendidos como crenças, opiniões, idolatria, sentimentos subjetivos e intuitivos, nunca como um conhecimento real. Para o autor, é urgente e necessário desenvolver um pensamento pós-abissal que rompa radicalmente os modos ocidentais modernos de pensar e agir e que vá de encontro com a monocultura

da ciência moderna. A incorporação das narrativas como dados de análise permite uma multiplicidade de respostas às questões cidadinas e ensaia uma tentativa, nas categorias de Boaventura, de romper com o pensamento abissal moderno. A partir da justaposição das narrativas se torna possível complexificar as leituras da cidade e, assim, repensar caminhos que nos levem a uma cidade mais plural. Como percebido nos relatos, a cidade é apreendida de formas distintas por cada um. Existe uma complexidade e uma variação de fatores que causam contradições e divergências de percepção de morador para morador. A questão em jogo não é fazer inferências ou coletas de dados indutivas, mas conscientemente dar voz às pessoas, entendendo seu lugar de fala e suas vivências e experiências cotidianas.

Olhar para o micro-história urbana através das narrativas cotidianas permite perceber as contradições do sistema normativo, a fragmentação e a pluralidade de pontos de vista. Através da reversão da perspectiva, essa prática metodológica acentua as ações a princípio mais insignificantes e localizadas, e assim demonstra as lacunas e espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de todos os sistemas. Essa abordagem busca não generalizar elementos individuais, mas antes acentuá-los. O desafio, como aponta Levi (1992), é elaborar um paradigma que dependa do conhecimento particular sem rejeitar a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular, buscando representações mais realistas e menos mecanicistas.

4.3.2 (POR QUÊ) É IMPORTANTE PARTICIPAR?

Podemos questionar a importância da participação popular a partir de três perspectivas diferentes: a dos pensadores do urbano, a do poder público e a dos cidadãos. Nesse item, busco responder essa pergunta sob cada uma dessas perspectivas, mostrando a diferença de visões e interesses. Procuo responder porquê muitos pensadores do urbano frisam a importância da participação popular, quais os interesses do Estado nessa participação e quais os limites do envolvimento da sociedade civil na participação como está dada hoje.

Dentre a perspectiva dos pensadores do urbano, podemos citar o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2010), que defende que o principal e mais essencial argumento a favor da participação é: a participação é um direito inalienável. A percepção da participação como fardo é um valor instigado pela ideologia que estimula a apatia política e o desinteresse pelos assuntos coletivos. Muitas pessoas podem achar ser mais fácil entregar o poder de

decidir sobre assuntos que afetam a sua vida à políticos profissionais e especialistas, sem fazer ideia do quão operacional esse comportamento é para o sistema de dominação que, de um modo ou de outro, as prejudica ou pode prejudicá-las, ao tolher sua liberdade. Para Souza, a participação não é um simples acessório, nem mesmo apenas uma ferramenta útil. Participar, no sentido essencial de exercer autonomia, é a chave de um planejamento e de uma gestão democrática. A participação pode proporcionar melhores chances de um exercício mais pleno da cidadania, que equivale a uma maior e melhor integração na sociedade. Participação popular implica, pelo menos em partes, em uma co-participação da sociedade civil nos processos decisórios e nas deliberações do Poder Público. O termo, muitas vezes empregado como meio de promoção política, sugere uma gestão aberta e democrática.

Direito à cidade, termo originalmente cunhado pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, em 1968, diz respeito ao direito de não exclusão, trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada por todos; a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários segregados. Direito à cidade significa, de uma certa forma, uma recuperação coletiva do espaço urbano (LEFEBVRE, 2010). Em uma leitura mais recente do termo, o geógrafo britânico David Harvey defende que:

“O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciado dos nossos direitos humanos” (HARVEY, 2008).

Uma participação popular autêntica deve caminhar junto ao exercício do direito à cidade, através de processos democráticos e inclusivos, que visam justiça social e diversidade. Boaventura de Souza Santos (2002), sociólogo português, defende um projeto de emancipação social através da reflexão sobre a importância de uma democracia participativa, que confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual, além de temas como sistemas alternativos de produção, multiculturalismo emancipatório, justiça e cidadania culturais, a biodiversidade e os conhecimentos rivais, e o novo internacionalismo operário. Ladislau

Dowbor (2008), economista político e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aponta que a participação popular é um eixo de transformação social extremamente potente. Dowbor defende que a participação da comunidade é uma forma de exercício cidadão e exercício da democracia, que o “direito de ser cidadão” vá além do momento das eleições, que a participação permita que a sociedade civil seja co-gestora da coisa pública e que a soberania popular seja efetiva.

Muitos pensadores do urbano defendem a importância da participação popular para garantir um exercício pleno da democracia, mas existem várias modalidades possíveis de participação, como aponta Souza (2010). O autor, ao retomar a escala de Sherry Arnstein (1969), sintetiza situações de participação em uma escala que se dá em oito níveis. Eles estão listados a seguir em ordem de abertura participativa, e auxiliam no entendimento do que realmente significa ter um estado de participação autêntica.

Situações de não-participação

1. **Coerção:** corresponde a situações em que não há participação popular, como no caso de remoção de favelas com posterior realocação dos moradores em territórios afastados. São situações de coerção geralmente encontradas em regimes de exceção (ditatoriais ou totalitários), como ocorreu no regime militar brasileiro nos anos 1960 e 1970. Nesses casos, a democracia representativa inexistente.
2. **Manipulação:** nessa situação, a população é induzida a aceitar alguma intervenção através de recursos como uso constante de propagandas. Na realidade, o Estado não intenciona estabelecer um diálogo ou criar canais de participação, apenas viabilizar a intervenção proposta pelo Poder Público.

Situações de pseudoparticipação

3. **Informação:** são situações em que o Estado disponibiliza – de forma mais ou menos completa dependendo da transparência política em questão - as informações necessárias para a compreensão das intervenções planejadas.
4. **Consulta:** a população, nessa situação, além de ser informada também é consultada. Se bem-sucedido e bem organizado, esse processo pode constituir

uma real base de informações para a continuidade da intervenção planejada pelo Poder Público. Mesmo quando a população é consultada, não há garantias que esses dados serão incorporados. Outro fator importante é o papel do técnico na explanação das propostas públicas, uma vez que sua fala pode induzir o posicionamento dos cidadãos consultados.

5. **Cooptação:** essa situação pode se dar de várias maneiras. A cooptação individual ou se um segmento da sociedade serve à cooptação de uma coletividade mais ampla, e se dá através de agentes mais ativos da sociedade civil, como líderes populares dispostos a aderirem canais ou instâncias participativas. A população, por meio de líderes selecionados e/ou dos canais participativos permanentes criados, é ouvida, mas, como no caso da consulta, a participação não é necessariamente deliberativa. Da mesma forma que a informação e a consulta, a cooptação simboliza uma forma ilusória de participação ou uma pseudoparticipação uma vez que essa institucionalização da participação não corresponde a um real poder decisório.

Situações de participação autêntica

6. **Parceria:** consiste no primeiro grau de participação autêntica. Estado e sociedade civil organizada associam-se, a partir do diálogo e transparência, a fim de implementar políticas públicas ou viabilizar intervenções. É necessário que ambos construam conjuntamente uma definição de interesses comuns e formas de viabilizá-los.
7. **Delegação de poder:** é uma situação que vai além da parceria. O Estado abdica de uma gama de atribuições, antes vistas como sua prerrogativa exclusiva, em favor da sociedade civil. A sociedade civil se torna, de fato, uma co-gestora da coisa pública.
8. **Autogestão:** na prática, a delegação de poder (situação 7) é o nível mais elevado que se pode alcançar no contexto capitalismo + democracia representativa. A autogestão, ou seja, uma gestão sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – pressupõe um contexto social distinto, uma sociedade autônoma.

A partir da análise das categorias colocadas por Souza, percebe-se que o universo da participação popular possui varias gradações e nem todas as experiências ditas como participativas são, de fato, autênticas. Em uma democracia representativa, a autoridade, o direito e a legitimidade para tomada de decisões são delegadas aos dirigentes através do voto. Os defensores desse modelo alegam que é inviável que todos possuam o direito de participar diretamente dos processos decisórios, uma vez que tal participação tornaria o sistema extremamente ineficiente. Esse processo decisório caberia somente aos técnicos e aqueles eleitos para exercer tal função. Por outro lado, os políticos eleitos e técnicos não detêm um consenso das vontades daqueles por eles representados. O significado de bem comum, muitas vezes tido como meta do planejamento, é passível de discordâncias e discussões entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que são diretamente afetados.

A democracia participativa é aquela que, partindo de uma democracia representativa, utiliza-se de mecanismos que estimulem o engajamento social nas questões políticas, é uma forma de legitimar questões de relevância para comunidade. Essa participação direta pode ocorrer através de plebiscitos, referendos, iniciativa popular, audiência pública, orçamento participativo, consultas à população ou qualquer outra forma de manifestação da vontade popular. Diante da impossibilidade da unidade da vontade geral, a democracia participativa aparece como uma forma de superar a dicotomia entre dirigentes e dirigidos.

Para Avritzer, a combinação entre democracia representativa e participativa introduz na discussão do planejamento e gestão urbanos um processo contínuo de interação e reflexão entre o povo e seus representantes. Uma gestão democrática consiste, então, em articular a participação popular, envolvendo vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e implementação de Políticas Públicas (AVRITZER, 2012). Boaventura de Souza Santos (2002) aponta que a democracia participativa, apesar de ser um modelo muitas vezes desacreditado, tem assumido uma nova dinâmica, protagonizada por grupos sociais subalternos em luta contra a exclusão social e trivialização da cidadania. Para Santos, há um conflito entre democracia representativa e participativa. O autor coloca que a democracia representativa rejeita a legitimidade da participativa, e esse conflito só terá solução quando essa recusa for substituída pelo delineamento de formas de complementariedade entre os dois modelos de democracia, de forma a contribuir para o aprofundamento de ambas e, assim, avançar nos caminhos da reinvenção da emancipação social.

Sob a perspectiva do poder público, podemos citar e analisar experiências como o Orçamento Participativo (OP), já citado anteriormente. O Orçamento Participativo consiste em uma política participativa que gera um processo de deliberação entre sociedade civil e Estado no nível local. Esse processo se divide em várias etapas, variando conforme a gestão em vigor. Geralmente, a primeira etapa consiste em informar a população sobre o teto orçamentário previsto para o próximo ano, além de prestar contas sobre as despesas do ano anterior. Nesse momento inicial é feita a divulgação, a fim de atrair novos participantes e mobilizar a sociedade civil, e inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadãos comuns. Em um segundo momento, são eleitos delegados dentre os grupos da sociedade civil presentes para participarem das primeiras assembleias anuais, com objetivo de ajudar na organização e monitoração do processo. Podem ser escolhidos nessa etapa os chamados delegados “conselheiros”, os porta-vozes da base social junto à administração, com a função de cuidar para que aquilo que foi decidido pela base seja, de fato, previsto e implementado.

A partir desse cenário, a sociedade civil articula reuniões e assembleias de bairro a fim de discutir necessidades e prioridades de ação, e é instalado um conselho com técnicos da Prefeitura para orientar os delegados da sociedade civil. Nessas situações, é necessário que o técnico assuma o papel de aliar-se à população para propor um planejamento que parta das necessidades e desejos reais. Esse conselho consolida as demandas das bases sociais e verifica possíveis problemas, como demandas não conformes à legislação, além de monitorar a elaboração da peça orçamentária que seguirá para votação na Câmara Municipal. Marcelo Lopes de Souza (2003) aponta que o êxito de uma experiência de orçamento participativo, assim como de qualquer outra experiência de participação popular no planejamento e na gestão urbanas, depende de um conjunto variado e complexo de fatores: a coerência político-ideológica da administração, o nível de conscientização e mobilização da sociedade civil, além das condições econômicas de base (disponibilidade de recursos para investimentos), dentro outros.

A primeira experiência significativa que marca a fase atual dessa categoria participativa ocorreu em Porto Alegre, em 1990, após a eleição do prefeito Olívio Dutra em 1989, do Partido dos Trabalhadores (PT). Antes disso, ocorreram algumas experiências de participação popular na elaboração do orçamento público municipal, como relata Souza. A primeira experiência ocorreu em Lages (estado de Santa Catarina), ainda nos anos 70, outro em Pelotas (Rio Grande do Sul) e em Vila Velha (Espírito Santo), nos anos 80. No

entanto, devido ao contexto político da época de regime militar, elas não tiveram grande alcance, nem efeito multiplicador efetivo, e pertencem ao que Souza chama de “pré-história” do orçamento participativo. Avritzer (2012) relata que o OP em Porto Alegre, de 1990 a 2004, envolveu duas rodadas de assembleias regionais, uma rodada de reuniões intermediárias e o funcionamento de um corpo de representantes chamado de Conselho do OP durante o ano todo. A participação nessas reuniões era individual, mas, durante o processo de registro, indivíduos eram solicitados a demonstrar participação em associações voluntárias. Importante ressaltar que as regiões de Porto Alegre que tiveram níveis mais altos de participação ao longo do processo de implementação do orçamento participativo (1990-1992) foram as que tinham o maior número de associações de bairro.

Como visto no item anterior, há uma forte mudança no foco da participação entre os anos 70 e 90. Até os anos 80, a sociedade civil se preocupou com a autonomia, a democratização das políticas públicas e o estabelecimento de formas de controle público sobre o Estado. A partir de meados dos anos noventa, a preocupação da sociedade civil brasileira se voltou para o estabelecimento de uma forma mais ampla de participação pública na maioria das áreas de políticas públicas. O foco se tornou como tais associações/atores poderiam manter a sua autonomia em relação ao Estado (AVRITZER, 2012). As mudanças nas formas de participação, principalmente na virada dos anos 80 para os anos 90, são passíveis de críticas, assim como o próprio Orçamento Participativo. Uma das críticas recorrentes ao OP é o risco de cair na pseudoparticipação e se tornar um jogo de manipulação política, sem o exercício real de diálogo e parceria (SOUZA, 2010).

Em sua essência, o OP busca repolitizar o orçamento público, não no sentido original de controle do governo pelos parlamentares, mas sim no sentido de um controle direto e efetivo da administração pela sociedade civil, ao mesmo tempo em que a população se beneficia, com uma maior consciência de seus direitos. Outro ponto contestado por Souza é a ideia de que o Orçamento Participativo engaja politicamente cidadãos comuns. Geralmente os delegados eleitos nas assembleias do OP são pessoas que já possuem vínculos políticos, vínculos anteriores a sua participação como representante no programa. Assim, nota-se que, na realidade, o Orçamento não contribui para o engajamento político. Ele contribui para o engajamento daqueles que já estão envolvidos, daqueles que já exercem sua cidadania de forma ativa. Além disso, o OP delibera apenas questões em torno de despesas e receitas orçamentárias, de investimentos, tributos, mas não em torno de Políticas Públicas. Assim, há uma limitação no caráter deliberativo do Orçamento.

Como vimos no item anterior, na década de 1990 há um processo de desmobilização de associações de moradores e movimentos populares urbanos, e uma mudança na forma de participação com a implementação do Orçamento Participativo. A posição política dos primeiros anos do Orçamento em Porto Alegre consistia em dar poder aos conselhos populares emergentes das organizações comunitárias, para que eles pudessem tomar decisões acerca da política municipal, particularmente da distribuição do orçamento (SANTOS, 2002). Tarso Genro, vice-prefeito da gestão de Olívio Dutra (PT) e prefeito entre 1992 e 1996, já afirmava após o primeiro ano de OP que tal estratégia política refletia uma concepção romântica da participação popular e estava destinada a falhar. A primeira razão para ser uma estratégia política falha seria que nem os dirigentes partidários que encabeçavam o Executivo, nem os dirigentes das comunidades tinham experiência na promoção da participação institucionalizada, a principal cultura política vigente na época era a do confronto, sem que nenhum dos lados estivesse preparado para ir além disso. Assim, esse contexto não possibilitava a abertura de espaços de negociação capazes de articular e combinar a reforma fiscal municipal necessária.

Em Porto Alegre, a participação popular cresceu a partir de 1992, com a recuperação de credibilidade do OP e o aumento de investimento no mesmo. Porém, à medida que o Orçamento foi consolidado, os conselhos populares foram perdendo espaço para os Fóruns Regionais. Entre 1995 e 1998, houve uma queda de mais de 50% na participação em Conselhos Populares (SANTOS, 2002). É perceptível em Porto Alegre e em Belo Horizonte que a importância que as comunidades deram à participação no OP afetou outras formas de organização comunitária. A expansão da participação institucional resultou, de uma certa forma, em um tolhimento de práticas combativas da parte dos movimentos, que foram aos poucos se desarticulando e transformando sua forma de organização. Santos aponta que, a partir de 1993, o Orçamento ganhou uma crescente complexidade operacional e, ao mesmo tempo, aumentou exponencialmente o número de participantes. Uma das críticas da época ao programa era que ele não passava de uma “política feijão com arroz”, ou seja, uma fórmula para resolver problemas urgentes que afetam as classes populares, medidas imediatistas e eleitoreiras.

Apesar das críticas e dos conflitos e mediações entre questões técnicas e políticas, o processo do Orçamento Participativo transformou radicalmente a cultura profissional da equipe técnica do Executivo, que passou a ser submetida a um processo de aprendizagem profundo em relação à comunicação e argumentação com cidadãos comuns. É necessário

que exista uma substituição da cultura tecnoburocrática para que possa emergir uma cultura democrática participativa, e esse é um dos pontos-chaves dentro do OP. Santos (2002) coloca que:

“O OP é a manifestação de uma esfera pública emergente, para qual os cidadãos e as organizações comunitárias, por um lado, e o governo municipal, por outro, convergem com autonomia mútua. Uma tal convergência ocorre por intermédio de um contrato político através do qual essa autonomia mútua se torna autonomia mutuamente relativa. A experiência do OP configura, portanto, um modelo de co-gestão, ou seja, um modelo de partilha do poder político mediante uma rede de instituições democráticas orientadas para obter decisões por deliberação, por consenso e por compromisso” (SANTOS, 2002: 526).

O Orçamento Participativo é um processo social e político muito dinâmico e se transformou ao longo de todos esses anos de experiência, passível de críticas importantes e reconhecimento por avançar na questão da participação institucional. Em toda discussão sobre participação popular é imprescindível ter uma visão crítica, uma vez que esses processos de participação institucional podem ser uma armadilha para os movimentos e associações. No texto “The Paradox of Participation: a case study on Urban Planning in favelas and a plea for autonomy”, de Silke Kapp e Ana Paula Baltazar, essa contradição fica clara. Autonomia é a habilidade de grupos coletivos e indivíduos estabelecerem seus próprios meios de ação e interação, desde que não restrinjam outros (SILKE, BALTAZAR, 2012). Ser autônomo significa, então, ser regido por suas próprias normas. A participação, em contraponto, indica que as pessoas são permitidas a tomarem parte da tomada de decisão mas ainda assim não são capazes de mudar as normas, sendo então sempre incompleta.

A escala de participação de Arnstein (1969), comentada por Souza (2010), traz a concepção que participação pode abarcar ideias muito diferentes: desde manipulação, sendo esse o menos participativo, até controle cidadão, que implica em um processo aberto e genuíno. O processo participativo envolve, necessariamente, dois atores: a entidade responsável pelo processo – que define a estrutura, limites, códigos, etc. – e os indivíduos ou grupos convidados a participar – que não tem poder de mudar as regras do jogo. O ponto de gargalo consiste na limitação dos participantes que, em última instância,

não detém o poder de transformar radicalmente o sistema. Um planejamento autônomo consistiria, assim, em processos cujas estruturas são definidas no contexto e pelas pessoas envolvidas, e a participação seria concebida para Silke e Baltazar como uma transição entre o autoritário e esse planejamento autônomo, mas não sem um salto qualitativo. A participação é, muitas vezes, paradoxal por tentar fazer uma transição suave entre esses opostos e acabar sendo justamente seu empecilho. Se, por um lado, a participação pode contradizer a autonomia por estar ligada a estruturas de poder heterônomas, por outro, é preciso “lavar-se também com água suja” (SOUZA, 2012). Dentro da discussão de participação e autonomia, se torna importante perceber que uma visão “estadocrítica”, autonomista, não desqualifica completamente a luta institucional.

Do ponto de vista dos cidadãos sobre participação popular, muitas associações de bairro se formaram devido à necessidade em constituir uma organização formal para conseguir reivindicar perante o Estado. Os moradores parecem não ter representatividade enquanto sujeitos, essa legitimidade para reivindicar parece só se constituir a partir de uma articulação formal, dentro dos moldes burocráticos exigidos. Dentro da conjuntura política atual, essa estruturação formal parece ser um instrumento de ação imprescindível.

É importante perceber todos os fatores dificultadores ao discutir participação popular, sob a perspectiva dos moradores da cidade. Pela via institucional, ao tentar participar ativamente, os moradores de um bairro precisam se organizar formalmente em associações, precisam aprender a lidar com o aparelho estatal, aprender sobre política pública, precisam aprender a se organizar e a mobilizar pessoas, precisam lidar com essas figuras políticas interessadas em se promover às custas das associações. Isso tudo torna o trabalho dessas associações desgastante e frequentemente ineficaz. Os canais de comunicação da população com o Poder Público muitas vezes não são eficientes e se destinam apenas à resolução de questões cotidianas, como a falta de poda das árvores ou queima de postes. Questões relativas ao destino de grandes áreas da cidade não são colocadas em pauta para discussão com a população; e quando são não tem adesão significativa da sociedade civil devido ao despreparo dos cidadãos em lidar com questões técnicas e do próprio Estado em lidar com situações de participação. Através das narrativas de cada entrevistado na pesquisa *Vizinhanças Táticas*, é possível enxergar redes e relações urbanas que mergulham fundo na discussão sobre participação popular.

Importa compreender, diante desse cenário, que a participação não é um favor que os sujeitos da cidade fazem à sociedade. Inclusive, a participação autêntica muitas vezes não é desejada pela máquina burocrática que é o Estado. O primeiro motivo para isso é, como coloca Souza (2005), uma situação de participação autêntica implica em uma construção conjunta de interesses comuns e forma de viabilizá-los, sem a manipulação de informações pelos técnicos para induzir a opinião pública. Participação autêntica vai além de consulta ou cooptação da população, ela consiste em uma parceria genuína. Isso implica em uma atuação muito mais cautelosa e trabalhosa por parte da Gestão Pública. Sem dúvidas atuar de forma arbitrária, só levando em consideração as colocações dos técnicos, seria mais simples e mais rápido. Falta de transparência e canais de diálogo efetivos com o Poder Público também levam ao desencorajamento da população em participar. Souza também pontua o problema do bairrismo, caracterizado pelo fechamento ou hostilidade dos moradores em relação à participação de indivíduos de fora do bairro nas discussões locais. Essa situação pode ser problemática ao pensarmos na relação do bairro em relação ao município.

Richard Sennett (2005) discute a dicotomia entre o pensar local, a partir de um planejamento “de baixo para cima”, e a articulação de todas essas localidades em um contexto maior, em um planejamento “de cima para baixo”, que parte da Gestão Pública. A conclusão que o sociólogo chega é justamente que é necessário que as duas formas de atuação aconteçam em conjunto, de forma dialética. Essa é uma contradição essencial da vida das cidades. Por exemplo, com relação à mobilidade. É importante que exista um planejamento que abranja a cidade inteira, porém como uma rede de transporte impacta localmente também precisa estar em pauta nas discussões.

É inegável que existe um valor tático em se utilizar canais institucionais para tentar promover certos avanços, mas é imprescindível se questionar sobre os riscos e armadilhas que esse uso pode trazer consigo. Um dos riscos existentes é cair em uma participação sempre cooptada e pouco genuína. O processo participativo envolve, necessariamente, dois atores: a entidade responsável pelo processo – que define a estrutura, limites, códigos – e os indivíduos ou grupos convidados a participar – que não tem poder de mudar as regras do jogo. O entrave dessa equação seria a limitação dos participantes que, em última instância, não detém o poder de transformar radicalmente o sistema. Um planejamento autônomo consistiria em processos cujas estruturas são definidas no contexto e pelas pessoas envolvidas, e a participação seria concebida para Silke e Baltazar (2012) como uma transição entre o autoritário e esse planejamento

autônomo, mas não sem um salto qualitativo, como citado anteriormente. A participação é, muitas vezes, paradoxal por tentar fazer uma transição suave entre esses opostos e acabar sendo justamente seu empecilho. Nisso consiste a importância de acompanhar de perto essa participação real pelas vias institucionais exposta nas narrativas: verificar se ela tem sido um empecilho ou uma trajetória para uma participação autêntica.

4.3.3 POR QUÊ APOSTAR EM UMA PEDAGOGIA SÓCIO-ESPACIAL?

Diante de todas as discussões apresentadas, como, então, retomar um espírito participativo? Quais os caminhos possíveis a serem percorridos no universo da participação e mobilização popular? O que podemos aprender a partir da experiência de participação e luta do bairro Lindéia? Neste item, aponto possíveis caminhos para avançar na discussão da participação popular a partir de conceitos e autores que considero pertinentes ao tema.

A experiência do Lindéia nos ensina que o sentido de partilha e comunidade têm um papel importante na mobilização dos cidadãos, para que os mesmos se engajem nos processos participativos e reivindicatórios. Se não há interesse pelo comum, não tem como existir uma participação autêntica. Nesse sentido, é preciso ir contra a correnteza individualista moderna e construir um espaço de troca, reflexão e participação na produção das cidades. Com relação à importância da coletividade, o sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennett comenta:

“Minha opinião pode ser formulada de maneira simples. A qualidade de vida numa cidade é boa quando seus habitantes são capazes de lidar com a complexidade. Por outro lado, a qualidade da vida nas cidades é ruim quando seus habitantes são capazes de lidar apenas com pessoas como eles mesmos. Colocando de outra forma, uma cidade saudável pode abranger e fazer uso produtivo das diferenças de classe, etnia e estilos de vida que contêm, enquanto uma cidade doente não consegue fazê-lo; a cidade doente isola e segrega, não criando nenhuma força coletiva a partir da mistura de pessoas diferentes” (SENNETT, 2015).

A vida coletiva – ou ausência dela – nas cidades pode ser relacionada à questão de participação e mobilização. Atualmente, a lógica que predomina nas cidades tornou a qualidade de vida urbana em mercadoria, a própria cidade torna-se objeto de consumo. A produção das cidades em função do lucro e à serviço da esfera privada confunde o real significado e função social que os espaços destinados à coletividade desempenham para a cidade e para os próprios habitantes. Essa lógica de urbanização configura cidades fragmentadas e propicia o surgimento de microestados: de um lado bairros ricos, dotados de infraestrutura e serviços, sob constante vigia e proteção; do outro, favelas sem saneamento, energia elétrica pirateada, vias sem pavimentação e moradias sucateadas (HARVEY, 2008). E, reforçando essa lógica de isolamento e segregação, adota-se muros cada vez maiores, ruas-corredores, preferência pelo uso de transportes individuais e formas privadas de entretenimento.

Marcelo Lopes de Souza aponta que, em uma cidade contemporânea, desenrolam-se processos de atomização e massificação e que a cidade foi, paulatinamente, deixando de ser um “mosaico de bairros coerentes” em que cada um era polarizado por sua própria centralidade (2015). Pequenos centros de comércio e serviço de muitos bairros desapareceram ou foram substituídos por *shopping centers* e até mesmo os chamados *Central Business District (CBD)*, ou seja, os centros de comércio principais de uma cidade, perderam prestígio em detrimento de subcentros tradicionais localizados em bairros de classe média. O surgimento de condomínios exclusivos e complexos autossegregados também refletem esse quadro de atomização e fragmentação das cidades. Em meio a essa cidade massificada, o velho bairro tradicional caracteriza-se cada vez mais por vizinhos que se conhecem cada vez menos, espaços públicos anêmicos, comércio de bairro residual e degradado (SOUZA, 2015).

A cidade vê, assim, um conseqüente esvaziamento e ausência de vida nos seus espaços públicos que só agravam a sensação de insegurança e de não pertencimento, além da perda de identidade e sociabilidade. Todos esses sintomas de uma cidade doente, como aponta Sennett (2015), contribuem para um processo de individualização que vai de encontro à participação e mobilização. A falta da coletividade na cidade é um grande fator desmobilizador. Como percebemos no caso do Lindéia, o espírito participativo foi grandemente fomentado pelas relações de vizinhança e sentimento de comunidade local. Em contrapartida, é notável nas grandes cidades da atualidade a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, a atomização crescente dos indivíduos, o declínio ou abandono dos espaços públicos em detrimento dos refúgios nos ‘nanoterritórios’ da vida

privada ou nos *shopping centers* e o crescimento do medo da violência e do sentimento de insegurança (SOUZA, 2015). As vizinhanças ainda existem, mas de forma bastante rarefeita: os vizinhos só se conhecem de vista, com contatos muito superficiais e esporádicos.

Diante deste cenário, devemos refletir sobre como é possível retomar, mesmo que gradualmente, um sentido de coletividade que consiga engajar os cidadãos em práticas sócio-espaciais participativas, que garantam a construção de uma cidade plural, justa e democrática. As relações de vizinhança do bairro Lindéia derivaram de diferentes fatores. Um primeiro ponto era que a ocupação inicial do bairro ocorreu de forma progressiva, e a origem dos primeiros moradores – tanto os vindos do interior quanto os vindos da remoção da Vila São Vicente, como relatado no capítulo 3 – foi um fator de união entre eles. Outro fator de união foi a presença da igreja como um ponto de comunhão e celebração, para além das missas, momentos de confraternização no bairro. O padre Miguel e a benzedeira Maria Tertuliana também incentivavam esse espírito de coletividade ao visitarem as casas dos moradores e acompanharem suas rotinas. Como comentado anteriormente, a *necessidade* que os moradores passavam diante de um quadro de esquecimento por parte do Poder Público nos quesitos de infraestruturas básicas como bens de consumo coletivo (mobilidade, água, luz, educação, saúde, calçamento, entre outros) era um fator de união. A mobilização e luta eram, antes de tudo, *necessárias* para a manutenção da vida do bairro.

É importante ter cuidado para não cair em uma romantização da necessidade nesse contexto, a comunhão e união dos moradores que resultou de ações como o “sopão” das mulheres para alimentar as famílias é algo que não deveria ser preciso. Também importa não descontextualizar a luta do Lindéia retratada aqui, que se passa na região periférica de Belo Horizonte nos anos 1970 e 1980. As questões e o cenário da época eram diferentes das de agora, sem dúvidas. Mesmo com as devidas especificidades, podemos notar que a luta se mobilizou em torno de instituições, de pessoas (ou líderes), em torno de causas e em torno de necessidades. A luta dessa comunidade também refletia o *imaginário de cidade* presente ali. Esse é um ponto fundamental que gostaria de explorar neste tópico. A transformação sócio-espacial da cidade passa, inevitavelmente, pela concepção de como essa cidade deveria ser, de quem e quais atividades ela deveria abrigar. Além de refletir sobre como aumentar o engajamento e a participação popular nos processos decisórios da cidade, também considero crucial investigar como é possível caminhar em direção a

um imaginário urbano que projete uma cidade saudável, democrática e menos segregada, com espaços públicos ativos.

Paulo Freire, um dos mais importantes educadores e filósofos brasileiros, faz uma leitura crítica entre o homem - um ser de relações que vive uma pluralidade dentro da sua própria singularidade, seu entorno e seu processo de conscientização. O autor aponta que o homem vive um drama cotidiano, uma luta permanente pela sua humanização e, por isso, sua integração com seu contexto é fundamental. Essa integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade e de transformá-la a partir de um ponto de vista crítico. Nas palavras de Freire, “na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam, e as decisões já não são suas, porque resultadas de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se” (1967: 42). O educador alerta que o homem moderno “vem renunciando cada vez mais, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões” e que “as tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma ‘elite’ que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida” (1967: 43). Há um perigo na alienação e, para superar isso, é preciso adotar uma postura crítica.

Freire escreve sobre a educação como uma prática da liberdade e defende que toda educação é política. A educação deve ser corajosa, propondo ao povo uma reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo e suas responsabilidades. O autor comenta que o processo de humanização do homem carece de estruturas propícias para alcançar a reflexão e a reflexão sobre a reflexão, ou seja, a crítica. Em 1967, o pedagogo adverte que, diante do perigo latente da massificação, é impante um trabalho pedagógico-educativo-crítico, que objetiva uma consciência de classe e consciência política crítica. A educação deve oferecer ao povo a reflexão sobre si mesmo. Esse tipo de prática educativa foi empregada no bairro Lindéia, esse é um tema recorrente nas entrevistas. O morador Roberto, entrevistado nesta pesquisa, comenta que Freire esteve no bairro e trocou cartas com os associados, principalmente com os professores da Escola Tio Beijo. Para Freire, a educação é um processo que acompanha permanentemente as mudanças da estrutura socioeconômica, ela pode operar como fator decisivo nos processos de mudança social junto com a mudança de estruturas e a dialética conflitiva da sociedade. É papel do educador conversar com o povo e dialogar com ele sobre seus problemas.

A alfabetização dos trabalhadores tem um papel de destaque no trabalho de Freire e consiste na maior parte das experiências do educador, mas seus ensinamentos podem se expandir para qualquer tipo de aprendizado. Para ele, todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da real situação vivida pelo educando. O processo de educação deve estar mergulhado no cotidiano e deve ser baseado em situações reais e palpáveis. Sobre participação, Freire sugere que a não-participação deve ser substituída pela participação crítica, que consiste em uma forma de sabedoria. A participação caminha junto com a conscientização, e ambas são sistematicamente combatidas pelos setores burgueses, que se opõem ao progresso dos processos populares. Importante ressaltar que Freire escreve o livro abordado aqui em 1967, em um cenário de recém golpe militar.

Não pretendo me debruçar detalhadamente sobre o método de ensino de Paulo Freire, mas antes pincelar alguns princípios da sua concepção essencialmente democrática de educação. Para ele, a educação popular pode ser lida como instrumento de contribuição para a participação social num processo de libertação, é um instrumento de mobilização em seu contexto social. A professora e drag queen Rita von Hunty¹⁶, ao fazer uma leitura de Paulo Freire¹⁷, ressalta que a função da pedagogia crítica é formar sujeitos, e que sujeitos possam formar conhecimento e assim, transformar o mundo que eles habitam. O método de ensino freiriano parte do princípio de que quem aprende é um sujeito, e por isso precisa ser respeitado na sua posição de sujeito. Todas as pessoas que aprendem trazem consigo jornadas, vivências, crenças, e é a partir daí que o trabalho começa. Respeitar saberes, entender realidades e partir de experiências vividas consistem na melhor forma de construir conhecimento, e é importante entender que todo sistema de conhecimento é inacabado e falho. A práxis e o cotidiano são fundamentais no processo educativo.

Hunty (2021) comenta algumas máximas de Paulo Freire presentes no livro “Pedagogia da autonomia”, lançado em 1996, que ilustram bem o pensamento do autor. A primeira máxima é a ideia do ensino-educação, ou em outras palavras, a ideia que não existe

¹⁶ Guilherme Terreri Lima Pereira, mais conhecido pelo nome artístico Rita von Hunty, é um professor, ator, YouTuber, comediante e drag queen brasileiro, formado em artes cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e em letras pela Universidade de São Paulo (USP).

¹⁷ Conteúdo presente no vídeo gravado a convite do Grupo Editorial Record e a editora Paz & Terra, em comemoração ao centenário de Paulo Freire. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ah-I05ezx1I>> Acesso: Set./2021.

ensinar sem pesquisar ou pesquisar sem ensinar – ou que não existe educando que não seja educador e educador que não seja educando. Essas posições estão em constante diálogo. Quem ensina, aprende ensinando; e quem está aprendendo também pode ensinar. Outro ponto importante do pensamento do autor é a crítica à “educação bancária”, ou seja, aquela educação que “transfere” ou “deposita” o conhecimento para o educando e espera que esse mesmo conhecimento seja reproduzido de uma forma mecânica. É essencial que o conhecimento adquirido seja assimilado na realidade local que quem recebe esse conhecimento. Para Freire, educar não é transferir conhecimento; é criar espaços onde o conhecimento possa ser produzido e circulado, onde todos saiam na autoria do conhecimento produzido ali.

Um terceiro ponto que Freire nos ensina é que é preciso falar *com* pessoas, não *para* pessoas – uma preposição que passa uma ideia de horizontalidade no ensino, uma educação que não é autoritária. Falar *com alguém* é se colocar em uma posição que respeita o sujeito em sua jornada de aprendizado (HUNTY, 2021). “Pedagogia da autonomia” também nos ensina que não existe neutralidade no ensino, e o dever do educador é refletir sobre isso. Para o autor, embora existam setores ideologizados que sustentam que a realidade é um dado natural, algo já está dado e estabelecido; a pedagogia crítica vai no sentido contrário e nos alerta que a realidade é um processo social em formação. É preciso lutar contra uma concepção mecanicista da história e entender que o futuro é problemático, não inexorável. Hunty, a partir de uma leitura de Freire, sugere que o futuro é o que nós construímos dele no presente, e por isso são tão importantes *recursos de esperança*.

O método freiriano pode ser dividido em três movimentos. O primeiro movimento consiste na leitura de mundo onde se busca entender qual é, ou quais são, as visões de mundo existentes sobre a problemática abordada no ensino. Em leitura do mundo é preciso entender o que os educandos e educandas já sabem e como eles podem conhecer mais e melhor os seus objetos de indagação. O segundo movimento consiste na partilha do mundo lido e entender as diferentes bagagens sobre o mesmo assunto. Ao compartilhar a assimilação de saberes de cada indivíduo, é possível verificar quais conceitos e valores estão em disputa, ou como o mesmo termo pode ser apreendido com significados tão distintos entre os diferentes setores da sociedade. O terceiro movimento da pedagogia freiriana é a reconstrução do mundo partilhado: após ler o mundo e partilhar essas leituras, é preciso entender o que é possível ser feito no mundo. A pedagogia freiriana é, em sua essência, revolucionária pois propõe a reflexão sobre

formas de transformar a realidade. Nas palavras de Rita, “a pedagogia freiriana acredita que formar pessoas melhores é um jeito de fazer um mundo melhor. A educação não muda o mundo, a educação forma novas pessoas que formarão um novo mundo nos seus processos de sujeitos constituintes de uma outra história, em outra direção” (2021).

Paulo Freire nos ensina que, através de uma pedagogia crítica, é possível transformar a realidade. A proposta de uma pedagogia sócio-espacial une dois conceitos: de um lado, a pedagogia crítica de Freire, e de outro, a compreensão da importância da pesquisa sócio-espacial, com essa grafia específica, de Marcelo Lopes de Souza. Souza aponta que esse termo, indicado com o hífen, se refere a uma pesquisa que “engloba esforços de investigação científica, filosoficamente embasada e informada, em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa” (SOUZA, 2015: 12). A importância do hífen¹⁸, neste caso, é apontar que, para se entender e elucidar o espaço, é preciso interessar-se pela sociedade concreta, na qual relações sociais e espaço são inseparáveis. Nesse termo, “sócio” não só qualifica o “espacial”, mas indica que se está falando diretamente também das relações sociais. Souza aponta que a concepção de que o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais, já é um patrimônio intelectual. Partindo dessa premissa, estabelece-se que o entendimento de que pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial seria um verdadeiro contrassenso (SOUZA, 2015). Assim, a mudança da sociedade concreta que busca uma maior justiça social não admite ser entendida e conquistada como uma mudança simplesmente das relações sociais; é preciso concebê-la como uma mudança sócio-espacial. Souza afirma que em nenhuma circunstância é razoável pensar as relações sociais sem pensar, junto, o espaço.

Dentro do universo do urbano, acredito que a prática pedagógica libertadora e crítica, acrescida de uma reflexão sócio-espacial, pode e deve ser usada como um instrumento de luta política, um caminho para a autonomia. Não com um desdobramento de simples transmissão de conhecimento, mas nos moldes da educação freiriana. A proposta de uma pedagogia sócio-espacial parte da importância da práxis educativa para a construção de uma nova cultura e uma nova concepção de mundo. Nesse sentido, é interessante investigar o que temos produzido ou reproduzido como prática social e espacial, a partir

¹⁸ Souza aponta que sempre que se deseja manter a noção de composição, para que os dois adjetivos preservem sua individualidade semântica, o hífen deve ser usado – mesmo após a última reforma ortográfica (SOUZA, 2015).

dos instrumentos herdados historicamente. Souza nos conta que as práticas espaciais têm servido, ao longo da história da humanidade, ora à dominação, à manutenção das hierarquias, à coerção e à heteronomia¹⁹; ora à emancipação, à autodeterminação e autogoverno, à autonomia – ou pelo menos à luta contra a heteronomia. As práticas sociais insurgentes remetem à ideia de práxis, ou seja, à uma ação que visa a transformação da realidade. A práxis é, essencialmente, uma ação política orientada para influenciar ou transformar as relações de poder (SOUZA, 2015). É preciso, então, articular a práxis e a reflexão crítica; ampliar as práticas sócio-espaciais no sentido de uma luta contra-hegemônica que busca, além da justiça social, a criação de um imaginário de cidade que vá ao encontro de todos esses interesses.

Sobre a construção de saberes, Manfredi (1986) frisa a importância de uma educação autônoma e participativa. A autora se refere à educação popular, que em um primeiro momento pode ser caracterizada por aquela educação pela ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe. A educação, neste caso, é feita de acordo com os interesses de classe das classes populares. O debate sobre educação popular, ampliado largamente por Paulo Freire, teve grande alcance da década de 1960 até 1980. O movimento estudantil, a universidade e a igreja desenvolviam uma prática pedagógica semelhante que buscava sua própria identidade, orientada pela busca de liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

“Numa perspectiva tradicional, de dominação, sempre se colocou em primeiro plano a transmissão de um saber pronto, acabado, enfim, do saber constituído. Ora, se pensarmos numa educação com roupagem nova, seria inadmissível que continuássemos a nos preocupar apenas com a pura transmissão de conhecimentos acabados e prontos, sem que os próprios agentes populares participem de sua construção. A partir da perspectiva de uma educação autônoma, como ficaria o problema da reorganização e transmissão do saber? Que saber seria esse? Se o saber que nos referimos não é o saber das classes dominantes, mas sim o das classes subalternas, o problema que se coloca é o da

¹⁹ Espaços heterônomos são aqueles produzidos por práticas espaciais que correspondem ao poder explícito, pela imposição das normas de cima para baixo. O poder heterônimo é aquele dirigido pelos grupos e classes dominantes, e tem prevalecido em relação à modelagem da ordem sócio-espacial do mundo (SOUZA, 2015: 247).

sistematização e divulgação de um novo saber – um saber que emane dessas mesmas classes. Este saber está inscrito nas práticas e relações do cotidiano das classes subalternas; contudo, como já vimos, é desarticulado pelo saber dominante. Um novo desafio está, portanto, sendo lançado, quando se pensa na redefinição das atribuições da educação popular, qual seja, *o de que se torne uma prática na qual os próprios agentes populares possam se perceber como produtores de conhecimento, à medida que iniciam o processo de depuração e rearticulação do seu modo de pensar e agir, tomando a perspectiva de sua classe*” (MANFREDI, 1982: 56).

A categoria da autonomia foi um ponto importante para os movimentos sociais na década de 1970, conforme apresentado no tópico 4.3, mas passou a ser um tanto problemática a partir de 1982, com as mudanças no cenário político os movimentos passaram a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações (GOHN, 2010). A princípio, a autonomia desses grupos definiu-se em termos de autodeterminação. Com o aprofundamento do processo de transição democrática e a ascensão de líderes de oposição, progressivamente a questão da autonomia desapareceu dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores. Em uma análise dos movimentos sociais atuais, principalmente de 2010 em frente, Gohn aponta que há uma concepção da questão da autonomia diferente da que existia nos anos 80. Sobre a autonomia buscada hoje por esses movimentos, Gohn coloca:

“Autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que está envolvido; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas tem o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi

corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (por isso é grande o número de militantes/assessores de movimentos, advindos de ONGs, que tem adentrado aos programas de Pós Graduação da academia). Resulta também que vários participantes de movimentos sociais, depois de qualificados, tornam-se professores universitários e voltam-se inteiramente para a academia - ficando o movimento apenas como “objeto” de estudo e pesquisas. As ONGs permanecem como estágios laboratoriais de iniciação participativa estando sempre compostas, majoritariamente, por iniciantes” (GOHN, 2013: 239).

Souza (2015) também aborda a temática da autonomia dentro de sua discussão denominada “macroteoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Essa abordagem, desenvolvida pelo autor desde meados da década de 1990, se debruça sobre a reflexão de uma mudança sócio-espacial fundada a partir do princípio da autonomia. Souza define a “macroteoria aberta” como uma “ferramenta para escavar e explorar as possibilidades de pensar os vínculos entre espaço geográfico e relações sociais, dentro de uma perspectiva de mudança para melhor (superação de obstáculos e gargalos), sem recorrer às usuais ‘muletas’ e sem incorrer nos vícios das diversas teorias do desenvolvimento, mormente nos marcos da ideologia capitalista do desenvolvimento econômico: etnocentrismo (mais especificamente, eurocentrismo), teleologismo (isto é: etapismo, evolucionismo, historicismo) e economicismo” (SOUZA, 2015: 262).

Nessa concepção, “mudança para melhor” é vista como um direito e uma tarefa dos próprios agentes sociais, os sujeitos são os próprios protagonistas, cujo objetivo consiste em uma melhor qualidade de vida e maior justiça social. A ideia de autonomia apresenta duas faces interligadas e interdependentes, que são a autonomia individual, ou seja, a capacidade individual de decidir com conhecimento de causa, lucidamente e livre de opressão, e a autonomia coletiva, que compreende tanto a autoinstituição lúcida da sociedade quanto a existência de instituições garantidoras de um processo realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre assuntos de interesse coletivo. A autonomia pode ser compreendida simplificada como uma democracia autêntica e radical, e não corresponde a um “estágio” alcançável de uma hora para outra – a superação da heteronomia é um processo longo e multifacetado. Assim, o

desenvolvimento sócio-espacial abordado por Souza se refere a um processo de enfrentamento da heteronomia tendo a autonomia como um horizonte de pensamento e ação.

A ideia da pedagogia sócio-espacial como prática espacial insurgente, ou seja, como uma práxis que visa à transformação da realidade, se encaixa na abordagem de uma “macroteoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial, defendida por Souza. Na prática, a ideia de uma *pedagogia sócio-espacial* frisa a importância de práticas que coloquem em movimento o debate sobre a cidade e seu imaginário, que estimulem o diálogo e englobem as diversas narrativas urbanas, de forma que os próprios agentes dessas ações construam coletivamente um conhecimento sócio-espacial, ou seja, que diz respeito ao espaço e à sociedade. A noção de uma pedagogia sócio-espacial consiste em um processo-ensino-aprendizagem que tem como objetivo a transformação não apenas da cidade, mas também do seu imaginário, em como as pessoas pensam e concebem a vida urbana.

Acredito que a construção de um imaginário de cidade crítico deve acompanhar o movimento de mobilização e participação dos cidadãos. Atualmente, como vemos em muitas associações de moradores, o senso-comum de muitos é que segurança vem através de câmeras das ruas e pela presença da polícia militar, que as cidades são mais seguras quando muradas e segregadas, que os espaços públicos não são fonte de lazer. Essa forma de pensar, que vai ao encontro de cidades cada vez mais atomizadas e fragmentadas, precisa ser questionado e até mesmo combatido. Transpondo Freire para essa discussão, acredito que seja necessário a adoção de uma prática educativa sobre cidades que os próprios agentes se vejam como produtores de conhecimento. Se um morador acredita que o comércio é ruim para a vida do bairro e outro acredita que traria segurança, é preciso então ter uma postura questionadora e perceber ambos os argumentos para que exista a construção de um terceiro ponto de vista. É possível e provável que ambos tenham razões para pensar de determinada forma. O desafio consiste em introduzir tais práticas pedagógicas no cotidiano dos cidadãos de forma orgânica, seja pela arte, através de museus, exposições, apresentações, ou em escolas, parcerias entre associações comunitárias e coletivos pensadores do urbano. Um próximo passo importante, mas que não coube no tempo de pesquisa, seria mapear o que já tem sido feito nesse sentido.

A urgência de um pensamento pedagógico sócio-espacial nasceu, principalmente, do meu contato com as diversas associações de moradores que ensaiam participar das tomadas

de decisão com relação aos seus bairros, mas possuem um imaginário urbano extremamente conservador e acabam por não alcançarem seus objetivos de melhorias locais. Ao entrevistar diversos moradores associados, me espantou como o discurso da academia sobre segurança, espaços públicos, mobilidade, por exemplo, estavam distanciados no discurso sobre como a cidade deveria ser segundo esses moradores. Existe uma visão bairrista que não leva em consideração as diferentes escalas da cidade, se tornando prejudicial para a totalidade. Souza aponta que ativistas e pesquisadores percebem que a eficácia política de uma ação repousa em sua capacidade de receber diferentes tipos de apoio a partir de uma articulação de escalas efetiva (2015). A aposta em uma articulação entre escalas (local, micro, meso e macrolocal, regional, nacional e global) parece ser importante nessa conversa com as associações e grupos bairristas. É necessário sobrepor as camadas de ativismo social urbano, da luta de bairro e da luta a partir do bairro.

A questão do imaginário popular é crucial na discussão sobre participação e mobilização popular. A proposta de uma pedagogia sócio-espacial busca responder questionamentos tais como: é possível criar dispositivos que desloquem a cidade e todas as suas práticas espaciais e sociais para o centro da reflexão? Como criar práticas pedagógicas que estimulem a discussão em torno do imaginário de cidade? Como colocar o debate sobre o urbano em movimento dentre as formas associativas já existentes, ou até mesmo introduzir essa discussão nas escolas, nos museus, nas bibliotecas públicas, nos espaços públicos? É possível quebrar o automatismo cotidiano e despertar o interesse dos cidadãos para algo além de suas vidas privadas? Como provocar e ativar debates em torno da rua, dos espaços públicos, do trânsito, de ocupações urbanas, de direito à cidade? Como alinhar teoria e prática nessa construção coletiva de saberes? Como incorporar as diversas narrativas urbanas em um mesmo debate que se transforme em um conhecimento construído coletivamente?

CAPÍTULO 5: ALICERCES EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

O papel da história, segundo a visão tradicional, consistiria em ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, uma espécie de vida da memória. A visão de manter viva a memória de grandes feitos de reis, generais e personagens importantes do passado era compartilhada por historiadores diversos, cujo ofício era a descrição objetiva dos fatos. Essa noção tradicional de que a memória reflete o que aconteceu de verdade e a história reflete a memória, no entanto, é algo já em grande parte superado pela historiografia, como aponta o historiador inglês Peter Burke (1992). Memória e a história não são sinônimos, embora o senso comum muitas vezes opera esses termos como se fossem. A escrita do passado a partir da lembrança não é uma tarefa simples, tanto a história quanto a memória se revelam cada vez mais problemáticas, uma vez que não são objetivas. Ambas estão sujeitas à condicionamentos socioculturais nos quais estão inseridas. É preciso levar em conta a seleção consciente - ou não - do que é lembrado, a interpretação e a distorção dos fatos, e todo esse processo é condicionado por grupos sociais. Assim

como a memória, a história também é produto dos grupos sociais, uma vez que reconstróem o passado a partir de categorias de sua própria cultura (BURKE, 1992).

O antropólogo e sociólogo francês Maurice Halbwachs, em 1920, define a “estrutura social da memória” ao afirmar que as memórias são uma construção social. São os indivíduos que lembram, mas são os grupos sociais que definem o que é “memorável”. Mesmo que se esteja materialmente só, o indivíduo recorda aquilo que considera importante, ou seja, de acordo com as como referências e estruturas simbólicas e culturais do grupo social a que ele pertence. A partir da concepção de memória como um fenômeno histórico e social, é importante considerar que a memória coletiva, assim como a individual, é seletiva. Esquecer também faz parte do lembrar. Assim como importa avaliar quem quer lembrar, o que se quer lembrar e o porquê, também importa questionar sua negativa: quem quer esquecer, o que quer esquecer e o porquê. Numa sociedade, as diversas memórias muitas vezes estão em disputa e elas só se explicam pelo tempo presente, não são estáticas (HALBWACHS, 2006). É importante entender os vários tempos da lembrança e como a experiência e valores do presente afetam nosso modo de revisitar essa memória. São os apelos do presente que explicam quais elementos a memória escolheu para lembrar, para a construção de uma história ordenada e sem contradições.

A relação entre história e memória é construída dialeticamente, longe de serem equivalentes, como aponta o historiador francês Pierre Nora:

“Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e, do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. **A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.** Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A

história, porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993: 9) (grifo meu).

Ao mesmo tempo em que é necessário estudar a memória como uma fonte histórica, compreendendo que não são equivalentes, é preciso também elaborar uma crítica da reminiscência em meio à crítica tradicional dos documentos históricos (BURKE, 1992). Ou seja, é tão importante tecer uma visão crítica à história oral como aos documentos oficiais, pois ambos são passíveis de distorção. O passado foi vivido por diversos grupos com embates, visões de mundo, projetos de sociedade e concepções de vida distintas. A memória está em disputa e, justamente por isso, a história não se satisfaz apenas com a narrativa. É preciso lembrar também que os relatos de uma narrativa não são atos inocentes de memória, mas sim tentativas de formar a memória de outrem. Quando lemos narrativas de memória não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita (BURKE, 1992). Ao transmitir a memória, seja viu oral ou como um relato escrito, o sujeito que lembra tenta colocar suas lembranças em uma ordem sequencial e que faça sentido – não é a lembrança pura e simples. Como citado no primeiro capítulo, no subitem 1.2 *A experiência da entrevista como método*, a própria relação entre entrevistador e entrevistado – no caso de relatos orais de memória – interfere na narrativa do entrevistado.

O historiador francês Jacques Le Goff aponta como Aristóteles distingue a memória propriamente dita, chamada *mnemê*, relativa à faculdade de conservar o passado; da reminiscência, chamada *mamnesi*, que seria a faculdade de evocar voluntariamente o passado (LE GOFF, 2003). A mneme pode ser compreendida então como uma lembrança involuntária, evocada por circunstâncias, objetos, pessoas ou lugares, enquanto a anamnese é o trabalho consciente e sistemático de recuperação das lembranças, um

processo de rememoração do passado. Nesse processo, pode haver reelaboração, reflexão, julgamento e ressignificação das experiências vividas – e é principalmente das anamneses que tratamos neste capítulo.

Outro pensador que discute historiografia, memória e narrativa é Walter Benjamin, abordado no primeiro capítulo. As teses “Sobre o conceito de história”, lançadas após a sua morte em 1940, são uma especulação não só sobre o devir histórico como tal, mas também uma reflexão crítica sobre o discurso a respeito da história. Benjamin aponta que a questão da escrita da história remete a um contexto mais amplo que engloba questões políticas, assim como a atividade de narração. Em seus ensaios literários, o autor reflete sobre o que é contar uma história, histórias, ou a História (GAGNEBIN, 1987). Nas teses, Benjamin tece críticas à duas maneiras distintas de se escrever história: a historiografia “progressista”, que carrega consigo a ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível, e a historiografia “burguesa” – o historicismo que pretenderia reviver o passado através de uma identificação afetiva do historiador com seu objeto, o que remete a uma reconstrução histórica a partir da perspectiva dos vencedores. Em ambos os casos, o autor aponta e critica a concepção de tempo deles: um tempo homogêneo e vazio, cronológico e linear.

Benjamin aponta um terceiro caminho através de um *historiador materialista*, ou seja, aquele capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, que leva em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas – ao lado “perdedor” que não aparece na história do progresso e dos vencedores. O autor aponta que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1987: 229). O conceito de tempo parte da noção de tempo de agora, chamado “Jetztzeit”, e é caracterizado por sua intensidade e brevidade e calcado na cosmovisão de tempo judaica. Para a tradição judaica, da qual o autor compartilha, por ser judeu, “o passado parece tão real quanto o presente, concebidos como intrinsecamente ligados um ao outro, dotados que são do mesmo propósito moral” (GLASMAN, 2010: 281). Assim Benjamin coloca sobre o encontro do passado e do futuro no tempo de agora: “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1987: 37).

No sentido espiritual, o tempo conserva-se atemporal: as crenças messiânicas conectam o futuro (a vinda do Messias) ao passado (rememoração da Torá) e ao presente (cheio de “agora”) – o tempo não é vivido como vazio nem como homogêneo. De forma similar, o tempo para Benjamin é um tempo saturado de “agoras” e permeia tanto o presente como o passado e o futuro – tudo pode estar pleno de atualidade. É um tempo qualitativo e marcado pela descontinuidade. No lugar de apontar para uma “eterna imagem do passado” ou para uma teoria do progresso, o historiador, para Benjamin, deve construir uma experiência com o passado (GAGNEBIN, 1987). Afinal, se o passado não for pleno de *Jetztzeit*, ou seja, não for pleno de presença e atualidade e não estiver se relacionando com o presente e nos dizendo algo, é um passado cristalizado e morto.

“O historicismo se contenta em estabelecer umnexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem dele estar separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico” (BENJAMIN, 1987: 232)

O *Jetztzeit* rompe a linearidade do tempo, sendo o tempo linear o tempo dos vencedores da história naturalizada que precisa ser interrompido. Benjamin aponta que a continuidade da história é a dos opressores e a história dos oprimidos é uma descontinuidade (CROMBERG, 2002). É nesse ponto que entra a visão de Benjamin em “escovar a história à contrapelo”, que vai ao encontro da sua crítica ao mito do progresso. Contar a história à contrapelo consiste em adotar uma postura de quem busca conhecer as lacunas existentes nos saberes oficiais de uma sociedade, observar as relações entre cultura e vida material, assim como observar como a política é realizada por aqueles que se encontram no poder, na posição de ditar a história, em contraponto àqueles que são oprimidos. Para tanto, é preciso partir das relações sociais à sua base material e verificar a narrativa historiográfica como um ato político, evidenciando as contradições sociais em oposição ao discurso do progresso capitalista (JUNIOR, 2019).

Já no mito do progresso tudo progride e, por essa lógica, nada temos a fazer. Esse otimismo presente na historiografia progressista (concepção de história em vigor na social-democracia alemã de Weimar ²⁰) implica em uma ausência de iniciativa, passividade e imobilismo, além de provocar uma avaliação equivocada do fascismo e a incapacidade de desenvolver uma luta eficaz contra sua ascensão (GAGNEBIN, 1987). A elaboração dessa crítica se deu em um período entre guerras, envolto por um conjunto de ideologias que naturalizavam as contradições sociais, em que a perseguição nazifascista aos judeus estava sendo naturalizada e que as ciências naturais falavam do domínio da natureza e da correção do passado pelo uso da técnica.

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso” (BENJAMIN, 1987: 224).

“Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta” (BENJAMIN, 2007: 504).

Como Benjamin coloca, tanto nas teses de 1940 quanto em trechos reunidos em “Passagens”, no caderno N, existe uma relação dialética entre passado e futuro que se estabelece no presente, no momento do agora. Benjamin também distingue duas concepções de experiência em suas teses. Como a filósofa suíça Jeanne Marie Gagnebin

²⁰ A República de Weimar, que vigorou na Alemanha entre os anos de 1919 e 1933, configurou-se como o período de transição entre a Primeira Guerra Mundial e o Nazismo. Walter Benjamin (1892 – 1940) era um pensador, crítico, filósofo e sociólogo judeu alemão associado à Escola de Frankfurt, com aspirações marxistas e foi perseguido pela Alemanha nazista. A concepção da história de Benjamin consiste em uma crítica moderna à modernidade (capitalista/industrial), com referencial cultural e histórico pré-capitalista (LÖWY, 2005).

explica, uma dessas concepções deriva da palavra alemã *erfahrung* e se refere a um sentido coletivo, uma experiência compartilhada; e a outra concepção deriva da palavra *erlebnis*, referente à experiência vivida, característica do sujeito solitário e oposta à primeira concepção. Benjamin sugere que há um enfraquecimento da *erfahrung* (experiência coletiva) em detrimento da *erlebnis* (experiência vivida) no mundo capitalista moderno (GAGNEBIN, 1987) e esse enfraquecimento acompanha o desaparecimento da figura do narrador. O elemento da narrativa se torna importante no método de pesquisa de Benjamin uma vez que transmite uma experiência não apenas individual, mas coletiva.

Debater esses autores e conceitos é importante para entender os alicerces epistemológicos dessa pesquisa, que revisita um passado a partir do presente e, ao mesmo tempo, reflete sobre como escrever essa história a partir de memórias daqueles que não saíram como os vencedores. A partir dessa base teórica construo um caminho metodológico próprio, que faça sentido dentro do contexto estudado, mas que tenha sentido em uma reflexão ampliada sobre história, memória e narrativa dentro de uma pesquisa sócio-espacial. Proposições teóricas e metodológicas devem estar intimamente relacionadas, é provável que um método derivado do referencial teórico de Walter Benjamin tenha alguma implicação política uma vez que os alicerces epistemológicos do autor apontam para uma não neutralidade (BELO, 2011). Assim, as fontes que usamos estão inevitavelmente alicerçadas por nossa visão de mundo, e a partir disso as estratégias próprias de cada investigação são criadas e recriadas, mas alinhadas com uma discussão metodológica expandida.

Trazer as reflexões de Benjamin, Halbwachs, Nora, Le Goff e Burke para uma discussão prática de memória e história do Lindéia amplia e enriquece o universo da pesquisa. Não é somente sobre uma experiência rica de participação, mobilização e afeto, é também sobre a forma de enxergar o passado e construir um presente e um futuro mais potente, mais rico, se apropriar de uma vivência coletiva que ainda tem muito a nos ensinar. Não se trata de uma revisão historiográfica, ou algo que aconteceu em um passado morto e hoje está engavetado, mas sim da construção de uma constelação de reminiscências que dão sentido e são compreendidas a partir do presente.

Este capítulo final busca tecer uma constelação de memórias de luta e mobilização a partir do olhar do presente e uma reflexão sobre participação e mobilização e, através do suporte metodológico abordado, costurar a discussão teórica com a prática do bairro

Lindéia. O primeiro passo foi diferenciar e conceituar história e memória, para partir de um lugar-comum conceitual. Depois disso, me dediquei a me aprofundar nos alicerces teóricos, a fim de expor de que lugar eu, enquanto pesquisadora, falo. E assim, com os alicerces teóricos definidos, parto para as trocas e relações sócio-espaciais estabelecidas no bairro Lindéia nos seus primeiros anos de consolidação e busco, através desse *lampejo autêntico que interrompe o contínuo da história* (LÖWY, 2005), refletir sobre os processos de mobilização e participação na construção do espaço no *tempo de agora*.

“Desnecessário dizer que ocultar a história das classes subalternas é arma vital da ideologia dominante, elemento constitutivo de qualquer sistema de opressão e exploração de classe. E mais desnecessário ainda afirmar que nenhuma classe se torna sujeito de sua própria história se não reelabora permanentemente a sua memória, atribuindo-lhe novos significados. A memória é um elemento de subversão de valores e de constituição de identidade; assim como Marcuse referia-se à sua função subversiva ou o poeta T.S. Elliot, esta é a utilidade da memória: libertação” (FARIA, 1986: 12 apud SCALCO).

Benjamim nos dá ferramentas para perceber que a produção historiográfica é um campo de batalhas, em que diferentes concepções disputam espaços (PAIM, 2014). Através de suas categorias como experiência vivida, memória, história aberta, escovar a história a contrapelo e tempo saturado de agoras, se torna possível pensar outras formas de produção historiográfica. As pesquisas realizadas a partir de narrações de memórias numa perspectiva de diálogo afeta não só ao pesquisador, mas os próprios sujeitos, ao narrarem, retomam suas experiências e as revivem no seu tempo presente.

A memória do Lindéia, como construção coletiva, nos informa sobre os valores e sobre a constituição de identidade dos moradores do bairro, ou daqueles que se lembram. Partindo de todos os apontamentos supracitados, percebemos que algumas lembranças se repetem de indivíduo para indivíduo. Existe uma linha condutora invisível entre todas as narrativas que revela essa construção coletiva do que foi importante e marcante há 50 anos. Essa linha passa pela figura do padre Miguel e do porão da Igreja Jesus Ressuscitado, pela figura do Tio Beijo, um dos primeiros moradores da região, e da Ação Social Técnica, pelo grupo de mães e projetos de extensão da UFMG e pelos mutirões e conquistas para o

bairro como escolas, creches, igrejas, calçamento. São pontos chave que revelam uma narrativa comum.

O sociólogo austríaco Michael Pollak discorre sobre o papel e as possibilidades da história oral na abordagem histórica, especificamente no âmbito das histórias de vida, em seu escrito “Memória e identidade social²¹” (1992). Inicialmente, Pollak retoma Halbwachs (2006) para sublinhar que a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social submetido à flutuações, transformações e mudanças constantes. Mas, ao mesmo tempo que existe esse caráter mutável da memória, existem marcos relativamente invariantes em muitas narrativas. No decorrer de uma entrevista muito longa, muitas vezes a ordem cronológica não é necessariamente obedecida, mas existem alguns elementos irredutíveis – como se eles passassem a fazer parte da essência da própria pessoa, enquanto outros elementos se modificam em função dos interlocutores ou do movimento da fala (POLLAK, 1992).

Os elementos constitutivos da memória – seja ela individual ou coletiva – são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente. Em seguida, podemos citar os acontecimentos vividos “por tabela”. São acontecimentos que nem sempre a pessoa participa, mas no imaginário do grupo à qual ela se sente pertencer, aquela lembrança está tão viva que se incorpora às memórias individuais como se aqueles indivíduos tivessem participado daquele momento (POLLAK, 1992). Esses acontecimentos vividos por tabela se assemelham com eventos importantes que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou um grupo, mas a identificação é tão forte que se tornam memórias “herdadas”. Pollak aponta, então, que uma memória pode ser transmitida ao longo do tempo com um alto grau de identificação.

Todas essas características corroboram para a tese que a memória, além de social, é seletiva: nem tudo fica gravado ou registrado. Também é possível inferir, principalmente nos casos das memórias herdadas, que existe uma estreita relação entre memória e identidade, tomando *identidade* no sentido da construção de uma imagem de si, para si e para os outros. A construção da identidade é assimilada a partir de um referencial

²¹ Michael Pollak (1948 – 1992) esteve no Brasil entre outubro e novembro de 1987 como professor visitante do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro (UFRJ), e proferiu uma conferência que foi transcrita no formato desse artigo, que vem somar a seu artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, publicado em Estudos Históricos 3 (1989). A conferência foi transcrita e traduzida por Monique Augras, com edição de Dora Rocha.

externo, ela é definida a partir do *outro*. Pollak coloca: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (1992: 5). São dois elementos que estão em disputa em conflitos sociais, particularmente entre grupos políticos opostos.

Manuel Castells, sociólogo espanhol, define identidade como a fonte de significado e experiência de um povo. O autor aponta que identidade é um processo de construção de significado com base em atributos culturais, que um indivíduo ou grupo podem ter identidades múltiplas e que justamente essa pluralidade pode ser fonte de tensão e contradição no meio social (CASTELLS, 2000). Castells estabelece uma distinção importante entre identidade e papéis – definidos por normas estruturadas por instituições ou organizações sociais, como por exemplo ser trabalhador, mãe, vizinho, militante. Enquanto identidades organizam significados, papéis organizam funções. Para o autor, é importante frisar que toda e qualquer identidade é construída. Tanto identidade como memória são conceitos arraigados no cotidiano e nas práticas sociais dos mais diversos grupos, e são elementos disputados no campo social.

Me estendo em uma questão que seria, a princípio, historiográfica, pois acredito que seja preciso resgatar essas discussões para o campo do estudo sócio-espacial. Considero importante retomar esse debate historiográfico para, a partir dele, traçar um caminho metodológico que faça sentido dentro do campo dos estudos urbanos, e assim construir uma narrativa historiográfica que seja materialista e possibilite uma reflexão espacial e social.

5.2 NARRATIVA E HISTÓRIA

A escrita da história e suas distintas variações metodológicas ao longo do tempo são alvo de longas discussões teóricas entre os historiadores. Entre a história dos acontecimentos e a história das estruturas, Peter Burke defende uma terceira via em seu texto “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa” (1994). De um lado, estão aqueles que afirmam que os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos, de outro aqueles que continuam a acreditar que a função do historiador é contar uma história. Na época do Iluminismo já se contestava a hipótese que a história

escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos e, ao mesmo tempo que a história popular permaneceu fiel à tradição da narrativa, a história acadêmica se tornou cada vez mais preocupada com os problemas e com as estruturas.

Se de um lado os historiadores estruturais afirmam que a narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado e é incapaz de conciliar estrutura econômica e social com experiências cotidianas, de outro os defensores da narrativa observam que a análise das estruturas é estática e, em certo sentido, não-histórica (BURKE, 1994). Os historiadores estruturais e narrativos diferem não apenas do que consideram notável do passado, mas também no modo de explicar a história. Burke exemplifica da seguinte maneira: historiadores narrativos podem explicar uma janela quebrada afirmando que “a janela quebrou porque Brown atirou uma pedra nela”, enquanto os historiadores estruturais preferem explicações como “a janela quebrou porque o vidro era frágil”. Assim, há um impasse entre produto da ação humana e condicionante estrutural. A terceira via proposta por Burke consiste em se investigar a possibilidade de encontrar um modo de escapar do confronto entre narradores e analistas, uma forma de integrar a narrativa e a análise e relacionar mais intimamente os acontecimentos locais às mudanças estruturais da sociedade.

O filósofo francês Paul Ricoeur aponta um distanciamento da história moderna em relação à forma expressamente narrativa, o que ele chama de “o eclipse da narrativa” do nosso tempo (RICOEUR, 1994). Ricoeur defende que toda a história escrita, incluindo a história estrutural associada a historiografia francesa, necessariamente assume algum tipo de forma narrativa. O autor discorre sobre tempo, construção de texto histórico e processo de ficcionalização da narrativa do passado e ressalta que a narrativa é uma forma de reconfiguração das experiências temporais. O passado, para Ricoeur, é retomado a partir do vestígio, ou seja, não parte do real, e sim de representações construídas por sujeitos sociais. O historiador analisa e interpreta esses vestígios e articula, a partir deles, um texto de história – que é marcado pelos símbolos e significados de cada época. Assim, a narrativa introduz inteligibilidade ao tempo histórico a partir da rememoração e ressignificação do tempo passado. Ao mesmo tempo, Burke afirma que cada vez mais historiadores começam a perceber que seu trabalho não reproduz o que realmente aconteceu, tanto quanto representa um ponto de vista particular (BURKE, 1994). No seu ponto de vista, as formas tradicionais de narrativa são inadequadas para comunicar essa consciência aos leitores. É necessário nadar com a corrente dos

acontecimentos e ao mesmo tempo analisar esses acontecimentos dando um passo para trás, mais bem informado.

Peter Burke defende a construção de um novo tipo de narrativa, que se integre à análise e relacione intimamente os acontecimentos locais às mudanças estruturais da sociedade. O autor coloca que o ideal seria ter uma narrativa densa para lidar tanto com a sequência de acontecimentos e intenções conscientes dos atores envolvidos, como também com as estruturas, instituições, modos de pensar que atuam como um freio e acelerador para os acontecimentos. Há um relacionamento dialético entre os acontecimentos e as estruturas, uma vez que no processo de incorporação dos acontecimentos, a cultura é reordenada. É preciso reconhecer o poder dos acontecimentos e seu lugar no processo da estruturação (BURKE, 1994).

Voltando à Benjamin, para compreender o movimento de seu pensamento é preciso levar em consideração alguns temas essenciais que delimitam sua trajetória intelectual e política. Um dos pontos de partido do autor é sua aproximação com o momento romântico²², cuja visão de mundo aponta para uma crítica cultural à civilização moderna capitalista em nome de valores pré-modernos. Dentre às críticas, podemos citar a quantificação e a mecanização da vida, a reificação das relações sociais, a dissolução da comunidade e o desencantamento do mundo. Existe um olhar nostálgico, mas não retrógrado, uma vez que reação e revolução são possíveis em uma visão romântica de mundo. O romantismo revolucionário propõe um desvio para o passado rumo a um futuro utópico, não uma simples volta ao passado (LÖWY, 2005). Outros pontos importantes na jornada de Benjamin além do Romantismo alemão são o messianismo judaico e o marxismo. Como Löwy coloca, “não se trata de uma combinação ou síntese dessas três perspectivas (aparentemente) incompatíveis, mas da invenção, a partir destas, de uma nova concepção, profundamente original” (2005: 17). Compreender de onde Benjamin fala nos ajuda a assimilar o que ele quer transmitir, uma vez que uma primeira leitura de seus textos não é uma tarefa simples e “os escritos sobre arte e literatura podem ser compreendidos somente em relação a essa visão de conjunto que os ilumina a partir de dentro” (LÖWY, 2005: 14).

²² O Romantismo não se caracteriza apenas como uma escola literária e artística do séc. XIX, mas sim de uma visão de mundo, estilo de pensamento e estrutura de sensibilidade que se manifesta em todas as esferas da vida cultural (LÖWY, 2005).

A narrativa, na perspectiva de Benjamin, no sentido da “arte de contar”, se tornou cada vez mais rara pois ela parte da transmissão de uma experiência cujas condições de realização já não existem na sociedade capitalista moderna (GAGNEBIN, 1987). Dentre as principais premissas para que essa transmissão aconteça, temos que a experiência transmitida pelo relato seja comum ao narrador e ao ouvinte, o que pressupõe uma comunidade e uma comunhão de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo – nas palavras de Benjamin – destruiu. Existe um abismo entre grupos humanos, principalmente entre gerações, devido ao ritmo de vida demasiado acelerado para a capacidade humana de assimilação. Os mais antigos, que antes tinham uma posição privilegiada de transmissão de experiência aos mais jovens, agora já não são mais valorizados. Há um declínio da tradição e das memórias comuns, que garantiam a existência de uma experiência coletiva (*erfahrung*), ligada a um trabalho e tempo partilhados dentro de um mesmo universo de práticas e linguagem.

“Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*” (BENJAMIN, 1987: 221).

Assim como os lugares de memória, as narrativas são instrumentos importantes na transmissão de heranças identitárias, tradições e, como Benjamin coloca, conselhos. Dar conselhos pode parecer algo ultrapassado, uma vez que as experiências estão deixando de ser comunicáveis (BENJAMIN, 1987). Dessa forma, não podemos mais dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Benjamin fala que “aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (1987: 200). Para se obter um conselho, antes é necessário saber narrar a história, conselho esse “tecido na substância viva da existência” e que o autor chama de *sabedoria*. O declínio da narrativa não é um “sintoma da decadência ocidental” nem uma “característica moderna”, mas, uma vez que o narrador está situado no cotidiano, sua habilidade de narrar se transforma junto com a “evolução secular das forças produtivas” e as tradições e antigos modos de vida comunitários são deixados de lado, o que afeta a transmissão da experiência.

No caso desta pesquisa, há um resgate à arte de contar através das entrevistas, uma rememoração de narrativas através do diálogo e construção de uma imagem do passado a partir do presente. O conteúdo das narrativas não se restringe a um levantamento de informações, mas sobretudo transmitem uma experiência coletiva, que inclui gerações passadas e são suportes da construção de uma identidade comunitária. A narrativa reativa uma memória e a traduz à luz do presente, das experiências do tempo de agora, e se incorpora à experiência de escuta do seu interlocutor. Elas podem ser acontecimentos específicos ou temas mais amplos de histórias de vida, mas ambos os casos se relacionam com questões de caráter coletivo, de transmissão de saberes (BELO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belo Horizonte, nas primeiras décadas após sua fundação, passou por grandes carências urbanas – como insuficiência de água, esgoto e transportes. Mesmo após sanados esses problemas básicos na área central, inicialmente planejada, eles continuaram existindo e ainda se multiplicaram na região suburbana devido ao processo de urbanização por expansão de periferia. A rápida industrialização, experimentada principalmente a partir da década de 1950 e caracterizada pela baixa capacidade de absorção da mão-de-obra expulsa da agricultura nas atividades industriais, também levou à aglomeração nas periferias das grandes cidades, com contingentes populacionais cada vez maiores. É neste cenário que muitas associações de bairro surgem em Belo Horizonte, em decorrência da própria evolução urbana desordenada, e que a associação de moradores do bairro Lindéia surge na década de 1970. Como relatado, o loteamento e ocupação do bairro se deu a partir da criação da Cidade Industrial, em Contagem, e da necessidade de mão de obra nessa região.

As reivindicações dos distintos estratos sociais se diferenciavam de acordo com a estratificação das necessidades de consumo coletivo, uma vez que as lutas reivindicatórias urbanas refletem a divisão da sociedade em classes (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984). Os movimentos reivindicatórios locais possuem um caráter policlassista, mas é importante observar que as lutas das entidades comunitárias dos bairros de estratos sociais médios e altos diferem muito do padrão encontrado para as

que representam os estratos mais baixos. Essa conclusão pôde ser observada tanto no trabalho de Somarriba, Valadares e Afonso, sobre as associações de bairro nas décadas de 1970 e 1980, como no trabalho Vizinhanças Táticas, de 2017, que investiga as associações mais recentes. Enquanto alguns grupos reivindicam necessidades básicas de infraestrutura urbana, outros têm pautas menos urgentes, como poda de árvores, sinalização de ruas ou equipamentos de lazer. No caso do Lindéia, fica claro que a articulação dos moradores se deu muito em função das diversas carências de serviços básicos no bairro.

A transformação do bairro Lindéia a partir de seus moradores foi possível devido ao encontro de pessoas, necessidades e instituições dentro de um contexto político, econômico e social específico. O Lindéia não foi um caso isolado de participação e luta social, mas através desse exemplo concreto podemos refletir sobre temas que ainda nos interessam, como a construção coletiva de cidades mais democráticas e plurais. Os afetos que moveram as transformações do Lindéia não são “replicáveis”, mas nos ensinam sobre possibilidades de estar e viver a cidade de uma forma distinta da que vivemos hoje. Na experiência do Lindéia se destaca o caminhar junto entre teoria e prática. Tanto na associação local, como na escola Tio Beijo e no grupo de mães, há sempre uma reflexão sobre o cotidiano dos moradores, uma troca entre eles, seguida de ações práticas que transformam a vida coletiva. É importante ser cuidadoso para não romantizar a motivação, engajamento e mobilização dos moradores nesse período, uma vez que eles foram construídos a partir da necessidade e da urgência de infraestrutura e serviços básicos das camadas populares.

Como Benjamin (1987) coloca, articular historicamente o passado não significa conhecê-lo de fato como ele foi. As entrevistas e conversas com os moradores não objetivaram traçar uma linha de fatos exatos, mas antes apropriar-se de uma reminiscência e, a partir do presente, estabelecer uma relação dialética entre passado (a partir da experiência do Lindéia) e futuro. A memória do Lindéia, como construção coletiva, nos informa sobre os valores e sobre a constituição de identidade dos moradores do bairro. Existe uma linha condutora invisível entre todas as narrativas que revela essa construção coletiva do que foi importante e marcante há 50 anos, e entender as disputas e percursos pode auxiliar na reflexão sobre os processos participativos de hoje. As narrativas orais, método adotado neste trabalho, são instrumentos importantes na transmissão de heranças identitárias, tradições e conselhos, e nos permitem uma aproximação com o cotidiano dos moradores do Lindéia.

O movimento participativo que ocorreu no bairro Lindéia não foi um caso isolado, como vemos no início do capítulo 4. Essas articulações locais foram uma resposta à um contexto político, econômico e social maior. O sentimento de temor e revolta social repressão advinda do regime militar no Brasil acrescido da grande desigualdade social do período suscitou a criação de vínculos de solidariedade entre movimentos de natureza distintos e uniu indivíduos com posições ideológicas diferentes. Diferentes fatores possibilitaram uma caminhada em conjunto de setores da população com objetivos comuns e podemos enxergar ressonâncias entre diferentes associações de bairro, em diferentes cidades do país. Os mutirões de moradores, o grupo de mães, as compras coletivas dentro do bairro e as lutas das mulheres por escolas e creches, por exemplo, são práticas comuns à muitas associações de bairro na década de 1970 e 80. Nesse período, a Igreja, muito além de desempenhar um papel religioso, teve uma importância político-pedagógica dentro das comunidades. É importante compreender que as instituições não são neutras, e compreender o projeto e agenda delas dentro do contexto político. A presença do padre Miguel foi transformadora no bairro, no sentido de cativar os moradores para a luta e atuar como um verdadeiro educador sócio-espacial.

Como Souza coloca, a participação é um direito inalienável. É um caminho para reafirmação da democracia, o que não significa que ela precise seguir apenas as vias institucionais. Um ensinamento que podemos observar na experiência do Lindéia é que é possível ser criativo e criar táticas e dispositivos alternativos àqueles que já estão dados. A proposta de uma pedagogia sócio-espacial parte da importância da praxis educativa para a construção de uma nova cultura e uma nova concepção de mundo. Para construir uma cidade diferente, mais inclusiva, participativa, saudável e diversa – é preciso construir, coletivamente, um imaginário de cidade correspondente. Apesar da importância indiscutível de programas como o Orçamento Participativo, é preciso repensar a participação institucional como é posta hoje. Penso ser importante dar um passo atrás e refletir sobre qual cidade as pessoas querem viver e produzir, e se esta é uma cidade que tem espaço para todos. Criar programas participativos que reproduzam uma visão de cidade segregada e elitista é um desfavor à própria população. Considero que um próximo passo de investigação seja mapear quais práticas de pedagogia sócio-espacial já tem sido feitas na cidade, tanto para criar um arsenal de referências e possibilidades, como para que essas práticas possam ser estudadas e analisadas mais profundamente.

Esperança não é esperar que algo aconteça, esperança é saber se organizar para fazer com que as coisas aconteçam. A esperança consiste na possibilidade de organização e saber que o futuro depende do que fazemos dele no presente. É através da imaginação de um outro futuro possível que nós o construímos. É preciso criar novos horizontes. Quando as mudanças vêm da mobilização e anseio direto da população, elas têm um caráter de pertencimento inalienável. Quando as mudanças vêm de cima para baixo, mesmo que intermediadas por uma “pessoa do povo”, líder comunitário, o mesmo não acontece. Vê-se isso em obras não acabadas, abandonadas ou não apropriadas pela população alvo. Assim, é importante que os processos de transformação da cidade sejam, de fato, participativos.

“A desproblematização do futuro em uma compreensão mecanicista da História, de direita ou de esquerda, leva necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança. É que, na inteligência mecanicista, portanto determinista da História, o futuro é já sabido. A luta por um futuro assim ‘à priori’ conhecido prescinde da esperança” (FREIRE, 2019: 71).

Nessa pesquisa, percorri diversos caminhos e autores, em diferentes recortes temporais e espaciais. Esse caleidoscópio de referências e narrativas convergiu para a construção de uma leitura crítica da participação e mobilização popular, tendo como ponto de partida a experiência do bairro Lindéia e expandindo para o cenário nacional. Meu objetivo final é pôr essa constelação de conhecimentos a serviço das práticas de transformação sócio-espacial.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. **As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, Núm. 76, 2009, p. 49-86.

ALTMANN, Walter; BOBSIN, Oneide; ZWETSCH, Roberto E. **Perspectivas da Teologia da Libertação: Impasses e Novos Rumos num Contexto de Globalização**. Estudos Teológicos, v.37, n.2, p.129-138. São Leopoldo – RS: 1997.

ALVAREZ, Sonia A. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEFAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. **Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988)**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.10/11, 1998.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. In: Opin. Publica vol.18 no.2 Campinas Nov. 2012.

BELO, Rafael Alexandre. **WALTER BENJAMIN: Inspirações para a Historiografia da Educação**. Revista Crítica Histórica. Ano II, n 3. Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado da Universidade Federal de Alagoas. Jun. 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Editora Brasiliense S.A. São Paulo, SP. 1987.

_____. **Passagens**. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão e revisão de Patrícia de Freitas Camargo. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BOFF, Leonardo. **Contribuição da Teologia da Libertação: Michael Löwy**. LeonardoBoff.org, 10 de jan. 2013. Disponível em:

<<https://leonardoboff.org/2013/01/10/contribuicao-da-teologia-da-libertacao-michael-lowy/>> Acesso em: 10 jul. 2021.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**. São Paulo: Editora TAO, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular**. Editora Brasiliense s.a. São Paulo: 1982.

BUGELLI, Alexandre Hamilton. **A crise econômica brasileira dos anos 1960: uma reconstrução do debate**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo. 2008.

BURKE, Peter. **A história como memória social: o mundo como Teatro**. Lisboa: Difel, 1992a.

_____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992b.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COELHO, C. N. P.; PERSICHETTI, S. **Benjamin, o método da compreensão e as imagens dialéticas**. *Líbero* – São Paulo – v. 19, n. 37-A, p. 55-62, jul./dez. de 2016

COMPARTH, Fernanda. **Vizinhanças táticas**. Projeto-pesquisa - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2017.

COSTA, Edmilson Silva. **A política salarial no Brasil, 1964 – 1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 1996.

CROMBERG, Monica Udler. **Tempo e história: algumas aproximações acerca do presente em Walter Benjamin e em Martin Buber.** Cadernos de Filosofia Alemã, 8. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2002.

DOWBOR, Ladislau. **O que é o poder local.** Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 2008.

FARIA, Hamilton. A experiência operária nos anos de resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário - 1964/1978. In: SCALCO, Gildo. **Educação e autonomia: uma construção cotidiana dos trabalhadores.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1987.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2012. Vol. 1.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra LTDA. Rio de Janeiro: 1967.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio. **Walter Benjamin ou a história aberta.** In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Editora Brasiliense S.A. São Paulo, SP. 1987.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** São Paulo: Perspectiva. 2010.

GLASMAN, Jane Bichmacher de. **O tempo da cosmovisão judaica.** Tempo e Eternidade na Idade Média: Revista Mirabilia 11. Instituto de Estudos Medievais, Universidade Autônoma de Barcelona. Espanha: 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola. São Paulo: 1997.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____, Maria da Glória. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs.** Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

HEHL, Rainer. **A convergência de micro e macroatores rumo à redes multiescalares para intervenções urbanas.** In: ROSA, Macos L. Micro Planejamento: práticas urbanas criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

HINCHMAN, L. P.; HINCHMAN, S. K. Introduction. In: HINCHMAN, L. P.; HINCHMAN, S. K. **Memory, Identity, Community: The Idea of Narrative in the Human Sciences.** Nova York: State University of New York, 1997.

HUNTY, Rita von [Guilherme Terreri Lima Pereira]. **Centenário do Paulo Freire.** Youtube, 16 setembro 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ah-I05ezx1I> Acesso: set./2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 1. Ed. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

JACQUES, Paola Berenstein. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: ROSA, Macos L. **Micro Planejamento: práticas urbanas criativas.** São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

JUNIOR, Edson dos Santos. **O materialismo histórico e a narrativa historiográfica: contribuição para uma metodologia crítica sobre a história do cotidiano e sua historiografia.** Revista Cantareira. 30ª edição. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, jan. – jun. 2019.

KAPP, Silke. **Entrevistas na pesquisa sócio-espacial.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v.22, E202006, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.20 2006

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. **The Paradox of Participation: A Case Study on Urban Planning in Favelas and a Plea for Autonomy.** In: Bulletin of Latin American Research, 2012.

KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. London: Verso, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas,SP: Editora Unicamp, 2003.

LEVI, G. (1992). Sobre a micro-história. In: BURKE, P. **A Escrita a história: novas perspectivas**. (113 - 162) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

LINDBERG, Carter. **Uma Breve História do Cristianismo**. São Paulo, Loyola, 2008.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O que é cristianismo da libertação?** São Paulo, Perseu Abramo/Expressão Popular, 2016.

MANFREDI, Silvia M. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular**. Editora Brasiliense s.a. São Paulo: 1982.

MOTTA, Márcia. **História e memória**. Cadernos do CEOM - Ano 16, n. 17 - Memória social. Santa Catarina. 2003.

NARRATIVA. In: DICIO Dicionário Online de Português. Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/narrativa>. Acesso em: Jun. 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Edgar Leite de. **Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais . Minas Gerais. 2010.

PAIM, Elison Antonio. **Relações entre memória e história ou de quando Clio se sobrepôs a Mnemosine**. Cadernos do CEOM – Volume 19, n. 25 – Narrativas. Santa Catarina. 2014.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM. História de Contagem. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/?es=historia_contagem. Acesso em: fev. 2021

PRINS, G. História oral. In: **A Escrita a história: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RICOUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo1). Tradução: Constança Marcondes Cesar – Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ROSA, Macos L. **Micro Planejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Novos estudos – CEBRAP. n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Jun. 2020.

SCALCO, Gildo. **Educação e autonomia: uma construção cotidiana dos trabalhadores**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1987.

SENNA, Patrícia Alves da; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. **Clube de mães: espaço para intervenção em saúde da mulher.** Rev.Esc.Enf.USP, v.29, n.l.p.34-46, abr. 1995.

SENNET, Richard; LÜSCHER, Regula; ROSA, Marcos; WEILAND, Ute. **Como criar cidades juntos?** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, sem número, 28 out. 2015. Disponível em: <<http://piseagrama.org/o-antropoceno>>

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento.** Editora Vozes Ltda.: Petrópolis, RJ, 1982.

SOMARRIBA, M. M. G.; VALADARES, M. G.; AFONSO, M. R. **Lutas urbanas em Belo Horizonte.** Ed. Vozes Ltda. Petrópolis, RJ. 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Geografia. 1988.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta.** In: CIDADES: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004.

_____. **A prisão e a ágora.** 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade.** 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?** Passa Palavra. Rio De Janeiro: 2012.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, M. J. M. *et al.* **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1980.

VELLOSO, R. **Pensar por constelações.** In: *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo I Modos de pensar / Paola Berenstein Jacques, Margareth de Silva Pereira (organizadoras).* Salvador: EDUFBA, 2018.

WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968.** Cadernos CEBRAP. São Paulo, n. 15, 1972.

1968: **Greve de Contagem.** Direção: Carlos Pronzato. Produção de Carlos Pronzato. Belo Horizonte: La Mestiza Audiovisual, 2018. Film.